



VOLUME 08

LUIS EUSTÁQUIO SOARES

Cultura soberana nacional e história da ideologia do colonialismo

Machado, Barreto, Graciliano, Julião e Ivan Angelo



Esta obra foi selecionada para integrar a “Coleção Pesquisa Ufes II”, a partir de Chamada Pública feita pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) aos programas de pós-graduação da universidade.

A seleção teve por base pareceres que consideraram critérios de inovação, relevância e impacto.

O financiamento da Coleção foi viabilizado por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e de recursos do Tesouro Nacional.



**Universidade Federal
do Espírito Santo**



Editora Universitária – Edufes

Filiada à Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852
edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor

Eustáquio Vinicius Ribeiro de Castro

Vice-reitora

Sonia Lopes Victor

Chefe de Gabinete

Ana Paula Santana de Vasconcellos Bittencourt

Diretor da Edufes

Wilberth Salgueiro

Conselho Editorial

Ananias Francisco Dias Junior, Fátima Maria Silva,
Gleice Pereira, José André Lourenço, Margarete
Sacht Góes, Othon Souto Campos, Paulo Rogerio
Garcez de Moura, Rodrigo de Alvarenga Rosa,
Rogério Borges de Oliveira, Rosana Suemi
Tokumaru, Sandra Soares Della Fonte, Sergio
Lins de Azevedo Vaz, Telma Elita Juliano Valente

Secretaria do Conselho Editorial

Douglas Salomão

Administrativo

Josias Bravim, Washington Romão dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Fernanda Scopel, George Vianna,
Jussara Rodrigues, Roberta Estefânia Soares

Seção de Design

Juliana Braga, Samira Bolonha Gomes

Seção de Livraria e Comercialização

Adriani Raimondi, Ana Paula Rubim,
Dominique Piazzarollo, Marcos de Alarcão,
Maria Augusta Postinghel

Produção Cultural

Déborah Pinto Corrêa



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Projeto gráfico

Willi Piske Junior

Samira Bolonha Gomes

Revisão de texto, diagramação e capa

AI's Comunicação e Estratégia

Imagem da capa obtida por IA em <https://canva.com>

Supervisão

Edufes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Editora Universitária – Edufes, ES, Brasil)

S676c Soares, Luis Eustáquio.
Cultura soberana nacional e história da ideologia do colonialismo
[recurso eletrônico]: Machado, Barreto, Graciliano, Julião e
Ivan Ângelo / Luis Eustáquio Soares. - Dados eletrônicos. -
Vitória, ES : Edufes, 2025.
177 p. : il.; PDF, 2.470 kB - (Coleção Pesquisa Ufes II; 08)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7772-657-8

Modo de Acesso: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/774>

1. Assis, Machado, 1839-1908. 2. Lima Barreto, Afonso
Henriques de, 1881-1922. 3. Ramos, Graciliano, 1892-1953. 4.
Julião, Francisco, 1915-1999. 5. Ângelo, Ivan, 1936-. 6. Literatura
brasileira. 7. Realismo crítico. 8. Imperialismo. I. Título. II. Série.

CDU: 821.134.3(81)

Elaborado por Ana Paula de Souza Rubim – CRB-6 ES-000998/O

Esta obra foi composta com
a família tipográfica Crimson Text.

LUIS EUSTÁQUIO SOARES

Cultura soberana nacional e história da ideologia do colonialismo

Machado, Barreto, Graciliano, Julião e Ivan Angelo

 **EDUFES**

Vitória, 2025

*Dedico este livro aos escritores analisados,
considerando o futuro do presente da luta pela
conquista a um tempo da soberania nacional
e da emancipação integral dos povos do
mundo, relativamente ao sistema colonialista,
capitalista e imperialista euro-norte-americano.*

*Dedico às Ligas Camponesas, a Francisco
Julião, à vida plena, terrenalmente amorosa.*

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1	
Os negócios miúdos da realidade da ideologia do colonialismo: os romances	30
Capítulo 2	
Machado, Barreto, Graciliano Ramos e Francisco Julião: síntese histórica do realismo estético brasileiro	50
Capítulo 3	
Francisco Julião e Ivan Ângelo: o período do ultraimperialismo estadunidense	94
Conclusão	131

Introdução

A ideologia do colonialismo e o estatuto colonizado da humanidade

Compreendida como transversal à história do Brasil, a ideologia do colonialismo é uma referência deste livro. Atravessou três períodos: i) o propriamente colonial mercantilista e escravista, representado, como ato inaugural, com a chegada de Cristóvão Colombo às Américas em 1492, alcançando uma dimensão potencialmente mundial com Vasco da Gama, quando, em 1498, dobrando a África, realizou a façanha de chegar à Índia pelo Atlântico e, desse modo, potenciar o início de um processo de acumulação primitiva do capital a partir da superexploração dos povos, assim como da apropriação de suas riquezas naturais; ii) transformou-se em colonialismo capitalista a partir da Primeira Revolução Industrial de 1760 a 1850, evidenciando que o sistema de trocas desiguais do capital jamais abandonaria o saqueio colonial precedente; iii) com o surgimento do capital monopólico no fim do século XIX, um amálgama entre o colonialismo e o capitalismo ocorreu, por meio da imposição aos povos de trocas desiguais e de guerras de destruição do valor acumulado, como forma de reprodução mundial do capital – é o período imperialista, fase final do colonial capitalismo financeiro.

O sistema colonial europeu foi o responsável, no contexto das Américas, pelo genocídio indígena e pela adoção do modo de

produção escravista, tendo em primeiro momento o índio como objeto de relações escravistas de produção e, ato contínuo, os afro-descendentes, com pelo menos vinte milhões de escravizados transportados da África para o chamado Novo Mundo, com os EUA, senão dominando, ocupando uma posição cada vez mais proeminente no comércio espúrio de africanos desde e a partir da terceira década do século XIX, como asseverou Luiz Alberto Moniz Bandeira em *Presença de Estados Unidos no Brasil*, salientando que: “De 1831 a 1856, cerca de 500.000 escravos entraram no Brasil em navios dos Estados Unidos” (BANDEIRA, 2007, p. 123).

Analisando o tema em tela, o economista indiano Prabhat Patnaik salientou, em “Economics and ideology” (2024), que após o fim do comércio de escravizados, no século XIX, “cerca de cinquenta milhões de trabalhadores indianos e chineses foram transportados, até a Primeira Guerra Mundial, como mão de obra contratada ou *coolies* para vários destinos tropicais ou semitropicais, a fim de satisfazer a voracidade superexploratória do capitalismo¹”, com a “contratação”, nesse caso, de trabalhadores asiáticos em condições de semiescravidão ou simplesmente análogas às relações escravistas de produção, sem considerar as guerras de saqueio conduzidas pelas Companhias das Índias Orientais – proto-história dos monopólios imperialistas – Britânica (1600-1874), Holandesa (1602-1799) e Francesa (1664-1769), que atuavam em múltiplas frentes em guerras entre si ou unidas contra diferentes povos, como os chineses e os indianos, por exemplo.

As guerras que as Companhias Marítimas Orientais realizaram na Índia são exemplares, a propósito. Em um artigo publicado em *New York Daily Tribune*, em 1853, datado de 24 de junho, Karl Marx (s/d. p. 48) descreveu com detalhes as disputas levadas cabo entre franceses e ingleses para conquistar diferentes regiões da Índia por meio das guerras de saqueio, como a de Karnatic, no sudeste indiano, iniciada em 1746, indo até 1763; a guerra pela conquista de Bengala, a

1 Cf. https://peoplesdemocracy.in/2024/1103_pd/economics-and-ideology.

partir da qual os franceses apoderaram-se de Calcutá, até então sob o domínio completo dos ingleses.

A ideologia do colonialismo se constitui, nesse contexto, como uma derivação inevitável da guerra transversal e total do Ocidente contra os povos; uma maneira de justificar com argumentos pseudo-científicos e apologéticos a mística da superioridade Ocidental ou, no caso do período do *hegemon* estadunidense, usando artimanhas demagógicas de inclusão no âmbito dos direitos civis de modo publicitário. Na prática, independentemente do estilo (à moda europeia, de inferiorização; à maneria norte-americana, de inclusão neoliberal e publicitária, além de reacionariamente religiosa, com a extrema direita), trata-se fundamentalmente de uma ideologia supremacista que tem como materialidade histórico-econômica a dependência euro-norte-americana da continuidade da acumulação primitiva do capital e seu efeito inevitável que tem sido e é a constituição de uma oligarquia racista que, por mais que se esconda ou evite demonstrar (e não cessa de fazer isso com novas escaramuças) está viciada em sanguessugar os povos sobretudo os do Sul/Maioria Global.

Ideologia do colonialismo, realismo crítico e soberania nacional

O tema da expansão colonialista europeia, tendo como objeto de desumanização/exploração/acumulação primitiva permanente do capital o Sul Global ou, mais apropriadamente, a Maioria Global, tem sido meu interesse desde sempre. Em 2019 propus a organização do congresso o “Estatuto (Contra)colonial da Humanidade”, coordenado por mim e por pesquisadores como André Serrano, Andressa Takao, Diana Carla Souza, Marcelo Burman, Rogério Rufino, Junia Zaidan, a maioria integrante do *Núcleo Diversidade e Descolonização*, do qual sou, juntamente com a pesquisadora Júlia Almeida, o coordenador. Em 2021, em plena pandemia, organizado por mim, por

Diana Souza Barbosa e Junia Zaidan, foi publicado, em versão PDF, *O estatuto (contra)colonial da humanidade*, coletânea de ensaios que teve como primeiro esboço comunicações e conferências apresentadas no congresso realizado dois anos antes.

Em 2023, publiquei o livro *As duas guerras frias e a resistência ao complexo de Arcádia na literatura brasileira*, obra escrita originalmente para defesa de tese ocorrida em 12 de setembro de 2020, como prerequisite para me tornar Professor Titular da Universidade Federal do Espírito Santo, tendo como objeto de análise a categoria de decadência ideológica desenvolvida pelo pensador húngaro György Lukács, em ensaio de 1938 com o título de “Marx e o problema da decadência ideológica” (2016), na interface com quatro períodos culturais dominantes euro-norte-americanos: o do liberalismo econômico propriamente capitalista, o da fase de expansão imperialista ocidental, origem das duas guerras mundiais do passado século; o da primeira Guerra Fria, de 1948 a 1991; e o da segunda, igualmente como a primeira com epicentro nos EUA, ambos materialmente orquestrados no interior do monopólio da indústria cultural do imperialismo estadunidense, realizando-se como guerra cultural e biopolítica de espectro completo contra o socialismo realmente existente, no caso da primeira; e contra governos seculares e países que se tornaram (até porque não tiveram alternativas) anti-imperialistas, caso da segunda, ainda em andamento.

Em interlocução com escritores como Machado de Assis, Patrícia Galvão, Oswald de Andrade, Carolina de Jesus e José Agrippino de Paula, desenvolvi na obra citada o argumento de que a ideologia do colonialismo seria transversal aos quatro períodos de culturas dominantes euro-norte-americanas, “[...] sendo indissociável do estatuto colonial da humanidade, seja em sua versão europeia, que diz respeito ao seu largo período de expansão colonial, capitalista e imperialista; seja em sua versão estadunidense, aqui definida como ultraimperialista” (SOARES, 2023, p. 11).

Feito esse esclarecimento, restaria perguntar: por que retomar em outro ensaio a categoria da ideologia do colonialismo, considerando que a investiguei no livro publicado em 2023? Embora o tema demande incontáveis estudos e, assim, publicações, a razão deriva de uma mudança de foco, orientada para o desafio da soberania nacional, em clave multipolar e referenciada na Maioria Global. Ciente, pois, de que o estatuto colonizado da humanidade constitui a ferida aberta do sofrimento sem fim dos povos, assim como a origem da permanência trágica da violência de gênero e étnica, tendo o imperialismo norte-americano como a manifestação objetiva da forma contemporânea do racismo, passou a ser de meu interesse fazer uma pesquisa com escritores brasileiros do século XIX até a segunda metade século XX, com o objetivo de realizar uma investigação não mais do estatuto colonizado brasileiro, mas, pelo contrário, do estatuto (contra)colonial, tendo em vista o período da emergência da fase imperialista do capital.

Com indas e vindas, dos escritores analisados no livro *As duas guerras frias...* mantive somente Machado de Assis, de *Memórias de Brás Cubas* (1881), acrescentando outros, como Lima Barreto, de *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, Graciliano Ramos, de *Memórias do cárcere* (1953), Francisco Julião, de *Irmão Juazeiro* (1961), e Ivan Angelo, de *A festa: Romance: Contos* (1976) e *A Casa de Vidro* (1979). A escolha das obras citadas se deveu à leitura que faço delas na relação com os fundamentos econômicos da cultura brasileira, método de perspectiva marxiana, sedimentado no materialismo histórico e na crítica da economia política da ideologia do colonialismo em sua versão brasileira, considerando o início do processo de colonização até a atualidade da hegemonia mundial estadunidense.

São romances (incluindo nesta categoria *Memórias do cárcere*, ensaístico) que materializam ficcionalmente os enredos histórico-humanos nacionais da continuidade renovada de relações sociais da produção, no país, típicas do estatuto colonizado da humanidade, compreendendo como “humanidade” a Maioria Global ou

4/5 dos humanos do planeta. E mais: são narrativas que desenredam linhas de fuga, apontam caminhos, tendo sido escritas, de modo ciente ou não, como resistência, crítica e alternativa à permanência da ideologia do colonialismo no país, transformada no período do capitalismo, em ideologia do colonialismo subsumida pelo capital e, sob o signo do imperialismo, em ideologia do colonialismo atualizada pela burocracia do capital monopólico, em sua versão europeia; ou pelos conglomerados econômicos e culturais da era do ultraimperialismo estadunidense.

São obras, assim, que analiso como exemplares do estatuto (contra)colonial da humanidade, em sua versão brasileira; e por isso perspectivam esteticamente soberania e independência, seguindo a linha de Machado de Assis ao assinalar, em “O passado, o presente e o futuro da literatura” (*A Marmota*, abril de 1858), que, após a independência formal, em 1822, haveria de chegar o momento do “*Fiat* literário, a emancipação do mundo intelectual vacilante sob a ação influente de uma literatura ultramarina” (MACHADO, 1959, p. 801), interpretando como “literatura ultramarina” a que esteticamente atualiza e reatualiza a ideologia do colonialismo e, como “emancipação do mundo intelectual vacilante”, a lucidez indignada em relação à necessidade de superação do estatuto colonizado da humanidade sem incorrer no anacronismo de limitá-lo ao período europeu, atualizando-o, pois, à fase de hegemonia norte-americana a partir da Segunda Guerra Mundial, em clave nacionalmente soberana, com vistas à conquista de uma sociedade das classes trabalhadoras, na *práxis* multipolar dos povos para si, socialisticamente.

O interlocutor teórico de referência (não o único, pois o diálogo com Caio Prado Júnior, Edgard Carone, Luiz Alberto Moniz Bandeira), para a análise da relação entre fundamentos econômicos-culturais da literatura nacional, na relação entre ideologia do colonialismo e soberania nacional, será Nelson Werneck Sodré, sobretudo, considerando, entre outras, obras como *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro* (1961); *Introdução à revolução brasileira*

(1963), sem deixar de realizar uma interface com o livro *A revolução brasileira* (1972), de Caio Prado Jr.

A primeira obra teórica citada, publicada em 1961, é especialmente uma referência metodológica importante porque é a que aborda diretamente o tema da ideologia do colonialismo, definindo-o no contexto histórico de sua fase propriamente colonial – não capitalista e não imperialista. Estrutura-se em cinco partes, contemplando a ideologia do colonialismo presente em autores como Azevedo Coutinho, primeiro capítulo, intitulado “Azevedo Coutinho: um economista colonial”; José de Alencar, segundo capítulo, com o título de “A ficção numa sociedade escravocrata”; um terceiro, com o título de “Um guerreiro desarmado”, tendo como objeto de análise a produção teórica de Silvo Romero; um quarto, “A intuição e a superstição”, em que o foco é a presença da ideologia do colonialismo em Euclides da Cunha; e finalmente o último, com o título de “Oliveira Viana: o racismo colonialista”.

A ideologia do colonialismo, segundo o historiador carioca, no período propriamente colonial, foi o resultado histórico objetivo da transplantação produtiva/institucional/cultural realizada pela Coroa Portuguesa no processo de colonização, ocupação e exploração do território nacional, argumento que remete ao seguinte fragmento da obra em tela:

A transplantação correspondia a introduzir, em organismo colonial, aquilo que convinha aos organismos metropolitanos e, por isso mesmo, configurava uma deformação cultural em que o autêntico, o local, o nacional eram inteiramente deslocados. E isso aconteceu precisamente porque a classe dominante na área colonial era mandatária da classe dominante no exterior, nas áreas economicamente metropolitanas (SODRÉ, 1961, p. 11).

Os estereótipos da ideologia do colonialismo – constituídos propriamente na fase inicial de transplantação cultural luso-europeia

– eram basicamente aqueles relacionados à superioridade racial, de clima, de posição geográfica, comumente usados para justificar, do ponto de vista teórico, “científico” e mesmo estético, a suposta inferioridade brasileira em âmbitos os mais diversos como cultural, social, antropológico, literário, econômico, psicológico. O historiador carioca, entretanto, não considerou a fase da ideologia do colonialismo atualizada pelas capturas e pelos amálgamas próprios do período de emergência do imperialismo, a partir do final do século XIX, motivo pelo qual argumentou o seguinte:

A análise da ideologia do colonialismo, que teve tão poderosa capacidade de infiltrar-se que se apresenta nos autores mais destacados do nosso passado, termina com Oliveira Viana, que a levou a marcantes extremos. Foi propositadamente deixada de parte a fase atual, quando o imperialismo se apresenta com formulações já diversas, perfeita e nitidamente encadeadas com as anteriores (SODRÉ, 1961, p. 11).

Considerando que a dialética supõe a lógica dos contrários, a negação da negação e a transformação da quantidade em qualidade, o tema latente deste livro é a interface entre sistema imperialista euro-norte-americano, a continuidade “com novas formulações” da ideologia do colonialismo e a soberania nacional, em perspectiva do Sul Global e em diálogo com os escritores citados, por, cada um em sua época, ter plasmado no plano da arte literária as particularidades humanas da relação entre submissão cultural, econômica e política às metrópoles ocidentais e a soberania nacional, referência estratégica da existência coletiva do povo brasileiro e, por isso mesmo, sistematicamente invisibilizada pelas artimanhas das diferentes ideologias do colonialismo da fase do capital, da imperialista europeia e a do ultraimperialismo norte-americano, categoria que adoto desde o livro *Ultraimperialismo americano e a antropofagia matriarcal brasileira*, publicado em 2018.

Como um dos aspectos da fase imperialista do capital é o total desapareço à realidade existente e sobretudo a tendência, a regra na era do *hegemon* estadunidense, de desobjetivação das relações sociais de produção, a perspectiva epistemológica a ser adotada é a do realismo crítico, para além do universo literário, tendo como referência, por exemplo, o britânico Roy Bhaskar, de *Scientific realism and human emancipation* (2009), considerando o seguinte fragmento:

Minha propensão pode ser resumidamente perspectivada da seguinte maneira: somente se os fenômenos sociais forem genuinamente emergentes é que as explicações realistas nas ciências humanas são justificáveis e somente se essas condições forem satisfeitas que realmente existirá qualquer possibilidade de auto-emancipação humana digna do nome (BHASKAR, 2009, p. 69)².

O realismo crítico, aos olhos de Bhaskar, é porvir, movimento para o futuro, afirmação em luta das relações sociais de produção emergentes, do ponto de vista da classe trabalhadora, dos povos, da cultura independentista, das ciências com potencial de incorporação de tecnologias nacionais, *práxis* marcadas necessariamente por uma dimensão emancipadora. E, a propósito, nada é mais emergente e emancipatório que a soberania nacional anti-imperialista, em chave multipolar, simplesmente porque o unilateralismo ocidental, sob a liderança de EUA, não a permite, de modo que a continuidade da ideologia do colonialismo no contemporâneo se expressa ora como um mundo regido por normas metafísicas, que mudam conforme as circunstâncias; ora, por seus efeitos práticos no plano da materialidade da dependência digital em relação à *Big Tech* do Vale do Silício,

2 My overall contention can be summarily stated. It is only if social phenomena are genuinely emergent that realist *explanations* in the human sciences are justified; and it is only if these conditions are satisfied that there is any possibility of human self-*emancipation* worthy of the name." (BHASKAR, 2009, p. 69).

por meio em tempo real do uso coletivo de suas plataformas e aplicativos que agenciam novas formas de censura ao confinar a verdade (no sentido de objetivação das relações sociais de produção) ao universo das bolhas, multiplicando ao infinitésimo o revisionismo e o antirrealismo histórico-social.

O realismo estético como arte de vanguarda

Falar de realismo, entretanto, é sempre um dilema, do ponto de vista da recepção, sobretudo acadêmica. O período da emergência do imperialismo, ainda no contexto do estatuto colonial europeu, foi absolutamente contrarrevolucionário e, por isso, revisionista em relação às guerras de classes travadas sob a ótica da classe trabalhadora e também sob o prisma dos povos, em perspectiva contracolonial, como foram os casos, por exemplo, da Revolução do Quilombo dos Palmares no Brasil, que durou quase todo o século XVI, ao mesmo tempo anticolonial e multiétnica, antecipando, antes do contexto das relações capitalistas de produção, a Comuna de Paris de 1871; da Revolução Haitiana (1791-1804), também anticolonial e antiescravista, da Revolução Soviética de 1917 e da chinesa de 1949, da cubana de 1959 – revoluções anticoloniais e de caráter socialista. O revisionismo o é, assim, contra o realismo crítico nos termos Bhaskar. É a luta a um tempo épica e lírica dos povos pela conquista da dignidade contracolonial que é o objeto do revisionismo.

O período do ultraimperialismo estadunidense, após a Segunda Guerra Mundial, não foi diferente; pelo contrário, por meio do monopólio da indústria cultural, editou e reeditou cinematograficamente tudo que existiu; e existe, colonizando o passado, o presente, o futuro; o desejo, o inconsciente. No livro *Quem pagou a conta? A CIA na guerra fria da cultura* (2008), por meio de uma meticulosa pesquisa baseada em extenso material arquivístico, sua autora, a britânica Francis Stonor Saunders, investigou [...] o Congresso pela Liberdade

Cultural, dirigido por Michael Josselson, um agente da CIA, de 1950 a 1967” (SAUNDERS, 2008, p 13), cujo objetivo não era outro senão travar uma guerra cultural contra o eixo socialista, a fim de incorporar a cultura emergente pró-socialista europeia, após a Segunda Guerra Mundial, revisinando-a nos termos da cultura dominante estadunidense da época da primeira guerra fria; a da invenção da juventude transviada, referenciada como fator de publicidade biopolítica do Ocidente, na pressuposição de que, por exemplo, na União Soviética não havia liberdade, palavra que se tornou o *leitmotiv* da nova versão da ideologia do colonialismo, lastreada na separação da sociedade civil de sua dimensão econômica e social – o reino da liberdade individual sem o reino da necessidade ou o princípio do prazer sem o princípio da realidade, para usar um referencial psicanalítico.

STONOR (2008, p. 298) evidenciou como o realismo estético socialista (e a arte realista de modo geral) virou alvo da CIA, que promoveu o expressionismo abstrato norte-americano como contraponto. Em interlocução com o escritor e ensaísta norte-americano, Adam Gopnik, de vertente realista, salientou que o Museu de Arte Moderna de Nova Iorque teria forçado ao menos duas gerações de pintores realistas a viverem no porão, sem reconhecimento, invisibilizados. Visado e revisinado, o realismo estético passou a ser concebido como positivista, um simples reflexo mecanicista da realidade, o que é absolutamente falso, se a referência for a tradição marxiana, sobretudo a que teve como principal representante o teórico húngaro, György Lukács, que desde a década de trinta do passado século até a sua morte, em 4 de junho de 1971, foi um incansável estudioso e defensor da estética realista, escrevendo o seguinte em ensaio de 1938, “Se trata del realismo”, uma estética desafiada a captar e plasmar as correntes subterrâneas do processo histórico real, incorporando “[...] a grande missão histórica da verdadeira vanguarda da literatura” (LUKÁCS, 1966, p. 306 – Trad. do autor).

A esse respeito o capítulo que escrevi no livro *O realismo como vanguarda* (2020), intitulado “Os três axiomas da vanguarda realista”,

em linhas gerais teve como objetivo argumentar que a verdadeira vanguarda em arte é realista, precisamente porque está longe ser mecanicista ou um simples reflexo fenomênico da realidade, uma vez que não há nada mais difícil que particularizar, humanamente, no plano da representação, a realidade em seu processo real, multifacetário, sobretudo no interior do modo de produção capitalista onde a alienação é a regra; e o realismo estético é por excelência a arte da desalienação, significando, nos termos deste livro, a arte que desarticula as artimanhas atualizadas da ideologia do colonialismo e, por isso mesmo, arte de vanguarda.

E, aproveitando, é bom que se diga: o realismo estético não está limitado ao período histórico recortado pela historiografia literária vulgar (e positivista), que o confinou à segunda metade do século XIX. A realidade, sobredeterminada pelas relações sociais de produção vigentes, é imanente a todos os períodos históricos e é a base de uma formação cultural dominante e material estruturada como relações sociais de produção (se escravista, se feudal, se mercantilista, se), razão por que outro interlocutor importante para este livro será o sociólogo inglês, Raymond Williams, tendo como referência, por exemplo, o seguinte fragmento do capítulo sugestivamente designado como “Meios de produção”, de seu livro *Cultura* (1992): “[...] sejam quais forem os objetivos a que vise a prática cultural, seus meios de produção são indiscutivelmente materiais” (WILLIAMS, 1992, p. 87).

Como não poderia deixar de ser, a materialidade da cultura não está separada da lei geral das sociedades marcadas por polaridades de classe, tendo em vista as relações sociais de produção superadas e as de vanguarda, designadas, estas últimas, como forças produtivas. Há, assim, cultura como meios de produção e reprodução de relações sociais de produção anacrônicas e, por sua vez, uma cultura de vanguarda, que, uma vez referenciada em lutas de classes anticoloniais e anti-imperialistas, em perspectiva socialista, torna-se cultura das novas forças produtivas revolucionárias, a um tempo objetivas e subjetivas, abrigando “fenômenos sociais genuinamente emergentes

[...] que demandem explicações realistas e explicações realistas possuem implicações emancipatórias³.

No primeiro caso, no que diz respeito à cultura como prática material de relações sociais de produção ultrapassadas, há o que Williams em *Materialismo e cultura* (2011, p. 56) chamou de cultura residual, que pode ou não ter sido capturada pela cultura dominante de vanguarda; e há a “cultura emergente (2011, p. 57), a que diz respeito à autoemancipação humana, tendo como interlocutora a cultura residual ainda não dominada e, como referência a ser negada e superada, a cultura dominante das forças produtivas das classes opressoras. Por sua vez, há a cultura da ideologia do colonialismo, objetivo de investigação específico deste livro, sendo *sui generis*: é residual sem ser; constituindo uma aporia do sistema capitalista, sobretudo em sua fase imperialista; aporia que tem como razão de ser o fato de o capitalismo da civilização ocidental (é este o capitalismo realmente existente) não poder prescindir da acumulação primitiva transversal e, assim, do saqueio colonial e, portanto, do eterno retorno em diferença da ideologia do colonialismo.

A ideologia do colonialismo e suas atualizações históricas

Pensar a cultura (e com esta a literatura) brasileira como se fossem uma dimensão à parte dos fundamentos econômico-políticos e culturais da história da humanidade, o que tem sido recorrente, significa incorrer e insistir na fuga da história, em clave ou antirrealista ou pseudorealista e, assim, revisionista, razão por que, em diálogo

3 “social phenomena are genuinely [...] phenomena require realist explanations and realist explanations possess emancipatory implications. Emancipation depends upon explanation depends upon emergence” (BHASKAR, 2009, p. 69).

com Nelson Werneck Sodré de *História da Literatura Brasileira*, seus fundamentos econômicos (1964), que:

A aceitação de que a lei determinante do desenvolvimento histórico está na base econômica, seu princípio diretivo, e que, do ponto de vista dessa conexão, a ideologia e, nela, a arte e a literatura, seja condicionada pela situação material, não representa uma espécie de chave universal que abre por si todas as portas do entendimento. Desta constatação fundamental, o materialismo vulgar, conforme acentuou um mestre, tira uma consequência mecânica e errônea, a de que intercorra entre a situação material e as manifestações artísticas uma simples relação de causa e consequências, em que a primeira seja causa única, e as segundas meros efeitos (SODRÉ, 1964, p. 7).

É preciso, pois, historicizar sempre, sendo indispensável pensar o presente a partir do passado e, no caso brasileiro, especificamente do passado colonial, em conformidade com o método do materialismo histórico, compreendendo que a interface entre o ido, o sendo e o advir está impulsionada pelas relações sociais de produção, mediadas de modo onipresente pelas lutas de classes. O efeito mais trágico dessa estrutura colonial de produção é a permanência, no tempo e espaço da: i) ideologia do colonialismo, base tanto para a atualização sem cessar da: ii) ideologia da dependência e da: iii) ideologia, na fase imperialista, do capital monopólico, considerando seus dois períodos históricos: o da hegemonia interimperialista do capitalismo europeu e o da fase atual de dominação ultraimperialista estadunidense.

No conjunto, essas quatro formas de ideologia constituem o fundamento sem fundamento do racismo estrutural e da subsunção econômico-cultural da sociedade brasileira. Como se sabe, o conceito de ideologia é complexo porque tanto pode ter um sentido positivo, como na expressão “ideologia revolucionária”, como pode assumir uma dimensão negativa, caso da categoria em tela, a

de ideologia do colonialismo, sem contar a sua versão mais conhecida, a que Marx e Engels desenvolveram em *A ideologia alemã* (1846), livro no qual é possível encontrar essa formulação interpretativa insubstituível: “[...] a classe que é força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (ENGELS&MARX, 2007, p. 47).

E haverá por acaso oligarquia que mais detém a força material que a que se constituiu por meio do estatuto colonial da humanidade, considerando o processo expansionista europeu e a sua substituição por EUA, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial? Se assim o for, não será essa “classe de oligarcas” exatamente a que detém a força espiritual da humanidade há mais de 500 anos? Seria, pois, a ideologia do colonialismo a força espiritual dominante do período colonial, capitalista e imperialista, o atual, tanto mais porque seja transversal a essas fases históricas?

Essa concepção de ideologia como “força espiritual” que corresponde ao ponto de vista da classe que possui o poder material é uma perspectiva fundamental, tanto mais porque não se opõe a outras leituras, como a de Louis Althusser, que concebeu o conceito em tela como representação inscrita no interior da realidade, estando inseparável desta, como é possível depreender no fragmento abaixo presente no ensaio “Sobre a evolução do jovem Marx” (1970): “As ideologias não são puras ilusões (Erro), mas corpos de representações existentes nas instituições e nas práticas: elas figuram na superestrutura, sendo fundamentadas na luta das classes” (ALTHUSSER, 1987, p. 123).

Ora, sem opor Marx/Engels a Althusser, não sendo meras representações, a ideologia pode ser definida como a própria realidade, no modo de produção capitalista, que se divide estruturalmente em capital e trabalho, sendo que o primeiro impõe relações sociais de produção do seguinte modo ideologicamente autorrepresentado no cotidiano, nas instituições, nas interfaces da vida, conforme a perspectiva da economia política: i) representam e, ao mesmo tempo, apresentam os donos dos meios de produção ou os segmentos de classe a

eles associados como magnânimos, virtuosos, civilizados, democráticos, sérios, respeitáveis, ficando na prática sempre bonitos na foto; ii) representam e, simultaneamente, apresentam diferentes perfis da classe trabalhadora como irracionais, autoviolentos, frívolos, desorganizados e especialmente os do Sul Global, os superexplorados, de modo desumano, inferiores, fanáticos e fundamentalistas.

No primeiro caso, ideologicamente, na prática, e na realidade alienada do capital, a representação/apresentação, no ato de viver, é tendenciosamente antirrealista; e, no segundo, é naturalista ou pseudorealista. No primeiro caso, do ponto de vista da arte e, assim, da produção literária, a obra, independentemente do gênero, será antirrealista; no segundo, por sua vez, será pseudorealista. É assim que o realismo estético é cancelado, na prática, na vida diária, nas relações sociais de produção realmente existentes.

E é nesse contexto, retomando o diálogo com Althusser de, agora, *Pour Marx* (1965), que a ideologia se constitui como “uma estrutura essencial da vida histórica das sociedades” (ALTHUSSER, 1965, p. 239); está, em tempo real, na realidade das relações sociais de produção existentes. A ideologia do colonialismo (e provavelmente Sodr e não discordaria desse argumento) pode ser interpretada como representações, em ato, praticadas na totalidade do ser social, pelos corpos de representações, que envolvem pessoas, com suas diferenças, além de objetos, coisas.

De qualquer forma, a concepção de ideologia como força espiritual e material da classe que detém o poder material’ não pode deixar despercebido o problema da alienação, no modo de produção capitalista e sobretudo no que diz respeito ao fetichismo da mercadoria e assim à tendência do capital de produzir ídolos. Ludovico Silva, poeta e filósofo marxista venezuelano, soube articular bem a relação entre ideologia e alienação. Em sua obra, *A mais-valia ideológica* (1970) problematizou a escolha da palavra ideologia dizendo ser equívoca por não objetivar o problema fundamental das sociedades de classe, sobretudo do modo de produção capitalista, a saber: a produção de

ídolos. Em diálogo com a obra *Novum Organum* (1620), de Francis Bacon, sugeriu que o termo *ideologia* teria sido mais acertado, se adotado por Marx no lugar de ideologia. No entanto, acabou acatando a categoria marxiana em tela porque se impôs pelo uso, embora tenha argumentado que no plano alienado das relações sociais de produção da civilização do capital, o que se projeta, do lado dos donos dos meios de produção, são ídolos (sempre de barro), efeitos alienados, ainda que reais, na prática, do fetichismo da mercadoria.

Para o poeta venezuelano, ideologia é sempre um termo negativo, indissociável da falsa consciência e, portanto, da alienação, sendo histórica e objetivamente determinada como [...] representação de uma situação econômico-social existente” (SILVA, 2017, p. 194), sendo ao mesmo tempo “[...] uma visão enganosa da realidade, uma visão que expressa, com frequência, o contrário do que ocorre na realidade” (SILVA, 2017, p. 40).

É por isso que, em sua obra *La alienación como sistema: la teoría de la alienación en la obra de Marx* (1983), o filósofo venezuelano associou o sistema ideológico, no interior da civilização burguesa, às três formas objetivas de alienação do modo de produção capitalista: a alienação produzida pela forma privada de apropriação da riqueza socialmente produzida; a alienação que se orchestra como efeito das relações mercantis e, portanto, do império do valor de troca sobre o valor de uso; e a alienação que emerge da divisão social internacional do trabalho. Nos três casos, os donos dos meios de produção e seus agregados são apresentados e representados positivamente (ídolos); e o valor de uso das classes trabalhadoras, negativamente, sobretudo se assume a forma revolucionária da guerra de classes pela soberania nacional, em clave anticolonial, anti-imperialista e anticapitalista.

A partir daí é possível inferir o seguinte: a ideologia do colonialismo é a que ocorre no âmbito da terceira forma de alienação; a que diz respeito à divisão internacional desigual do trabalho, sendo também epistemológica, tecnológica, de gênero, étnica, estética e entre países; os países do centro do sistema e os países historicamente colonizados.

A ideologia do colonialismo, nesse sentido, pode ser interpretada como efeito, no plano do imaginário e, na prática (na superestrutura e na infraestrutura, já não faz mais sentido separá-las) da formação primitiva do capital, para a qual o período colonial contribuiu fundamentalmente, seja com o retorno de relações escravistas de produção, seja com a não menos trágica retomada de formas de exploração feudais.

No livro *Introdução à economia política* (1913), Rosa Luxemburgo, descreveu assim esse cenário dantesco, tendo em vista o uso da escravidão nos EUA e analisando a categoria analítica da ‘economia política’:

A indústria algodoeira inglesa obtém sua matéria-prima da América do Norte. O crescimento das fábricas no distrito de *Lancashire* é responsável pelo surgimento de enormes plantações de algodão no sul dos Estados Unidos. Como força de trabalho barata, foram importados negros da África para serem usados no mortífero trabalho das plantações de algodão. A mesma situação ocorreu no âmbito das plantações de tabaco, arroz e cana-de-açúcar. [...] Surge formalmente uma “migração” negra. Nos fins do século XVIII, estimava-se que o número de negros nos Estados Unidos era de cerca de 697 mil; mas em 1861 já alcançava 4 milhões (LUXEMBURGO, 1972, p. 48).

Com o objetivo de mostrar como a categoria analítica da economia política jamais pode ser pensada no interior de um único país, Rosa Luxemburgo descreveu na obra em tela o complexo processo de interdependência da economia mundial, evidenciando que o tráfico negreiro e o aumento da população de afrodescendentes, nos EUA, estavam diretamente relacionados ao crescimento da produção de tecido nas fábricas da Inglaterra.

Com a Guerra de Secessão de 1861 a 1865 e a consequente paralização de fornecimento de algodão do sul de EUA para as fábricas de Lancashire, amplas áreas de terra no Egito foram utilizadas para

o plantio de algodão, desencadeando um intenso processo de superexploração da força de trabalho por meio de relações de produção semelhantes às escravistas e mesmo, em escala imperialista, feudais, ao projetar dois perfis típicos de “senhores feudais”, o que representa a extração da cadeia do valor do lado britânico, incluindo banqueiros e empresários da indústria de tecido; e o da oligarquia egípcia interna, usurpadora subsidiária da renda privada da Terra. Isso é ideologia do colonialismo, na prática, razão por que seja possível falar em economia política da ideologia do colonialismo.

É nesse sentido que uma hipótese metodológica deste livro, entrelaçada às demais, é: haverá uma economia política da ideologia do colonialismo? Como a cultura brasileira em sua dimensão de fuga da história se inscreve nessa ideologia? Qual a relação da ideologia do colonialismo com a ideologia da dependência, com a ideologia do período interimperialista da dominação europeia e do período da hegemonia estadunidense?

Fábio Lucas em *Vanguarda, História e ideologia da literatura* (1985), definiu a ideologia da dependência das seguintes maneiras:

A ideologia da dependência, portanto, reúne todos aqueles que, supostamente aludindo ao cenário internacional, não passam de uma corrente auxiliar do circuito multinacional, que promove a balcanização do conhecimento periférico, enquanto lhe dá o gosto da ilusão da totalidade. Enquanto a elite nacional simplesmente imita aquilo que julga “internacional” dando circulação voluntária ao produto que é indício de sua submissão conformada, morre a sua possibilidade de ser autêntica e de colocar-se na vanguarda verdadeira (LUCAS, 1985, p. 14).

Em termos de Ideologia da Dependência, as vanguardas derivadas funcionam como elos de um circuito que alimenta a causação circular da dependência, transformando o nacional em multinacional e tornando um triunfo aquilo que não passa de ocasional

embaraço histórico, de transitório fruto de um modo de dominação (LUCAS, 1985, p. 17).

Em interface com os fragmentos citados, a ideologia de dependência se constitui como um vetor fundamental da ideologia do colonialismo, retomando esta em nome de perspectivas culturais (sim, políticas, econômicas) e estéticas que, a pretexto de se apresentarem como internacionais, são a rigor, como os efêmeros ciclos econômicos, transitórios momentos de subsunção e, assim, de desvalorização da cultura brasileira, assim como de seus desafios, sob o ponto de vista da soberania nacional.

Na fase propriamente interimperialista da expansão europeia, a ideologia do colonialismo se desdobra na ideologia do capital monopólico, tendo como centro as duas guerras mundiais do passado século. Para dialogar com Raymond Williams (1988, p. 3), de *Marxismo y literatura*, a fase interimperialista do capital tornou-se indissociável da ideologia dos estilos de vida, uma vez que a sua emergência foi também: 1. de exportação não apenas de capital, mas também de estilos de vida; 2. estilos de vida marcados ao mesmo tempo por um vetor bélico e publicitário, porque estão inseparáveis das guerras interimperialistas de disputa dos povos e de suas riquezas.

Em linhas gerais, metodologicamente, para este livro, a ideologia da fase interimperialista do capital, sendo fundamentalmente europeia, definiu-se da seguinte forma: identidade *versus* alteridade, sendo a primeira basicamente a identidade de estilos de vida de diferentes países imperialistas europeus, marcados como superiores às alteridades do mundo, sobretudo as étnicas e simultaneamente as de gênero e epistemológicas. A ideologia da fase interimperialista da dominação europeia retoma a fase colonial desumanizando os povos submetidos e ao mesmo tempo autoidolatrando as suas oligarquias e estilos de vida a estas associados.

É nesse aspecto que tal ideologia é também a da biopolítica do racismo, sendo Hitler não uma exceção, mas a sua regra radicalizada

sob a forma do nazismo e da superioridade suposta dos germânicos. No que diz respeito à fase de dominação estadunidense, que tenho denominado como ultraimperialista, a ideologia dominante, sendo igualmente uma forma de ideologia do colonialismo, distingue-se do período de hegemonia europeu sobretudo, retomando Ludovico Silva, porque se realiza pelo mais-valor ideológico, usando a apropriação privada da indústria cultural mundialmente estabelecida como forma de expropriação espiritual do trabalho cultural dos povos, razão por que a tenho designado como ideologia que resulta da extração do mais-valor cultural, capturando as culturas dos povos, reeditando-as de maneira revisionista e distorcida, além de manipulá-la para engendrar divisões internas e ódios religiosos, étnicos e de gênero.

Diversamente da fase interimperialista europeia, a do ultraimperialismo estadunidense se apropria do mais-valor da esfera da *psíquê* humana, da dimensão cognitiva e comportamental, por meio, em tempo real, da produção de artefatos culturais, incluindo literatura, editados e reeditados pela indústria cultural estadunidense, não se valendo mais da relação opositiva entre identidade e alteridade, mas da captura desta última ao conformá-la no interior da dinâmica da cultura dominante estadunidense e metamorfoseá-la em estilos de vida publicitários que encarnam, reverenciam e idolatram a oligarquia financeira estadunidense.

Expressa-se deste modo: identidade dos publicitários estilos estadunidenses de ser (mais-valor ideológico é fundamentalmente uma captura laboral publicitária) é igual às alteridades dos povos. Nesse contexto deixa de existir (como falsa consciência de si) diferença entre identidade e alteridade. Se esta, no contexto da dominação europeia (e ainda é), definia-se como o outro inferiorizado e desumanizado (ao extremo da imposição de relações escravistas de produção), em relação ao estereótipo étnico mistificado europeu, no período do ultraimperialismo estadunidense, demarca (as tatuagens não por acaso), nos corpos, como efeito, o *american way of life*, que se torna ao mesmo

tempo identidade e alteridade no plano publicitário, sem deixar de ser concreto, prático, real.

Isso não significa que o racismo tenha sido eliminado na fase de *hegemon* norte-americano. Tudo continua como no período da dominação europeia, sob o ponto de vista da economia política colonialista, capitalista, imperialista fora do plano publicitário estadunidense, com o domínio coletivo da superexploração do trabalho dos povos, méseria, golpes e guerras incessantes contra tudo que signifique ou, sobretudo, possa significar soberania nacional.

São esses argumentos, no que diz respeito a essas quatro formas de ideologia que este livro procurará metodologicamente acionar para a análise das obras literárias escolhidas, considerando sempre o período em que foram publicadas. *MPBC*, na fase de transição da ideologia do colonialismo português-europeu para a do imperialismo britânico; *Recordações do escrivo Isaias Caminha*, de Barreto, como obra que assinalou a presença racista da ideologia do colonialismo europeu, ao mesmo tempo que interagiu criticamente com o racismo da fase interimperialista do capital, considerando que esta procurou justificar a superioridade racial por meio de falsas premissas (não)científicas; *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, como obra da fase propriamente bélica do período interimperialista, em que os estilos de vida se tornaram tendencialmente fascistas e nazistas; *Irmão Juazeiro*, de Francisco Julião, que reconfigura o núcleo duro da ideologia do colonialismo, ao estruturar-se esteticamente no campo da luta camponesa pelo acesso à terra e, assim, “enredando” a relação entre latifúndio e as lutas camponesas pela reforma agrária; e os romances experimentais em forma de contos *A festa* e *A casa de vidro* de Ivan Angelo, que serão estudados como obras que se encontram no eixo da hegemonia estadunidense, embora a primeira, *A festa*, demonstre, como um coringa, que nada muda (a questão trágica da concentração de terras) com a emergência da fase em que identidade e alteridade se tornam inseparáveis pelo mais-valor ideológico-cultural apropriado por Estados Unidos.

Os negócios miúdos da realidade da ideologia do colonialismo: os romances

1.1. O contexto histórico da ideologia do colonialismo, à brasileira

Trata-se, assim, de assumir, em perspectiva afirmativa, o “triunfo do realismo” estético, para dialogar com Engels (1989, p. 198); triunfo que se realiza na *práxis* da luta pela superação da estrutura colonial de produção da economia político-estética nacional dominante, argumento que interage com o seguinte trecho de *A ideologia do colonialismo*:

A ideologia do colonialismo começa a aparecer quando a expansão europeia se define nas descobertas ultramarinas. Adquire suas dimensões mais amplas, entretanto, quando, com a Revolução Industrial, determinadas áreas do mundo, a americana principalmente, emancipam-se de suas metrópoles, constituindo-se novos países (SODRÉ, 1961, p. 8).

Países como o Brasil, marcados por um processo de modernização tardio, não raro detêm a tendência de confundir a emancipação nacional à relação de influência/dependência cultural, política e econômica com as ideologias dominantes da nova metrópole que substituiu a anterior. A leitura do livro *O Tratado de Methuen* (1957) de Nelson Werneck Sodré, é suplementar ao da *Ideologia do colonialismo*, pois, ao analisar detidamente esse paradigmático (do ponto de vista da relação entre forças produtivas ascendentes e descendentes) acordo, também chamado de Tratado de Panos e Vinhos, assinado entre Portugal e Inglaterra em 1703, é possível observar como os lusos, à época, subordinaram-se a outras potências mercantis, como Inglaterra, Holanda e França.

O Tratado de Methuen ratificou de vez a dependência de Portugal à Inglaterra, porque impedia os portugueses de desenvolver a indústria manufatureira, condenando-os ao setor agrário-exportador no que se refere à produção e exportação de vinho para os britânicos, enquanto estes exportavam “panos” para os lusos. O historiador carioca argumentou, no livro em tela, que não foi, entretanto, o Tratado de Methuen o responsável pela decadência portuguesa. A questão de base residia na relação entre forças produtivas ascendentes e relações de produção descendentes. Portugal passou a ocupar estas últimas tornando-se refém da concorrência das novas forças produtivas, no contexto do mercantilismo e principalmente considerando a emergência do capitalismo, com o protagonismo da Inglaterra.

O *Tratado de Methuen* tinha como objetivo, sob o ponto de vista da Inglaterra, dificultar o comércio de vinho da França, sua principal concorrente. Por outro lado, os britânicos detinham amplas vantagens na relação comercial com Portugal em função de terem: 1. dificultado o desenvolvimento industrial dos lusitanos; 2. exportado sua produção de tecidos para o mercado português; 3. obrigado Portugal a limitar-se à monocultura vinícola, aproveitando para exportar não apenas panos para os portugueses, mas também trigo e até mesmo bacalhau.

Essa digressão foi necessária em função da seguinte pergunta de caráter metodológico: a partir do final do século XVII, qual metrópole de fato detinha o poder sobre o Brasil, Portugal ou Inglaterra? Teria sido circunstancial que boa parte da imensa reserva de ouro de Minas Gerais, descoberta e extraída sobretudo no decorrer do século XVIII, tenha sido confiscada pelos ingleses, colaborando de forma significativa para a formação de capital primitivo necessário para a alavancagem da Segunda Revolução Industrial?

No livro *História militar do Brasil*, Sodré abordou essa questão da seguinte maneira:

Se a Inglaterra dominava a economia lusa desde a Restauração, e firmara a sua ascendência em acordos diplomáticos em que os mais característicos foram os de 1654 e 1703, passaria a dominar, e indiretamente, a economia brasileira, após a separação entre a colônia e a metrópole. Para chegar a essa situação estava dispensada inclusive de usar a força porque tinha Portugal em seu inteiro domínio (SODRÉ, 2010, p. 87).

A relevância metodológica desse anacronismo português solta aos olhos sobretudo porque tem sido também uma tendência brasileira, destacada por Nelson Werneck Sodré, em *A ideologia do colonialismo*, da seguinte maneira: “Mantida a estrutura colonial de produção, tais países deixam de gravitar em torno de suas metrópoles antigas, para gravitar em torno de outras, não tituladas assim, que regulam, o seu desenvolvimento econômico” (SODRÉ, 1961, p. 8).

Além da Inglaterra, como a metrópole de referência de fato, representando as forças produtivas do capitalismo emergente, havia no período a presença sub-reptícia de Estados Unidos, agitando as revoltas e insurreições que ocorreram no decorrer do século XVIII e XIX, como demonstrou de forma lapidar Luís Alberto Moniz Bandeira, em *Presença de Estados Unidos no Brasil* (2007), ao registrar, por exemplo, o seguinte: “O lorde Cochrane, refere-se, nas suas

memórias, ao movimento da Confederação do Equador, como um ‘projeto fomentado – senão originado – por norte-americanos’ residentes em Recife” (BANDEIRA, 2007, p. 81).

E continuou:

A Confederação do Equador não sobreviveu. Abateram-na as armas do Brasil, depois de alguns meses de combate. E sobreveio o terror, dirigido pelas comissões militares, que condenaram sumariamente ao patíbulo e ao muro dos fuzilamentos centenas de republicanos, entre os quais Joaquim da Silva Rabelo, o Frei Caneca, o português João Radcliffe, um cidadão americano, James H. Rodgers (BANDEIRA, 2007, p. 82).

Curiosamente, os norte-americanos não apenas apoiaram o levante, fomentando-o desde de seu Consulado Geral em Recife (o mais antigo do Brasil, fundado em 1815), mas também estiveram presentes do lado oposto, o das tropas oficiais, como é possível ler no seguinte trecho do livro em tela: “Um americano, porém, ajudou a repressão: o capitão- de-mar-e-guerra, David Jewett, comandante da fragata Piranga” (BANDEIRA, 2007, p. 82).

Sob esse ponto de vista não seria inadequada a seguinte pergunta: as múltiplas revoltas e insurreições ocorridas entre o século XVIII e XIX, como a Conjuração Mineira de 1789; a Carioca, de 1794; a Baiana, também conhecida como Revolta dos Alfaiates, de 1798 ; a Revolução Pernambucana de 1817 e tantas outras, como a da Confederação do Equador, não estariam marcadas por uma perspectiva potencialmente quixotesca, uma vez que a metrópole portuguesa, objeto de insubordinação, efetivamente já não se constituía como centro do sistema colonial então vigente?

Em “A Arcádia e a Inconfidência” (1945) o poeta, escritor e ensaísta modernista, Oswald de Andrade, analisou esse anacronismo histórico-estético não apenas citando o *Tratado de Methuen*, mas também destacando a extensão deste para o Brasil, quando a Dona Maria

I, em 1785, impôs um decreto proibindo o desenvolvimento industrial brasileiro.

O título do ensaio de Oswald expõe o problema metodológico deste livro com objetividade: é a Arcádia ou a Inconfidência? É a fuga da história, com o país impedido de desenvolver a sua própria economia, ciência, cultura, arte ou será a revolução brasileira e com esta o rompimento com a estrutura colonial de produção?

Não foi por acaso, a propósito, que o escritor modernista tenha demonstrado, no ensaio em questão, a influência negativa da Arcádia Lusitana na produção poética dos árcades mineiros, argumentando o seguinte: i) à medida que tais poetas se aclimatavam, abasileirando-se, suas produções criativas adquiriam uma singularidade e objetividade estético-histórica sem precedentes, como é o caso singular das *Cartas Chilenas*, de Tomás António Gonzaga, certamente a melhor peça satírica do período; ii) a tendência arcádica da cultura brasileira manifesta-se recorrentemente como fuga da história sempre que o problema fundamental da condição de dependência do país, em relação a uma ou mais metrópoles, seja ocultado, omitido, ignorado.

Confrontando o perfil do poeta árcade lusitano, António Dinis da Cruz e Silva (o magistrado português que condenou os inconfidentes mineiros e cariocas ao exílio ou à força, como no caso de Tiradentes) com os poetas do Ciclo do Ouro de Minas Gerais, Oswald escreveu o seguinte:

Sua figura se põe aos nossos Inconfidentes de uma maneira mais completa e significativa que a decorrente de suas funções nos fatos jurídicos em que e envolveu. Ele é a Arcádia. A Escola Mineira é a revolução. Ele é o intelectual a soldo do Poder. Os Inconfidentes são poetas a serviço do progresso humano e do futuro (ANDRADE, 1972, p. 70).

Como expressão da ideologia da dependência (e, portanto, colonialista) estadunidense e, por consequência, como captura e

manipulação do mais-valor ecológico, a contemporânea *cultura woke* do globalismo norte-americano, se confrontada com o fragmento supracitado de “A Arcádia e a inconfidência”, oportuniza a seguinte interrogação: assim como o poeta e juiz arcádico português, António Dinis da Cruz e Silva, estava, a soldo do poder, a serviço do obscurantismo retardatário luso, opondo-se à soberania de Minas/Brasil (e também a do povo português), a atual rejeição ao progresso humano, presente na ideologia do neoconialismo *woke* globalista, não será, a soldo do *hegemon* dolarizado, a evidência histórico-social do eterno retorno do mesmo, considerando o período contemporâneo de declínio estadunidense e o objetivo de confinar o Brasil à condição de país submetido ao unipolarismo financeiro euro-norte-americano, retirando-o do BRICS?

A interface entre soberania nacional-popular e progresso humano, ecoando o trecho citado de “A Arcádia e a inconfidência”, não está desconectada, pelo contrário, da luta por um futuro de bem-estar comum, como a perspectivada pelos Inconfidentes da Escola Mineira, e aqui respondo à questão formulada; não é antiecológica e sobretudo define um período de racionalidade, universalidade, cultura emergente, do ponto de vista de um “realismo científico e da emancipação humana”, para lembrar Bhashkar, como contraponto a forças obscuras que atuam para confinar um país-civilização como o Brasil a um passado arcádico antirrealista muito aquém de si mesmo, afogado, em nome da última novidade teórico-comportamental, a soldo simbólico, imaginário e aqui e ali financeiro, na miséria de um pseudorealismo sem chão nacional e sem dignidade coletiva, contrapondo-se ao que realmente é novo, segundo Sodré:

Novo é, pois, o povo. Nada ocorrerá mais sem a sua participação [...] Novo, em suma, é o Nacionalismo, que corresponde ao que nos impulsiona para frente e rompe com o que nos entrava e entorpece. Entre o novo e o velho, a escolha não é difícil. Entre o passado e o futuro, a dúvida não existe. Nós escolhemos

o futuro. Não pretendemos perder o fio da história (SODRÉ, 1963, p. 182-183).

O contexto histórico recorrente do eterno retorno em diferença da ideologia do colonialismo, independentemente da época e da metrópole ocidental de referência, não é outro, dialeticamente argumentando, senão este: obscurantismo patrocinado, golpeando o “fio da história”, ou o novo nacional-popular que se materializa impulsionando, na *práxis*, para frente, para o progresso e o futuro humano comuns.

1.2. As gentes graves e as gentes frívolas, o caso de MPBC, de Machado

É essa questão povo, esse terceiro excluído, que está presente nos fundamentos econômico-culturais e estéticos da produção literária de Machado de Assis, por exemplo quando assinalou – não sem muita ironia –, em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, o seguinte:

Acresce que a gente grave achará no livro umas aparências de puro romance, ao passo que a gente frívola não achará nele o seu romance usual; ei-lo aí fica privado da estima dos graves e do amor dos frívolos, que são as duas colunas máximas da opinião (MACHADO, 1977, p. 23).

Machado, ao revés, soube antecipar a relação da *práxis* povo com as forças que a capturam, como as que dizem respeito à emergência da cultura de massa, já presente, ainda que em esboço, nos folhetins da segunda metade do século XIX. O escritor carioca soube, a partir da metaficção, assinalar o que conta realmente para a produção literária, para a recepção estética e também em perspectiva para o povo: não ocupar o lugar do frívolo, o que só se efetiva não levando a sério

a classe que se apresenta como tal, a oligarquia, representada na obra sobretudo por Brás Cubas.

A relação entre o frívolo e o grave, tendo o protagonismo (ou a sua ausência) do povo unido na defesa da soberania como eixo tornou-se por si mesma uma questão metodológica transversal, sobretudo considerando a fase imperialista do capital monopólico e a emergência a partir desta dos grandes conglomerados midiáticos e das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, incluindo na atualidade as chamadas redes sociais e as *Big Tecks* do Vale do Silício, evidenciando que a transversalidade da ideologia do colonialismo tem como objetivo tornar e fazer com que o povo viva, na prática, como frívolo, acreditando na “gravidade” das classes dominantes.

Em linhas gerais, a relação entre o frívolo e o grave corresponde, em diálogo com Schwarz de *Um mestre na periferia do capitalismo*: Machado, à interface entre o Gordo e o Magro, no cinema, assim analisada pelo autor de *Cultura e política, 1964-1969*:

Conforme o mestre, a maneira infalível de não dizer nada e evitar controvérsia é limitar-se, de um lado, aos “negócios miúdos”, e, de outro “à metafísica”, extremos complementares, de nulidade igual. E de fato, a conversa miúda e as grandes abstrações formam na prosa machadiana uma inseparável dupla comédia, como o Gordo e o Magro do cinema, indicando o descompasso – uma fatalidade local do pensamento, em vigor até hoje – entre a realidade familiar e o pensamento com mais voo (SCHWARZ, 2008, p. 36).

Ser frívolo é literalmente limitar-se aos negócios miúdos e ser grave é, por outro lado, apresentar-se metafisicamente como complexo, abstraindo de forma antirrealista a realidade social concreta que, no caso do Brasil, relaciona-se, em interlocução com Caio Prado Jr., de *A revolução brasileira* (1972, p. 70), com a necessidade de dialeticamente interrelacionar a independência política com a superação do trauma do tráfico negreiro, com a integração dos diversos

Brasis multiétnicos entrelaçados na luta comum pela abolição completa do racismo estrutural, deriva fatal da persistência de uma estrutura de dependência, considerando que a Casa Grande há muito é a Casa Branca.

A transversalidade histórica da ideologia do colonialismo torna onipresente, sempre atualizada, a relação entre o frívolo e o grave, impossibilitando a objetivação da realidade em sua totalidade dinâmica e contraditória no tempo e espaço, inseparável, em diálogo com Caio Prado Júnior, do desafio irrecusável de constituição da unidade nacional soberana. Os voos metafísicos encarnados no próprio estilo aristocrático do Brasil colonial de um Félix, Estácio, Jorge, Brás Cubas, desacoprados do “chão nacional”, ricocheteia na invenção da filosofia do Humanitismo realizada pelo ensandecido Quincas Borba, sobre a qual falará à beira da morte, que é: “princípio da vida e reside em toda a parte (Machado, 1982, p. 16), razão por que, “existe também no cão, e este pode assim receber o nome de gente, seja cristão ou muçulmano...” (Machado, ‘1982, p. 16).

Existe, sobretudo, diria, no cão porque não obstante o Humanitismo de Quincas Borba ser um delírico metafísico, evoca de modo intertextual e metaficcional ao filósofo da Grécia antiga, Diógenes, o *kynikós*, isto é, semelhante a um cão, à filosofia cínica e, por meio desta, ao cinismo instalado no próprio ato de inventar uma filosofia sem lastro nas relações sociais de produção, logo antirrealista. As metafísicas das epistemologias do “grave”, entretanto, na era do colonialismo financeiro lastreado no sistema dólar (não esqueçamos da cachorrinha intitulada Miss Dólar, que dá título a um conto homônimo do livro *Contos Fluminenses* de 1870) assumiram obviamente outros nomes cínicos, dissimulados de graves, variações do Humanitismo: estruturalismo, pós-estruturalismo, estudos culturais, estudos de testemunho, pós-colonialismo, decolonialismo, ancestralidade; apresentadas, todas, em suas respectivas épocas, como sérias e insubstituíveis, para as frívolas pesquisas acadêmicas brasileiras; e frívolas

porque perderam o “fio da história”: a emancipação nacional político-econômica, integrando soberanamente os diversos *Brasis*.

A perspicácia *kynista* do narrador machadiano, com o Quincas Borba e o seu Humanitismo, antecipou aquilo que dá amálgama à continuidade no tempo e no espaço da ideologia do colonialismo, a saber: a relação entre colonialismo e imperialismo, assim apresentada por Caio Prado Júnior: “Observamos aqui muito bem a ligação do imperialismo com o nosso sistema colonial, fundado na exportação de produtos primários, pois é por meio da exportação da colônia que provém os recursos com que o imperialismo conta para realizar os lucros que são a razão de ser de sua existência” (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 75).

A condição de dependente de uma metrópole imperialista impõe a violência da estrutura colonial de produção como transversal à história brasileira, violência cujo efeito objetivo diz respeito ao fato de que a relação entre o frívolo e o grave, apresentada e vivida alienadamente como idílica, sob o signo dos “negócios miúdos” e dos grandes voos metafísicos, é na verdade marcada pela mais cínica e descarada violência e capricho, inclusive epistemológicos, como de resto destacou Schwarz em “O sentido histórico em Machado de Assis” (2001), ao analisar o capítulo “A flor da moita”, detendo-se na relação entre Brás Cubas e Eugênia: “O leque dos destinos disponíveis, de amplitude vertiginosa e catastrófica para a parte pobre, é, para parte proprietária, o campo das opções ao exercício do capricho”(SCHWARZ, 2001, p. 89).

O diálogo com Schwarz não supõe (e isso não está no autor de *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*), que este livro esteja metodologicamente limitado a uma crítica biografista de Machado, supondo-o refém de um realismo escolar mecanicista, reproduzindo, assim, em sua produção ficcional, o recalque suposto de sua condição étnica e de classe – não proprietária. É evidente que a questão de classe e étnica não podem ser ignoradas, por serem transversais à estrutura colonial de produção brasileira; e a qualquer outra. Entretanto, a relação entre frívolo e grave (o capítulo “O vergalho” é

exemplar, sob esse ponto de vista), evidencia um escritor com a plena posse de seu estilo, definido pela mimetização irônica da impostura do sistema de aparência das relações sociais de produção então vigentes, como a rigor argumentou John Gledson em *Machado de Assis: impostura e realismo* – uma interpretação de Dom Casmurro (1991).

Machado foi um escritor consciente e lúcido que soube incorporar em seu estilo a ficcionalização crítico-irônica da ordem dominante, perspectivando-a como um anteparo poderoso para a constituição de uma sociedade emancipada do jugo dos estilos de vida colonizados das classes dominantes, tomando de “assalto”, nas suas “aparências fora de lugar” (não que haja um lugar próprio), a realidade concreta, baseada em relações escravistas de produção.

A impostura e a violência, encenadas ironicamente no estilo machadiano, estão correlacionadas à ambiguidade irônica e dialetizada, em *MPBC*, entre (no âmbito da recepção romântica da época, preâmbulo da cultura de massa do contemporâneo) o leitor frívolo e o leitor grave, particularizando de modo singular o que tem sido transversal à história do país subsumido a diferentes ideologias do colonialismo, precisamente porque jamais foi soberano, sob qualquer ponto de vista; precisamente porque, em uma estrutura de dependência, marcada pela relação desigual entre metrópole e periferia, sempre ocupou o sítio histórico da dependência, amalgamando, pela farsa e pela tragédia, “caras” sérias e “caras ingênuas”.

1.3. O caso de *Recordações de Isaías Caminha*, de Lima Barreto

Uma estrutura de dependência pode também ser objetivada pela relação entre o frívolo e o grave, sendo que o lugar do dependente é adjetivável pelo primeiro termo, enquanto a metrópole via de regra é representada pelo segundo. É essa relação, a partir de outro enfoque, que também pode ser analisada em *Recordações do Escrivão Isaías*

Caminha, de Lima Barreto, narrativa que tem como protagonista um narrador nem grave e nem frívolo, uma vez que soube identificar a dominância da impostura, do capricho e da violência no interior das relações laborais entre os “donos da imprensa” e seus funcionários avassalados, como é possível observar na seguinte passagem da narrativa:

Levantaram-me muito cedo naquela manhã para ir ao jornal. Não me competia o serviço diurno naquele dia; mas o redator português chegava às dez horas e eu recebera ordem para ir ao seu encontro no cais. No jornal, o diretor é uma espécie de senhor feudal a quem todos prestam vassalagem e juramento de inteira dependência: são seus homens. As suas festas são festas do feudo a que todos têm a obrigação de se associar; seus ódios são ódios do suserano, que devem ser compartilhados por todos os vassallos, vilões ou não (BARRETO, 1994, p. 111).

Dilatando a relação entre frívolo e grave de *MPBC*, o narrador-personagem de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* soube evidenciar o seguinte: 1. que a relação entre senhor e vassalo tem sido a regra e, assim, a própria estrutura da ideologia do colonialismo; 2. razão por que também ocorre entre os proprietários da “imprensa” e seus funcionários; 3. encarnando-se potencialmente em todos os tipos que possam ocupar o papel de senhor, de chefe, de patrão e também de homem, branco e assim por diante.

Entretanto, Lima Barreto, assim como Machado, não essencializa as relações sociais, quaisquer que fossem. Historicizava-as, pois sabia, no caso do autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), que eram e são a consequência trágica da prevalência de uma estrutura colonial de produção, tendo a questão da terra como central, como assinalou Astrogildo Pereira no seguinte trecho do livro *Crítica impura* (1963):

Combatia o latifúndio e reclamava a reforma agrária como condição indispensável ao livre desenvolvimento da economia nacional. Tratou disso mais de uma vez, sobretudo no artigo-manifesto a que deu o título de “No ajuste de contas...” e no artigo que escreveu sobre o *Problema Vital*, de Monteiro Lobato. Vital, para este último, era o problema da saúde. Para Lima Barreto, o problema da saúde estava ligado e dependia mesmo do problema da terra, este, sim, um problema vital (PEREIRA, 1953, p. 45).

Romances como *Triste fim de Policarmo Quaresma* e *Numa e Ninfa* (1915), para além de comentários da imprensa, têm como tema central precisamente a questão da terra, com o destaque para a situação de miséria dos trabalhadores rurais, para a primeira narrativa; e para uso da sátira ferina contra os burocratas do Estado comprometidos com latifundiário em detrimento do trabalhador rural, no que diz respeito à segunda obra citada.

É por isso que o romance *Recordações do escrivão Isaías Camianha*, em seu enredo, tornou-se, para esta livro, uma questão metodológica, pois não separou o racismo estrutural brasileiro da estrutura colonial de produção, motivo pelo qual será analisado, na relação com as outras obras deste livro, tendo como referência as seguintes perguntas: como o racismo estrutural se fundamenta no período histórico de uma estrutura colonial imperialista de produção? Como o capricho, a impostura e a violência são retomados nas relações entre o frívolo e o grave na era do capital monopolístico?

1.4. O caso de *Memórias do cárcere* de Graciliano Ramos

São em certo sentido o capricho, a impostura e a violência que Alfredo Bosi, em *Dialética da colonização*, idetificou, não sem uma dimensão caricatural, no cabra “maior abandonado”, Fabiano, de *Vidas Secas* (1938).

A esse respeito escreveu:

A figura de Fabiano, o cabra de *Vidas Secas*, não é um mito literário inventado por Graciliano Ramos. A sua conduta oscilar – entre o mais humilhado conformismo e surtos de violência..., até que um dia certas condições de emprego, de vizinhança, ou de grupo familiar puderam reconstituir aquele tecido de signos de vida popular (BOSI, 1992,P51-52).

Ora, não são esses signos de vida popular e também de vida em sociedade que a ditadura do Estado Novo – pela tortura – tentara de todas as formas corromper e destituir, a fim de impor ao país uma estrutura colonial de produção típica do período em que os tambores de guerra interimperialista anunciavam o advento da Segunda Guerra Mundial?

Não será *Memórias do Cárcere* o testemunho agônico e trágico da condição de dependência do país em época de guerra interimperialista ou mesmo de crise mundial do capital, período em que o perfil ao mesmo tempo caprichoso, violento e impostor concentra-se nos rostos graves dos militares dedicados a condenar o país e seu povo à estrutura colonial de produção que as metrópoles monopólicas exigem, impõem?

O que é ser frívolo (e logo torturável) em um contexto como esse? É ser brasileiro? É se envolver, como comunidade de destino, com o brasileiro, na contramão da estrutura colonial de produção vigente?

Reside nesse aspecto este doloroso depoimento do narrador, presente no volume dois da obra: “Somos animais desequilibrados, fizeram-nos assim, deram-nos almas incompatíveis. Sentimos em demasia, e o pensamento já não existe: funciona e para. Querem reduzir-nos a máquinas. Máquinas perras e sem azeite (RAMOS, 1998, p. 215).”

Entretanto, embora as ditaduras tenham como objetivo desumanizar, suprimir e transformar a tudo que respira – e diz não – em peça

de sua maquinária de moer gentes, em *Memórias do Cárcere*, segundo Hermenegildo Bastos de *Memórias do cárcere: literatura e testemunho*:

A mistura de vida e obra leva à retomada dos “fatos” da ficção e sua revisitação pelo personagem-autor (que rouba, assim, o papel dos outros personagens). Trata-se de resgatar um núcleo de experiência comum a Graciliano Ramos autor-personagem e seus personagens de ficção. É o caminho para a identidade, a qual, como vimos, se processa por meio da diferenciação. O núcleo de experiência é o Nordeste e o Brasil, a exploração, a violência, a impossibilidade de mudar a realidade (BASTOS, 1998, p. 22).

E não será essa experiência comum de que tratou Bastos no fragmento acima, na relação entre vida e obra, a instância que representa a diferenciada identidade nordestina e brasileira, quando, pela memória, ainda que do cárcere, resiste à condição de frívola e grave, humanizando-se não obstante a turtura e o arbítrio da prisão sem formalização de culpa e sem o devido processo legal?

A questão de método, para este livro, com a presença de *Memórias do cárcere* como objeto de estudo, não é outra, pois, senão esta: o “cárcere” da estrutura colonial de produção na relação com o cárcere enquanto tal, evidenciado pelo arbítrio da prisão sem julgamento, da tortura e da repressão contra todo aquele que ouse sequer desejar a soberania nacional.

No que se refere à “prisão histórica” imposta por uma recorrente estrutura colonial de produção, outro aspecto que não pode ficar de fora é este, a saber: as tipicidades humanas brasileiras são o efeito objetivo, ainda que contraditório, da condição de país dependente, sem soberania.

Não são, pois, a representação do mal absoluto, argumento que remete à seguinte passagem do ensaio *Graciliano Ramos: um diálogo antimoderno* com a modernidade, escrito pelo outor deste livro:

Mas Graciliano Ramos, sendo muitos personagens, muitas outras possibilidades de estar no mundo, pode também vislumbrar possibilidades até mesmo de manifestação de solidariedade humana. Em suas *Memórias do Cárcere*, fica perplexo vendo um acontecimento para ele inexplicável: certo capitão que não concorda com suas ideias, e ainda não lhe propondo nada em troca, oferece-lhe empréstimo (SOARES, 2012, p. 88).

Não será por acaso, assim, que uma – também – importante questão de método deste livro seja: não essencializar nunca, compreendendo que não existe essência humana. Não está na essência dos militares brasileiros reprimir, torturar, por exemplo.

O problema fundamental é a estrutura colonial de produção e, em sua fase imperialista, o fato de setores das Forças Armadas muitas vezes serem usados como verdadeiro exército de ocupação.

A esse respeito, Nelso Werneck Sodré em *História militar do Brasil* escreveu o que segue: “O grande esforço do imperialismo, sem dúvida alguma, vem sendo desenvolvido nesse sentido: o de transformar as Forças Armadas em tropa de ocupação, a seu serviço” (SODRÉ, p. 2010, 487).

Não essencializar não significa nem de longe ocultar a violência. Pelo contrário, as tipicidades que ocupam a linha de frente da defesa ditatorial da estrutura colonial de produção atuam a partir dos piores aspectos da ideologia do colonialismo, encarnando seus estereótipos mais deploráveis, a fim de justificar a violência, a impostura e o capricho exercidos arbitrariamente contra as brasileiras e brasileiros que estejam, conscientes ou não, em defesa da soberania nacional; contra a população, camponeses, operários, quaisquer como se evidenciou com a operação Lava a Jato, que, para combater o desenvolvimento tecnológico-industrial do país, encarcerou empresários, além Lula, jogando os arrivistas chantageados do mundo da política, contra Dilma Rousseff.

1.5. O caso de Irmão Juazeiro de Francisco Julião

Outra não menos relevante questão de método é esta: as relações de produção de estilo colonial são mundiais, incluindo metrópoles e países dependentes. É preciso analisá-las nesse contexto, o que significa o seguinte: é indispensável ampliar o *zoom* geopolítico para uma escala planetária, a fim de não incorrer no erro de fixar o problema das relações sociais autoritárias internamente, na suposição de que o país esteja isolado do mundo.

É preciso sempre lembrar que o Brasil surgiu como país no contexto de relações coloniais planetárias e como tal é parte do mundo, estando marcado pela divisão social e desigual do trabalho, assim como pelas trocas comerciais não menos desiguais.

Entretanto, o país possui a sua própria história, na relação dialética com a estrutura colonial europeia e estadunidense, sendo uma questão igualmente de método investigar a especificidade do caso brasileiro, sem deixar de compará-lo com outros casos e culturas.

Irmão Juazeiro (1960), de Francisco Julião, segundo Fabio Lucas de *O caráter social da literatura brasileira* (1976): “versa sobre a oposição entre os eiteiros e os latifundiários do interior de Pernambuco. Os donos das terras aproveitam-se destas e dos esforços dos camponeses. Estes contudo são os que revelam amor à terra e ao cultivo do solo (LUCAS, 1976, p. 82).

É obra dividida em vinte um capítulos em que o verdadeiro personagem é a terra na sua dupla dimensão, considerando a estrutura colonial de produção, a saber: a que diz respeito à perspectiva dos camponeses e a dos proprietários.

A relação entre o latifúndio e o eiteiro é o trágico tema do romance. O primeiro segue ao mesmo tempo como grave e frívolo as mutações e caprichos das demandas da Metrópole, considerando a permanência de uma estrutura econômica agrário-exportadora, entrecortada por ciclos de produção efêmeros.

A frivolidade é também como a do cárcere, impessoal, estando determinada pela condição objetiva de sem-terra, como é o caso, por exemplo, de Zuza Genuíno, expulso de seu sítio porque “[...] O capitão precisava de cercar mais terra. O gado estava aumentando. O lucro era grande e o trabalho nenhum” (JULIÃO, 1960, p. 28).

A Metrópole exige gados, quer comer carne bovina. Demanda. O latifúndio obedece. Expulsa o meeiro [...] cuja vida era aquele pedaço de terra, aquela casa, aquela chã, aqueles pés de pau, a sombra daquele velho juazeiro (JULIÃO, 1960, p. 28).

A questão de método do romance é fundamentalmente esta, retomando o diálogo com Lima Baretto: sem reforma agrária e o fim do latifúndio, a estrutura colonial de produção e com esta a ideologia do colonialismo persistirão, ainda que com novas formas, considerando por exemplo a fase atual do agronegócio.

Fundamentalmente, de qualquer maneira, a aliança entre o latifúndio e o imperialismo estará sempre presente, sempre ávida de condenar o país ao “cárcere” de sua condição dependente, retroalimentando a ideologia do colonialismo, a partir da humilhação, abandono e violência sem fim contra os “sem-terra” e seus descendentes afavelados nos grandes centros urbanos, tema dos próximos romances de Ivan Ângelo escolhidos para a análise da transversalidade da ideologia do colonialismo, à brasileira, no tempo e no espaço.

1.6. O caso de *A festa e A casa de vidro*, de Ivan Angelo

Em *A festa* (1976) e *A casa de vidro*, de Ivan Angelo, todo esse peso histórico acumulado com a perversão de Brás Cubas, com a situação de Eugênia, de Prudêncio, de Dona Eulália, Marcela, para dialogar com MPBC; com o errante e sem lugar Isaías Caminha, com o drama humano impessoalizado e matável das “memórias do cárcere”, assim como a vida dos meeiros expulsos de suas (não)terras, em *Irmão Juazeiro*, transforma-se em redemoinho histórico e urbano,

em um regime de exceção civil-militar manietado já plenamente pelo ultraimperialismo estadunidense.

Nas duas narrativas, o grave é frívolo e este é aquele e todos são suspeitos, sobretudo se envolvem com os desterrados típicos de *Irmão Juazeiro*, não sendo por acaso que o próprio Francisco Julião tenha se transformado em personagem de *A festa*.

Um dos personagens desta última narrativa citada, Marciolínio de Mattos, pode bem ser interpretado como o futuro de Genuíno Zuza de *Irmão Juazeiro*, sendo assim retratado ou reeditado em *flash-back*, ao estilo de um Boletim de Ocorrência policial: “que seu pai, Divino de Matos, era capanga do coronel Horácio Mattos, homem forte da República no sertão da Bahia, respeitado por lampião; que o mesmo tomou parte nas guerras do coronel contra a Coluna Prestes nos lugares Olho d’Água, Riacho d’Areia, Roça de dentro, Maxixe e Pedrinhas...” (ÂNGELO, 1976, p. 19).

A narrativa é construída a partir de retalhos da história do Brasil, de seus fundamentos político-econômicos coloniais e a imprensa funciona como um embuste total, a serviço das forças de repressão. *Casa de vidro* é uma narrativa em que a casa de vidro se apresenta como ao mesmo tempo uma redoma arcádica fora da história e um imenso cárcere, sendo que os dois lados têm como pano de fundo especular a Inconfidência Mineira.

Os desterrados da narrativa já não lutam por terra, como *Irmão Juazeiro* e *A festa*. Tornaram-se favelados e como tais são objetivamente matáveis porque frívolos e frívolos porque matáveis.

A questão de método dessas duas narrativas está relacionada ao fato de terem sido escritas no período do regime de exceção, pós-64; e muito especialmente por focarem em dois traços da ideologia da colonização brasileira, quais sejam: a metáfora da festa, sob a forma biopolítica de estilos de vida, para aqueles que podem viver relativamente bem ou muito bem em uma estrutura colonial de produção predominantemente determinada por EUA; e a metáfora da “casa de vidro”, para a narrativa de título homônimo.

No que diz respeito a esse último aspecto, o que a narrativa evidencia, em perspectiva histórica de longa duração (a Inconfidência Mineira) é a retomada do problema arcádico na interface com a soberania nacional, replicados pelo jogo especular entre o passado e o presente, com as personagens projetando ora a impostura e a violência, ora a condição brasileira, cujos signos se tornam populares, socializam-se, com a simples dignidade laboral e o princípio de esperança que não deixa de ser metodológico por si mesmo, de conquista de soberania nacional plena.

Capítulo 2

Machado, Barreto, Graciliano Ramos e Francisco Julião: síntese histórica do realismo estético brasileiro

2. 1. As três etapas da história da cultura brasileira: ideologia do colonialismo e soberania nacional.

Em *Síntese histórica da cultura brasileira* (1976), Sodré dividiu o contraditório processo de constituição da cultura nacional em três etapas. As condições histórico- sociais objetivas para o surgimento de escritores realistas (jamais no sentido escolar) somente foram possíveis no interior da segunda, em função do surgimento nesta última da pequena burguesia, categoria que o historiador carioca analisou considerando a particularidade que assumiu no caso brasileiro.

Antes de apresentá-las, as etapas, é prudente esclarecer o seguinte: 1) em momento algum há um etapismo histórico-cultural

na abordagem proposta pelo autor de *História da Burguesia Brasileira* (1983), uma vez que o método adotado se baseia em um materialismo histórico real, a partir do qual tudo se interconecta, a fim de não perder a perspectiva da totalidade dinâmica da realidade social;

2. As obras literárias serão analisadas a partir da inserção contextual delas na dinâmica contraditória dos fundamentos econômico-culturais da literatura brasileira, na interface entre ideologia do colonialismo e soberania nacional, sem interromper o fluxo histórico e interpretativo.

As três etapas são, em linhas gerais, com Sodré, as seguintes:

Aceita a premissa da cultura transplantada, é possível repartir o desenvolvimento da cultura brasileira em três etapas. 1º Etapa: cultura transplantada anterior ao aparecimento da camada social intermediária; 2º Etapa: cultura transplantada posterior ao aparecimento da camada intermediária, a pequena burguesia; 3º Etapa: surgimento e processo de desenvolvimento da cultura nacional, com o alastramento das relações capitalistas (SODRÉ, 1976, p. 7).

A partir desse trecho, o autor de *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos* (1938), analisou detidamente as três etapas da cultura brasileira, salientando que as duas primeiras pertenceriam à época em que a classe dominante no Brasil era escravocrata e feudal, tendo herdado a relação entre o latifúndio e a Metrópole como aliança histórica que tem sido o eixo fundamental da estrutura colonial de produção brasileira.

Na primeira etapa, a contribuição cultural da classe proprietária é fundamentalmente transplantada da Metrópole, formando uma minoria de letrados a partir fundamentalmente de um sistema de ensino dogmático e retórico, quando não catequético, sem relação, portanto, com a realidade concreta.

A contribuição mais significativa dessa fase inicial, que se iniciou no século primeiro da colonização, indo até 1750, esteve vinculada aos índios e aos escravizados, razão por que:

No conjunto, destaca-se a música e sua parceira, a dança, particularmente pela contribuição da classe dominada. Ligadas em suas origens diretamente ao trabalho, que buscavam suavizar ou servindo a crenças mais antigas, música e dança conseguiram nessa fase fixar manifestações interessantes [...] Conquanto boa parte da contribuição indígena à música e à dança tenha se perdido, parece certo que a de africanos e portugueses fixou-se de maneira indelével em nosso patrimônio cultural, residindo nessa herança o que de melhor existe nele (SODRÉ, 1976, p. 20-21).

Diferentemente da primeira etapa, entretanto, a segunda, no auge do ciclo do Ouro em Minas Gerais, inaugurou o surgimento da classe intermediária, tendo como data de referência o ano 1750. Foi o ano da assinatura do Tratado de Madri, que basicamente definiu a extensão territorial do país, assim como o da fundação do Seminário de Mariana, que rompeu com o monopólio do ensino, até então exclusivo aos jesuítas.

A “era do ouro” no Brasil foi o epicentro de um significativo aumento da população e por consequência do processo de urbanização. A classe intermediária, principalmente oriunda da burocracia militar, jurídica e administrativa, surgiu em função das novas instituições que foram criadas com o objetivo de organizar uma superestrutura de controle e escoamento do ouro de Minas para o Rio de Janeiro.

Nessa segunda fase, pela primeira vez a população livre tornou-se mais numerosa que a dos escravizados. A pequena burguesia transformou-se em referência importante desse novo contexto, com uma particularidade, segundo Sodré (1976, p. 27), a saber: surgira antes que existissem de fato relações capitalistas de produção no Brasil.

A esse respeito, o fragmento a seguir de *Síntese histórica da cultura brasileira* é bastante ilustrativo:

De qualquer forma, a pequena burguesia brasileira esposa os conceitos oriundos da revolução burguesa – e que haviam permitido à burguesia alcançar o apoio das classes trabalhadoras – e balança nas perplexidades da impossibilidade de inseri-los na realidade brasileira. A dicotomia vinha da fase colonial, tendo surgido sempre que encontrara oportunidade: na conjuração mineira, na conjuração baiana, na revolução pernambucana de 1817, para acentuar-se, depois da autonomia, ao longo das rebeliões provinciais da época da Regência, prolongando-se nos movimentos de 1842, em São Paulo e Minas Gerais, e à Revolução Praieira, (SODRÉ, 1976, p. 40).

O trecho citado evidenciou uma particularidade das pequenas burguesias de países como o Brasil que merece uma reflexão específica sobre a própria categoria em questão. A propósito, em carta remetida a P.V. Annenkov, em 8 de dezembro de 1846, Marx, tendo em vista uma interlocução crítica sobre o livro de Pierre-Joseph Proudhon, *Sistema das contradições econômicas* ou *Filosofia da miséria*, obra de 1846, definiu o pequeno burguês da seguinte maneira:

Em uma sociedade avançada, o pequeno-burguês, em virtude da posição que nela ocupa, faz-se socialista de uma parte e economista de outra, sentindo-se deslumbrado pela magnificência da grande burguesia e ao mesmo tempo nutrindo simpatia pelos sofrimentos do povo. É a um só tempo burguês e povo” (MARX, 1985, p. 158)⁴.

4 “En una sociedad avanzada, el pequeño burgués, por virtud de la posición en que ella ocupa, se hace socialista de una parte y economista de la otra, es decir, se siente deslumbrado por la magnificencia de la gran burguesía y experimenta

Em outra carta, escrita a J. B. Schweitzer, 24 de janeiro de 1865, arrematou: “De forma semelhante ao historiador Raumer, o pequeno-burguês raciocina tortuosamente *por uma parte e por outra parte*” (MARX, 1985, p. 167)⁵.

Em linhas gerais, portanto, o pequeno-burguês detém a tendência de pensar e agir como se pudesse ser “um à parte” da totalidade dinâmica do ser social, ignorando que, independente de o que pense ou sinta, a realidade histórica e mundialmente constituída continuará sendo o que efetivamente tem sido, se não for transformada pela vontade humana a partir de sua totalidade histórico-social realmente existente.

A pequena burguesia europeia do período em tela, século XVIII e XIX, era iluminista e vivia no interior de uma ordem liberal impulsionada pela Segunda Revolução Industrial. Seguiu, assim, as forças produtivas do capitalismo emergente na Europa.

Considerando, nesse sentido, as complexas relações de força existentes no período, com a disputa por novos mercados protagonizadas por Inglaterra, França, Holanda, Alemanha e Estados Unidos, não seria de estranhar que, pensando e agindo por meio de uma racionalidade separada, “à parte de”, a pequena burguesia brasileira pudesse ser facilmente manipulável.

E o que significa, no caso brasileiro, pensar e agir à parte de? Basicamente, significa pensar fora do contexto da realidade histórica brasileira, objetivamente considerado, sobretudo tendo em vista a sua condição colonizada e o desafio irrecusável de romper com a estrutura colonial de produção, afirmando a soberania nacional.

Uma importante hipótese dos resultados esperados deste livro assumirá o argumento de que a pequena burguesia brasileira tem sido

a la vez simpatia por los sufrimientos del pueblo. Es al mismo tiempo burgués y Pueblo” (MARX, 1985, 158).

5 Al igual que el historiador Raumer, el pequeño burgués consta de ‘por una parte’ y ‘por otra parte’ (MARX, 1985, p. 167).

um dos vetores fundamentais da continuidade, no tempo e no espaço, da ideologia do colonialismo, em função de sua tendência histórica de estar vinculada ao sistema ideológico e de valores da metrópole de referência, sentindo-se a vanguarda do processo histórico por mimetizar os fluxos supostamente emancipatórios das atuais forças produtivas do centro do sistema, principalmente no âmbito cultural; hipótese que converge com o trecho abaixo do livro do Sodré em tela:

Ela será, assim, o veículo da transplantação: não apenas é atraída pela ideologia burguesa – como acontece, em geral, com a pequena burguesia, enquanto a classe dominante apresenta vigor – como pelos valores de uma burguesia externa, uma vez que não existe, praticamente, essa classe, na colônia e no Império (SODRÉ, 1976, p. 27).

No entanto, há algo potencialmente novo no âmbito da cultura produzida no decorrer da segunda fase aqui analisada: as artes plásticas, por meio do Barroco, demarcam o primeiro impulso de emancipação brasileira, inovando em relação ao que se fazia na Metrópole.

O Barroco inaugurou uma cultura protagonizada por artistas populares, como o mestre Valentim da Fonseca e Silva, Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, espalhando no cotidiano a arte da torêutica, a escultura e a arquitetura, como se, fixado no chão, sem distinguir arte, linguagem e trabalho, prenunciasse o advento da Conjuração Mineira, com a liderança de um simples alferes, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

A segunda fase, por fim, foi, pelo menos tendo em vista o final do século XVIII, a do processo de luta pela independência, tendo como exemplos a Inconfidência Mineira, Carioca e Baiana.

Sob o ponto de vista da relação com os resultados esperados para este livro, entre a Arcádia e a Independência nacional ou entre ideologia do colonialismo e soberania, o desafio é demarcar, nas obras literárias selecionadas, o materialismo histórico independentista no

lugar da fuga da história, a soberania nacional na contramão do “complexo de Arcádia”.

2.2. Autores de referência da segunda etapa dos fundamentos econômico-culturais da literatura brasileira: Machado e Lima Barreto

O grande escritor do século XIX foi Machado de Assis, ainda pertencente ao período histórico da segunda etapa dos fundamentos histórico-econômicos da sociedade brasileira, o que não significa que poetas e escritores como José de Alencar, Manoel Antônio de Almeida, Maria Firmina dos Santos, Sousândrade, Gonçalves Dias, Castro Alves não tenham tido importância.

Machado se destacou no século XIX porque mais do que ninguém conseguiu realizar, no interior da segunda etapa dos fundamentos econômico-históricos da cultura nacional, a verdadeira “vitória do realismo”, de que falou Engels (1989, p. 198) em carta escrita à escritora inglesa, Margaret Harkness, em 1888; vitória que, para citar importante trecho da referenciada missiva, constitui-se como: “[...] a representação exata de personagens típicas em circunstâncias típicas” (ENGELS, 1989, p. 196).

Mais de vinte anos antes de Engels, precisamente em 1863, em carta remetida ao jornalista e republicano, Quintino Bocaiuva, quando Machado contava com 24 anos e ainda desejava fixar-se como dramaturgo, o autor de *Esau e Jacó* (1904), escreveu, a propósito, o seguinte:

Tenho o teatro por coisas mais séria e as minhas forças por coisa muito insuficiente; penso que as qualidades necessárias ao autor dramático desenvolvem-se e apuram-se com o trabalho; cuido que é melhor tatear para achar; é o que procurarei e procuro fazer. – Caminhar desses simples grupos de cenas, à comédia de maior alcance, onde o estudo dos caracteres seja consciencioso

e acurado, onde a observação da sociedade se case ao conhecimento prático das condições de gênero – eis uma ambição própria de ânimo juvenil e que eu tenho a imodéstia de confessar (MACHADO, 1946, p. 7, 8).

O trecho citado evidencia a extraordinária lucidez de um escritor em formação, que sabia que o trabalho do grande ficcionista (ou dramaturgo, como desejava ser) deve se concentrar na observação exata das tipicidades humanas, sem apartá-las, de modo antirrealista, das circunstâncias histórico-sociais típicas em que viveram, a partir das quais moldaram suas particularidades historicamente situadas.

E que circunstâncias típicas prevaleciam à época de Machado? A da sociedade brasileira do período do Segundo Império ao início da República Velha, marcada pela emergência, tendo a Inglaterra como protagonista, de relações capitalistas de produção. Estas não apenas ratificaram o deslocamento da Metrópole de Lisboa para Londres, mas também contribuíram para lançar as antigas classes proprietárias brasileiras para o âmbito anacrônico de relações de produção ultrapassadas.

Machado soube, portanto, objetivar os tipos humanos das três principais metrópoles da estrutura colonial de produção. Os primeiros deles dizem respeito à classe dos herdeiros, dos senhores de escravizados, como evidenciou de modo perspicaz Raymundo Faoro, tendo em vista o seguinte trecho de *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* (1974):

A herança é a chave dos cabedais do chamado capitalista, herança presente ou futura. Herdeiros foram Brás Cubas, Bentinho (*D. Casmurro*), Félix (Ressurreição), Jorge (*A mão e a luva*), ou o outro Jorge (*Iaiá Garcia*), Estácio (*Helena*), Rubião (*Quincas Borba*) e muitos outros de menor envergadura. O traço comum dessa legião de filhos e sobrinhos aquinhoados virá do horror ao trabalho; todos cultivavam o bom e elegante ócio (FAORO, 1974, p. 208).

E essas tipicidades da classe senhorial, como Brás Cubas, Bentinho, os dois “Jorges”, de *A mão e a luva* (1974), *Iaiá Garcia* (1978), por exemplo, mais que herdeiras de seus descendentes diretos, o foram, a rigor, da primeira estrutura colonial de produção brasileira; a portuguesa. Estão bem longe, assim, para discordar um pouco de Faoro, “dos cabedais do capitalismo”.

São, assim, herdeiros da ideologia do colonialismo, no período das relações escravistas de produção do país, motivo pelo qual todos eles nutriam um “horror ao trabalho”, não sendo por acaso a passagem a seguir de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, excerto do capítulo III, “Genealogia”, satiricamente narrada:

O fundador da minha família foi um certo Damião Cubas, que floresceu na primeira metade do século XVIII. Era tanoeiro de ofício, natural do Rio de Janeiro, onde teria morrido na penúria e na obscuridade, se somente exercesse a tanoaria. Mas não; fez-se lavrador, plantou, colheu, permutou o seu produto por boas e honrosas patacas, até que morreu deixando grosso cabedal a um filho, Luís Cubas. Neste rapaz é que verdadeiramente começa a série de meus avós [...] (ASSIS, 1960, p. 27-28).

O tema da herança sem lastro no trabalho e, assim, sem lastro no trabalho da autoemancipação da estrutura colonial de produção brasileira, é fundamental na ficção de Machado, razão por que os resultados esperados para este livro devem contemplá-lo com particular atenção.

No romance *A mão e a luva* (1874), que precede a sua fase madura, propriamente realista, é a herança da personagem Guiomar que é disputada por três pretendentes: Jorge, Estêvão e Luís Alves.

A esse respeito o pesquisador Ivo Barbieri (1995, p. 20 -21), ecoando Faoro, foi bastante perspicaz quando, em “Machado e a história: um tempo de longa duração”, ateu-se à análise entre ficção e história em Machado, procurando demonstrar como a produção ficcional

do escritor carioca se constituiu, em tempo real, com as transformações do processo histórico concreto, no decorrer do Segundo Império, culminando com o advento da República Velha, a partir de 1889.

Sob esse prisma, o enredo de *A mão e a luva* poderá ser definido: i) como uma narrativa típica da fase de transição do prenúncio do fim do Segundo Império e do advento da República; como uma obra que indicia o pleno amadurecimento expressivo de Machado, a partir sobretudo da publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas* em 1881; ii) como um pastiche do amor romântico, centrado, na narrativa, entre os três pretendentes de Guiomar, a herdeira, por, respectivamente Estêvão, Jorge e Luís Alves.

A sagacidade da narração de Machado está, também, nos detalhes. O romance tem como título do primeiro capítulo “O fim da carta”, iniciando com um diálogo entre Estêvão e Luís Alves, em que o primeiro comunicava melancolicamente ao segundo que Guiomar o rejeitara, embora, por um breve momento, pensara que ela o amasse.

Para consolá-lo, Luís Alves a certa altura lhe diz:

– O amor é uma carta, mais ou menos longa, escrita em papel velino, corte-dourado, muito cheiroso e catita. Carta de parabéns quando se lê, carta de pêsames quando se acabou de ler. Tu que chegaste ao fim, põe a epístola no fundo da gaveta, e não te lembres de ir ver se ela tem um post-scriptum... (ASSIS, s/d, p. 23).

Ora, não seria possível interpretar o fragmento acima como ironicamente metanarrativo? Por quê? Pelos seguintes indícios: i) a carta representaria a própria narrativa, o romance *A mão e a luva*, “carta de parabéns, quando se lê; carta de pêsames quando se acabou de ler”; ii) se assim o for, um romance ironicamente metaficcional, relativamente à “carta” do amor romântico, seu *post-scriptum* (seguido de reticência... o próprio romance, para ser redundante, romântico, essa carta de pêsame?) se apresenta como sintoma do fim da leitura da carta, isto é, do romance, tendo um segundo pêsame ambiguamente

revelado na carta que Luís Alves recebe da baronesa (o romance, os pêsames para Estêvão e Jorge; e, quiçá, para Luís Alves; a ironia), dizendo-lhe que ele era o “pretendente feliz” (MACHADO, s/d, 172).

Não por acaso o capítulo em tela, “A escolha,” finalizou assim: “Todo castelo de cartas caíra por terra desde que a sinceridade da baronesa interveio (MACHADO, s/d, p. 174).

Ora, na relação entre história e ficção não há espaço para amores românticos, pois a herança (da baronesa, de Guiomar) tinha que seguir o seu rumo, nos termos de uma estrutura colonial de produção: para Luís Alves, o mais astuto entre os três pretendentes, o novo perfil da classe proprietária no processo de transição do fim do Segundo Império para o início da República Velha.

Essa mutação transicional, no âmbito da classe proprietária, está efetivamente tipificada nos romances machadianos da seguinte maneira: Jorge, de *Iaiá Garcia*; Brás

Cubas, de *Memórias póstumas* de Brás Cubas; Bentinho, de *Dom Casmurro*; Rubião, de *Quincas Borba*, são as personagens que representam a antiga classe dos proprietários, formando par dialético, respectivamente, com Procópio Dias, Escobar, Cotrim e Palha, as novas tipicidades protocapitalistas, ávidas por negócios e prontas para dinamitar o Segundo Império com objetivo de se apropriar de seus espólios, tendo em vista um processo gradativo de intensificação de relações capitalistas de produção no Brasil, sob a tutela da Inglaterra e de EUA, nos bastidores.

Desse modo, se Rubião, como herdeiro de um cão, Quincas Borba; e não tendo sido efetivamente um “legítimo” proprietário, mas um integrante da classe intermediária, com sua loucura, não poderia ser interpretado como a representação irônica do fim do império? Teria sido casual que o romance que o fixou, *Quincas Borba*, tenha sido o primeiro de Machado após o início da República?

Sua morte, representando o fim do Segundo Império, foi, não por acaso, assim narrada:

Poucos dias depois morreu... não morreu súbito nem vencido. Antes de principiar a agonia, que foi curta, pôs a coroa na cabeça uma coroa que não era, ao menos, um chapéu velho ou uma bacia, onde os espetadores palpassem a ilusão. Não, senhor: ele pegou em nada, levantou nada e cingiu nada; só ele via a insígnia imperial, pesada de ouro, rútila de brilhantes e outras pedras preciosas (MACHADO, 1982, p. 190).

Ora, se a corrente filosófica do Cinismo tinha como símbolo o cão, em *Quincas Borba*, seu homônimo, o cão herdeiro o é na medida em que a herança da classe proprietária dos senhores de escravizados era gradativamente subsumida pela emergência da protoburguesia especulativa; transferia-se de *Quincas Borba* para Cotrim, de Rubião para Palha, até chegar a *Esau e Jacó*, romance de 1904, em que já não se visualizam mais os senhores de escravizados (como os donos da cena), mas os novos ricos da especulação financeira, sobretudo Santos e Nóbrega; este último, como salientou Faoro, aproveitando-se do período do Encilhamento, conseguira aumentar a sua fortuna “de dois mil reis a dois mil contos – a mais alta fortuna de toda a ficção de Machado de Assis (FAORO, 1974, p. 216).

A importância de Machado, nesse contexto, reside no fato de ter objetivado, em sua produção ficcional, esse período importante de passagem de uma estrutura colonial de produção escravocrata, herdeira direta da metrópole portuguesa, para a República, tendo em vista os primeiros esboços de relações capitalistas de produção no Brasil, agitadas por uma profunda crise especulativa, com o Encilhamento, com Brás Cubas, o contraponto colonial, ampliando o foco, figurando exemplamente “[...] como a personagem típica do estatuto colonial da humanidade, em sua versão oligárquica brasileira” (SOARES, 2021, p. 196), replicando-se, com novas roupagens em diferentes momentos da história do Brasil, país historicamente limitado e inviabilizado por uma estrutura colonial de produção, que também “muda de roupa”, a depender da metrópole da vez.

Dito isso, chega-se ao segundo escritor: Lima Barreto, cuja produção ficcional concentrou-se no final da segunda etapa dos fundamentos histórico-econômicos da cultura brasileira, período em que, segundo Sodré de *História da burguesia brasileira* (1983):

Uma das condições que influíram no nascimento e no desenvolvimento da burguesia brasileira – a condição essencial- foi o aparecimento do imperialismo. Sem compreender a influência que o imperialismo exerceu no mundo a partir de seu aparecimento nos fins do século XIX, é impossível compreender a gênese da burguesia em países do tipo do Brasil. No processo em que se gera a burguesia aqui e em sua sequência, quando avança e passa a disputar um lugar na sociedade, a presença do imperialismo é o dado fundamental. A burguesia brasileira não é uma burguesia qualquer, uma burguesia do tipo clássico, por exemplo, como a inglesa, a americana e a francesa: é uma burguesia que surge da fase imperialista. Sem situar devidamente essa correlação, não é possível apreciar a gênese e o crescimento da burguesia brasileira: um fenômeno condiciona o outro, são unidos, inseparáveis, contraditórios (SODRÉ, 1983, p. 134).

Esse é o complexo processo histórico-econômico em que a ficção de Lima Barreto foi escrita, produzida; e do retorno da ideologia do colonialismo, sob novas bases, a da fase imperialista do capital, que não apenas esteve presente na dinâmica de transição do fim do Segundo Império para o início da República Velha, como igualmente teria relação com os novos ricos narrados por Machado; ávidos todos eles por negócios, argumento que converge com a interpretação que Caio Prado Júnior, em *História econômica do Brasil* (1945), realizou sobre os bastidores do advento da República, tendo em vista o seguinte fragmento:

Mas a República agiu como bisturi num tumor já maduro; rompeu bruscamente um artificial equilíbrio conservador que o Império até então sustentara, e que dentro de fórmulas políticas e sociais já gastas e vazias de sentido, mantinha em respeito as tendências e os impulsos mais fortes e extremados que por isso se conservavam latentes. Estes se fazem então sentir com toda sua força longamente reprimida, abrindo perspectivas que a monarquia conservadora contivera ou pelo menos moderara muito. No terreno econômico observaremos a eclosão de um espírito que se não era novo, se mantivera, no entanto, na sombra e em plano secundário: a ânsia de enriquecimento, de prosperidade material. Isto, na monarquia, nunca se tivera como um ideal legítimo e plenamente reconhecido (PRADO JÚNIOR, p. 155).

Caio Prado Júnior, no livro em tela, especialmente no capítulo intitulado “A república burguesa (1889 a 1930)”, analisou a emergência desta tendo como pano de fundo um “golpe branco”, em função da presença do “imperialismo financeiro”, que não apenas estava por trás do Encilhamento, mas também do fim do Segundo Império, por obstaculizar, pela inércia colonial, a emergência das relações capitalistas de produção e o protagonismo da classe dos negócios financeiros, como Cotrim, Palha, Santos, Procópio Dias, se a referência for a produção ficcional de Machado.

Por mais que Lima Barreto, nesse contexto, negasse Machado, os dois tinham um indubitável ponto em comum: o autor de *MPBC* soube tipificar em processo a emergência desse “espírito novo”, de que tratou Caio Prado Júnior no trecho citado. É, em certo sentido, na contramão crítica de personagens como Cotrim, Santos e sobretudo Nóbrega, que o autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* irá, pela contestação e resistência, produzir o melhor de sua ficção, em romances e livros de contos como *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911), *Numa e Ninfa* (1915), *Clara dos Anjos* (1948), *Vida e morte de*

M. J. Gonzaga de Sá (1919), *Histórias e sonhos* (1920), *Os Bruzundangas* (1923), *Marginália* (1953).

Se for verdade, como asseverou Sodré (1963, p. 182-183), que o novo é a emergência do povo na política, na cultura, na economia e, assim, na literatura, a imensa contribuição de Lima Barreto reside, para dialogar com Alfredo Bosi (1994, p. 307), na destituição da cultura da *Belle Époque*, dominante no período, a partir: i) da representação das classes populares brasileiras, personagens principais de sua ficção; ii) da relação entre povo e nacionalismo, destituindo a apropriação do nacional realizada comumente pelas oligarquias, em aliança com as metrópoles; iii) da inseparabilidade entre povo, nacionalismo e ambiente urbano; iiiii) com afirmação da língua do povo, no âmbito do cotidiano, inseparável do trabalho e da linguagem; iiiiii) sem deixar nunca de criticar a imprensa dominante, pertencente às classes proprietárias.

Não há tema, portanto, da República Velha que Lima Barreto não tenha abordado de forma incisiva e satírica. Sob esse aspecto o livro de crônicas satíricas, *Bruzundangas*, representação fictícia do Brasil, publicado postumamente em 1922, é uma peça rara, razão por que pode ser lido como uma denúncia marcada por um realismo crítico singular, de todos os aspectos da ideologia do colonialismo que desembocavam no período histórico em tela, como a presença do capital financeiro, o retorno da fidalguia do período colonial; o pedantismo pseudocosmopolita dos letrados; a classe política rasteira, ávida por fazer-como a mediadora dos negócios com o capital monopólico; a crítica da literatura do naturalismo, da literatura de salão, de um Coelho Neto, sendo implacável com o parnasianismo dominante e a concepção da literatura como o sorriso da sociedade, como professava Afrânio Peixoto, autor de *Rosa mística* (1900); o ensino retórico, dogmático e desvinculado do cotidiano; a diplomacia vira-lata, o legalismo triunfante, as Forças Armadas arrogantes e repressoras do povo, tendencialmente associadas às oligarquias; os heróis de fachada, as eleições oligárquicas; a medicina corrompida; a religião

como uma forma de chancela do sagrado de toda a superestrutura e infraestrutura colonial dominantes; tudo acumulando-se, como um redemoinho, nas frestas das emergentes relações capitalistas de produção, tuteladas pelo imperialismo, para retomar a citação feita do livro *História da burguesia brasileira*, de Sodré.

Na primeira crônica satírica, intitulada “Um grande financeiro”, de *Bruzundangas*, Barreto, ferino, descreveu com precisão o estado das coisas:

A República dos Estados Unidos de Bruzundangas tinha, como todas as repúblicas que se prezam, além do presidente e juízes de várias categorias, um Senado e uma Câmara de Deputados, ambos eleitos por sufrágio direto e temporários ambos com certa diferença na duração do mandato: o dos senadores, mais longo; o dos deputados, mais curto. O país vivia de expedientes, isto é, de cinquenta em cinquenta anos, descobria-se nele um produto que ficava sendo sua riqueza (BARRETO, 1985, p. 30).

A passagem citada tem o grande mérito de descrever ao mesmo tempo a superestrutura e a infraestrutura do estatuto colonial do Brasil à época da República Velha, destacando o que sustém o eterno retorno da ideologia do colonialismo: os expedientes dos transitórios ciclos econômicos de uma economia extrativista – exportadora, como a do ciclo do açúcar, a do ouro, e a do café, a bola da vez.

Com isso, o fator objetivo da desmemória do povo brasileiro, que é também de suas classes dominantes, dos militares, dos letrados, de todos os seus segmentos, conecta-se nos ciclos econômicos dependentes da metrópole da vez, impossibilitando a formação de uma memória econômica, no tempo e no espaço; e assim de uma memória história de longa duração, sob o ponto de vista cultural, social, epistemológico e mesmo estético.

Tudo isso escrito em uma linguagem cotidiana, objetiva, referida à realidade, argumento que propicia um diálogo com o seguinte trecho

de Maria Zilda Ferreira Cury, tendo em vista seu livro *Um mulato no reino de Jambom: as classes sociais na obra de Lima Barreto* (1981):

De fato, Lima foi sensível a essa mudança, incorporando-a à sua linguagem e fez dessa linguagem um instrumento de denúncia e de revelação. De denúncia, enquanto sua produção desnuda e acusa os desmandos daqueles que detém o poder. De revelação, enquanto se propõe a mostrar para os que “não sabem”, embora sintam, os mecanismos de que se servem os “os donos do poder” para nele se manter. Para eles, para os que carecem de um canal de expressão, dirige-se a despojada palavra barretiana na tentativa de tornar coletivo um bem até então circunscrito ao literário, enquanto norma culta, enquanto canal de expressão dos dominantes (CURY, 1981, p. 193).

O que se objetiva em Lima Barreto é, assim, o uso de uma linguagem marcada pela racionalidade cotidiana dos valores de uso dos coletivos excluídos; e, desse modo, sensível à visibilidade crítica em relação ao trabalho superexplorado da classe social não letrada.

A interlocução, entretanto, não se realizou de excluídos para excluídos, mas de letrados para letrados, uma vez que os primeiros sequer sabiam ler; o que não é muito diverso de hoje, considerando a dominância do analfabetismo funcional e também a ausência de uma cultura letrada, substituída, no mesmo período da *democratização* do ensino, pela onipresença sedutora dos meios de comunicação, como muito bem assinalou Antonio Candido (2006, p. 144), no importante ensaio “Literatura e cultura de 1900 a 1945”.

O autor de “O homem que sabia javanês” (1911), por meio de sátira contundente e coloquial, objetivou a farsa da superestrutura da República Velha, evidenciando o “giro do parafuso” da estrutura colonial de produção, no período de emergência do capitalismo brasileiro, impulsionado pela brecha facultada pelo desenvolvimento

por substituição de importações, durante o período da Primeira Guerra Mundial.

Um dos aspectos mais trágicos desse “cemitério dos vivos”, que é a estrutura colonial de produção, tem sido o que hoje se designa como racismo estrutural, tema do romance *Recordações do escrivão de Isaías Caminha*, narrativa cujo enredo evidencia sua dimensão autobiográfica já no seu diacrítico prefácio, intitulado “Breve notícia”, em que autor e narrador se confundem ao explicitar a razão de ser da obra: o positivismo cientificista do período, usado para justificar a expansão imperialista contra os povos.

A propósito, a passagem a seguir se diz por si mesma:

Eu me lembrei de escrever essas recordações há dois anos, quando um dia, por acaso, agarrei um fascículo de uma revista nacional, esquecida sobre o sofá de minha sala humilde, pelo promotor público da comarca. Nela, um de seus colaboradores fazia multiplicadas considerações desfavoráveis à natureza da inteligência das pessoas de meu nascimento, notando a sua brilhante pujança nas primeiras idades, desmentida mais tarde, na madureza com a fraqueza dos produtos, quando os havia ou em regra geral, pela ausência deles (BARRETO, 1984, p. 16).

O período da República Velha, no Brasil, ampliando *zoom*, foi não apenas a da emergência do imperialismo, mas antes de tudo da época interimperialista do Ocidente, em que a expansão de alguns países europeus, segundo David Filhouse (1990, p. 8), de *Economia e império: la expansión de Europa, de 1830-1914*, assumiu a seguinte configuração geopolítica: 1) até 1830, o sistema colonial europeu ocupava 35 por cento da superfície terrestre; 2) em 1878, já ocupava 78 por cento; 3) e em 1914, quando inicia a Primeira Guerra Mundial, 84,4 por cento do planeta estava ocupado, colonizado.

Esse período não por acaso foi também uma época de forte desenvolvimento tecnológico-científico, fundamental para a expansão

imperialista do Ocidente, seja sob o ponto de vista científico-militar, seja sob o prisma ideológico, sobretudo considerando a emergência de um positivismo cientificista (já mencionado), como evidenciou Nelson Werneck Sodré na seguinte passagem de *O naturalismo no Brasil* (1965):

O avanço não poderia deixar de lado as chamadas ciências naturais. Depois da controvérsia entre Cuvier e Saint-Hilaire, os naturalistas inclinam-se à aceitação do transformismo de Lamarck. A publicação do *Diário de Pesquisas* por Charles Darwin, em 1839-40, resultado de colheita realizada em longa viagem, leva-o, após largas investigações, às teorias que desenvolveu, em 1859, com a *Origem das Espécies* (SODRÉ, 1965, p. 14).

Esses avanços significativos do conhecimento científico, no período em questão, tiveram, como efeito colateral, embora correlacionado, o aumento não menos significativo de pseudociências, devotadas a justificar a expansão das potências imperialistas por meio de teorias racistas, como por exemplo as de Cesare Lombroso, que defendeu a interação entre a fisionomia e a criminalidade, propagando, em *O homem delinquente* (1876), a teoria do criminoso nato, que haveria de ser, previsivelmente, o pobre, o negro, o colonizado, então comparados com os animais.

No plano da arte, o naturalismo pode ser considerado como a estética positivista, assim como o foi a ciência positivista que emergiu com o advento da fase imperialista do capitalismo. No livro *O romance experimental e o naturalismo no teatro* (1880), inspirado pelas ideias do médico francês, Claude Bernard, o escritor, Émile Zola, defendeu, para a literatura, o uso do método experimental das ciências naturais, baseado na empiria e no mais raso positivismo do “corpo social dissecável”, como sugere o fragmento abaixo:

Farei aqui tão-somente um trabalho de adaptação, pois o método experimental e clareza maravilhosas por Claude Bernard, em sua *Introdução ao Estudo da Medicina Experimental*. Este livro, de um cientista de cuja autoridade é decisiva, vai servir-me de base sólida. Nele encontrarei toda a questão tratada e limitar-me-ei, como argumentos irrefutáveis, a dar as citações que me serão necessárias. Será apenas uma compilação de textos, uma vez que pretendo, em todos os pontos me entrincheirar atrás de Claude Bernard. No mais das vezes, bastará substituir a palavra médico pela palavra romancista (ZOLA, 1990, p. 25).

Haveria, assim, uma relação entre a estética naturalista e racismo, como efeito da ideologia do colonialismo, na sua fase imperialista e, portanto, apta a justificar a estrutura colonial de produção vigente no planeta no período interimperialista da expansão do Ocidente.

O naturalismo, assim, seria uma estética de plasmação racista em consonância com a fase interimperialista do capitalismo, argumento que converge com a seguinte passagem de *O naturalismo no Brasil*, de Sodré:

A fase é, nos fins do século XIX, de declínio no movimento operário, batido nos meados e no episódio da Comuna, perseguido e reprimido por toda a parte. A luta ideológica é um dos pontos fundamentais em que as classes se defrontam. Nesse campo, a estética entra com o relevo merecido, e as criações do tempo assinalam o declínio. Nesse quadro de declínio da burguesia, lançada na etapa imperialista, é que o naturalismo faz a sua tempestuosa irrupção. (SODRÉ, 1965, p. 17).

Naturalismo, a partir de então, seria a estética do vetor de atualização da ideologia do colonialismo, em sua versão interimperialista, valendo para o presente, sob o domínio do ultraimperialismo estadunidense. Em tudo se distingue, o naturalismo, do realismo estético,

porque este se expressa de modo antipositivista, por objetivar o ser social, a realidade histórica, na sua totalidade dinâmica, sem reificá-la, recortá-la, desistoricizá-la; e aquele, por sua vez, eterniza o presente, atendo-se ao fenômeno e à particularidade pela particularidade, para plasmar seus enredos narrativos.

Por essa razão, naturalismo e realismo não podem ser interpretados como escolas literárias, limitadas ao século XIX. A necessidade de objetivar o ser social, a realidade historicamente situada, constitui uma premissa do realismo. Na fase imperialista do capital, essa necessidade sofreu um revés ideológico-colonial, tornando-se pseudorealista; é o naturalismo estético.

György Lukács, após a sua virada marxista no início da década de 30 do passado século, foi quem estabeleceu uma diferença opositiva entre realismo estético e naturalismo, incorporando nessa dualidade uma tradição formalista de base idealista e antirrealista.

No ensaio *Marx e o problema da decadência ideológica*, de 1938, tratou dessa questão em tela diferenciando estética de período de decadência ideológica e estética de épocas de laicidade, compreendendo por estas as épocas em que as classes oprimidas disputam o porvir histórico, afirmando, assim, a historicidade de tudo que existe.

As artes de decadência ideológica, nesse contexto, seriam aquelas que eternizam o presente ou o passado arcádico-idílico, por meio de diferentes apologéticas do mundo existente, convergindo, assim, com a ideologia da classe que detém o poder. O naturalismo, nesse sentido, seria uma estética de decadência ideológica em consonância com a ideologia do colonialismo do período imperialista do capital.

Por outro lado, a estética antirrealista, também marcada pela decadência ideológica, diferentemente do naturalismo, oculta a realidade histórica, a partir de práticas e personificações arcádico-românticas, compreendidas, estas, como fuga da história e assim fuga da realidade, de seus fundamentos histórico-econômicos e culturais, razão por que, com Lukács: “É inquestionável que as duas orientações literárias são resquício do capitalismo; de fato, quando não se

simplifica e violenta a história da literatura nos termos da sociologia vulgar, é preciso dizer que são vestígios de seu declínio ideológico” (LUKÁCS, 2016, p. 195).

Há outro aspecto a ser ressaltado: a dimensão antropomórfica da arte, desenvolvida por Lukács em *Estética* (1963). Para o pensador húngaro, existem três formas de objetivação da realidade: a científica, a estética e a cotidiana. A primeira se baseia na relação entre o fenômeno e a universalidade, sendo desantropomórfica porque não tem propriamente como objeto a particularidade sensível humana; a segunda se expressa pela interface entre a particularidade do sujeito (a pessoa, o indivíduo, o nome próprio) e a totalidade do ser social, constituindo-se de modo antropomórfico-humanista; a terceira, por sua vez, baseia-se na relação inseparável entre a linguagem e o trabalho, tendo o cotidiano como eixo.

Em momentos de apologética do mundo existente, a alienação costuma ser a regra. Um aspecto fundamental do modo de produção capitalista, destacado por Marx e Engels (2002, p. 48) em *A sagrada família* (1846), é a universalidade objetiva da alienação, na sociedade do capital, envolvendo tanto os donos dos meios de produção como os operários; o opressor e o oprimido, com uma diferença essencial: para os primeiros, a alienação é a sua objetiva condição de domínio e de humanização, pelo fetichismo; para os segundos, a alienação significa desumanização, humilhação, exploração naturalizada.

O antirrealismo, assim, seria uma estética da apologética do mundo existente das classes dominantes, incluindo, a depender do pêndulo histórico, a pequena burguesia; o naturalismo ou pseudorealismo, nessa sequência, seria uma estética da apologética do mundo existente que confirma, em seus enredos, a desumanização do oprimido. Ao contrário dessas duas perspectivas, o realismo estético estaria desafiado a humanizar o oprimido, a partir de narrativas plasmadas sob o signo da desalienação.

É por isso que o romance *Recordações do escrívão Isaías Caminha* pode ser interpretado como uma narrativa realista, porque desaliena

e humaniza ao contar a história de Isaías Caminha, personagem-narrador que assumiu o desafio de escrever sobre si, para se contrapor aos casos de exclusão de negros e pardos em uma sociedade marcada pela estrutura colonial de produção, razão por que:

E foram tantos os casos dos quais essa minha conclusão ressaltava, que resolvi narrar trechos de minha vida, sem reservas nem perífrases, para de algum modo mostrar ao tal autor do artigo, que sendo verdadeiras as suas observações, a sentença geral que tirava, não estava em nós, na nossa carne e ou no nosso sangue, mas fora de nós, na sociedade que nos cercava, as causas de tão feios fins e de tão belos começos (BARRETO, 1984, p. 17).

É, pois, narrando a sua história, lutando contra “os tristes fins”, a exclusão social, que Isaías se humaniza, para retomar o autor de *Naturalismo no Brasil*, na contramão do positivismo cientificista, de viés pseudorealista, então dominante, pois objetivou o que vem primeiro; a realidade social; “a sociedade que nos cerca”, marcada, em linhas gerais pela ideologia do colonialismo em função da continuidade da estrutura colonial de produção.

É preciso, no entanto, apresentar mais argumentos sobre o começo de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, intitulado “Breve notícia”, em função do desdobramento de vozes que encerra: a do autor, Lima Barreto; e a do personagem-narrador, Isaías Caminha. O primeiro assinou o texto em que dá notícias sobre o processo de divulgação e edição do romance, tendo seus primeiros capítulos sido publicados na revista “Floreal”, plataforma de militância literária e jornalística do autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911).

O segundo, Isaías Caminha, assinou o prefácio (deixado entre aspas por Lima Barreto) em que registra as razões de suas memórias, o romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, basicamente motivadas pela leitura casual de um fascículo nacional em que um dos colaboradores: “fazia multiplicadas considerações desfavoráveis

à natureza da inteligência das pessoas de meu nascimento, notando a sua brilhante pujança nas primeiras idades , desmentidas mais tarde, na madureza, com a fraqueza dos produtos, quando os havia, ou em regra geral pelas ausências deles” (BARRETO, 1994, p. 16).

Se em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, as recordações de um defunto autor ou de autor defunto podem ser interpretadas como a morte dilatada do regime monárquico, as recordações de Isaías são cuidadosamente acompanhadas por um autor vivíssimo, Lima Barreto; tão vivo que fora capaz de deixar entre aspas o prefácio do narrador, para na perspectiva do futuro da própria narrativa, contestá-lo, ao assumir novamente a palavra, após o fechamento das aspas, como é possível visualizar no trecho abaixo da narrativa:

Disse bem preconceitos porque, após dez anos, tantos são os que vão da composição das *Recordações* aos dias que correm, o meu amigo perdeu muito de sua amargura, tem passeio no Rio com belas fatiotas, já foi ao Municipal, frequenta as casas de chá; e, segundo me escreveu, vai deixar se ser representante do Espírito Santo, na Assembleia Estadual, para ser, na próxima legislatura, deputado federal (BARRETO, 1994, p. 18).

O autor, Lima Barreto, em diálogo com o trecho acima, lamentou o fato de o narrador Isaías ter se deixado levar pelo sistema de aparência da agitação urbana, razão pela qual assinou a edição da obra datada de 31 de dezembro de 1916, com as seguintes palavras: “Para mim, no entanto, sem acreditar na intervenção de nenhuma Dejanira, sou da opinião que ele está vestindo a túnica de Néssus da sociedade” (BARRETO, 1994, p. 18).

Haveria, desse modo, dois romances; o da primeira edição, impressa em Portugal, cujo prefácio do narrador-personagem, Isaías, fora suprimido por Lima Barreto; e uma segunda versão, datada de 1916, contendo o texto suprimido.

Esse paralelismo de vozes permitiu ao escritor perspectivar a vida de Isaías Caminha, como se fora o seu mestre, ao mesmo tempo que, com a metáfora da “túnica de Néssus, chamou a atenção para outro aspecto da realidade social: o sistema de aparência das relações sociais, tendo o mundo das edições antirrealistas e fúteis do emergente jornalismo como foco.

Em “Mal-estar de Isaías: a crise do romance em Lima Barreto”, Carmen Lúcia Negreiros analisou o romance em tela como um sintoma geral da crise da narração existente no período histórico da virada do século XIX para o XX, destacando, como efeito, a temporalidade complexa da narrativa, como é possível evidenciar no seguinte fragmento:

A escrita memorialista é capaz de resgatar o vivido ou pode apenas reinventá-lo? Como narrar questionando a escrita sem deixar de contar uma boa história? Esses questionamentos envolvem a produção do romance de estreia do escritor carioca, cujo título é repleto de ecos da tradição literária: o termo “memórias” é recorrente no nome de obras de ficção na literatura brasileira; “escrivão” e “Caminha” também são expressões que demonstram o diálogo com a tradição cultural e literária (NEGREIROS, 2012, p. 36).

É preciso admitir, no entanto, que a narrativa, no âmbito da ficção, está sempre em crise, não podendo ser de outro modo em sociedades estruturadas pelas polaridades de classe, com seus efeitos nas relações étnicas, de gênero, epistemológicas.

A pergunta que precisa ser elaborada, nesse contexto, seria: qual a especificidade da crise no período das primeiras décadas do século passado, no contexto da República Velha?

O sobrenome de Isaías, “Caminha”, poderia, nesse caso, ser interpretado como a senha: Isaías “caminha” contando, na prática, a sua vida; e ao fazê-lo, como negro, narra a crise em suas duas vertentes: a

da ideologia do colonialismo em sua dimensão pseudorrealista e, portanto, racista; e a que diz respeito à metáfora da “túnica de Néssus”, que representa, na narrativa, o antirrealismo do sistema de aparência colonial/imperialista.

Esses dois lados não são antinômicos, simplesmente. Formam uma oporia; um problema sem solução possível, compondo um mosaico da crise geral da sociedade do período.

A túnica de Néssus, na mitologia grega, evidencia, na narrativa, que Isaías não deve se render às vantagens econômicas e simbólicas da ascensão social. O pseudorrealismo e o antirrealismo sempre desumanizam “Isaías”; tipicidade que não se registra no plural por acaso, por representar todos os brasileiros como ele, como Isaías.

O romance, assim o leio, *Recordações do escrivo Isaías Caminha*; constitui-se como senha para interpretar os dois lados da ideologia do colonialismo no interior da República Velha, o da “túnica de Néssus”, com sua dimensão antirrealista; e o do racismo estrutural, na fase interimperialista do capital, sobretudo considerando o período final da segunda etapa dos fundamentos econômico-culturais da sociedade brasileira, objetivados pela permanência da centralidade do latifúndio na estrutura colonial de produção dominante à época.

2.3. A terceira etapa dos fundamentos histórico-econômicos da cultura brasileira: Graciliano Ramos

A terceira etapa dos fundamentos econômico-culturais da cultura brasileira, com Sodré, iniciou com a revolução 1930, quando:

O ritmo de desenvolvimento das relações capitalistas aumenta progressivamente, por força da acumulação. É um, após a Primeira Guerra Mundial, cuja função de barreira já foi mencionada; cresce após a crise de 1929, já sob as consequências da Revolução de 30, portanto; ascende ainda mais com a Segunda Guerra mundial. São

três crises do imperialismo; correspondem a três saltos no desenvolvimento capitalista brasileiro (SODRÉ, 1976, p. 64).

O ritmo das forças produtivas industriais, no Brasil, tende a crescer a partir do desenvolvimento do mercado interno, especialmente presente nos períodos de crise do imperialismo. Trata-se do desenvolvimento ancorado no processo de substituição de importações, demonstrando objetivamente a importância de romper com a metrópole.

O primeiro período brasileiro de substituição de importações ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial, por razões óbvias: a guerra interimperialista entre as metrópoles que disputavam os povos possibilitou que estes pudessem concentrar trabalho produtivo no desenvolvimento do mercado interno.

O segundo ocorreu em função da crise de 29, com epicentro em Nova Iorque. Esses dois períodos – em que o mercado interno passou a ser contemplado – acumularam as seguintes contradições: domínio das relações capitalistas de produção, crise dos senhores de terra, emergência da classe operária; tutela interimperialista nos bastidores, manipulando conflitos.

Como a questão que não pode ser subestimada está relacionada como os deslocamentos das metrópoles presentes em cada etapa dos fundamentos econômicos da cultura brasileira (Lisboa, para a primeira; Inglaterra, para a segunda), a década de 30, a da emergência da burguesia nacional, é também a do significativo aumento da presença do capitalismo estadunidense no país, argumento que pode ser objetivado tendo em vista o seguinte trecho do livro *A República Nova* (1930-1945), de Edgard Carone:

A década de 30 é o momento da grande ascensão do capitalismo norte-americano no Brasil, mas ainda persiste o domínio dos capitais ingleses. A passagem definitiva a favor dos Estados Unidos se dá com a Segunda Guerra Mundial, na ocasião em que a

Inglaterra paralisa a sua exportação de capitais ou vende parte de suas empresas estrangeiras (CARONE, 1974, p. 71).

Com a intensificação de exportação de capitais dos Estados Unidos para o Brasil, gradativamente outra estrutura colonial de produção se constituía, definida cada vez mais pelo que Ellen Meiksins Wood, em *The empire of the capital*, chamou de novo imperialismo, assim sucintamente interpretado: “O novo imperialismo é o que é porque é uma criação do capitalismo”⁶ (WOOD, 2003, p. 9).

Para Wood, o novo imperialismo estadunidense se diferencia dos imperialismos clássicos porque se impôs sobretudo por meio de imperativos econômicos propriamente capitalistas, tendo em vista o fato: i) de que o império do capital tenha se tornado planetário; ii) e de ter sabido se referenciar nos dispositivos do mercado mundial para se tornar hegemônico, associando a violência extraeconômica à lógica do capital.

Diferentemente do imperialismo inglês, por exemplo, que se expandira em um mundo em que o modo de produção capitalista não era realmente planetário, o estadunidense atuou e atua em um sistema de múltiplos Estados nacionais assumindo o papel de xerife da divisão internacional desigual do trabalho, herdada do período colonial e das fases mistas precedentes. O que começaria a se esboçar, assim, a partir da década de 30 do passado século, com o crescente e incontido aumento da presença do novo imperialismo estadunidense no Brasil, não foi um fenômeno de menor importância; ou entre outros. O que adveio, com o redesenho em processo de uma nova estrutura de dependência, foi mais importante que as mudanças experimentadas nas últimas décadas que precederam o advento da República, na segunda metade do século XIX.

6 “The new imperialism is what it is because it is a creature of capitalism” (WOOD, 2003, p. 9).

A década de 30 no Brasil, com a presença de capitais imperialistas ingleses, estadunidenses, alemães, japoneses, deve ser analisada como o epicentro de um contexto histórico nacional e internacional complexo, de intensificação das lutas de classes e das guerras interimperialistas, a começar pela primeira, de 1914 a 1918, sem deixar de assinalar a fase de interstício que precedeu à Segunda Guerra Mundial, com a emergência do fascismo, do nazismo e do franquismo.

No plano interno, indissociável do externo, com *Sodré de Introdução à revolução brasileira*:

A rápida politização da classe proletária, – acelerada enormemente com a Revolução de 1917, como causa externa e pelo aumento do parque industrial, como causa interna – acrescenta uma nota singular nesse quadro. Aquela politização, – que proporcionara o progressivo abandono das linhas anarquistas originadas da entrada de imigrantes para as linhas efetivas da formação de um partido de classe, o Partido Comunista, – faz com que o proletariado seja motivo de uma ardente disputa no jogo das competições internas, competições que se traduzem na legislação trabalhista que, após a Revolução de 1930, começa a ter vigência no país (SODRÉ, 1963, p. 55-56).

A estrutura de classes adquiriria, pela primeira vez, uma dimensão contraditória e pluralista também em função da contínua presença de segmentos das classes médias (ou pequena burguesia), seja ocupando espaços institucionais de poder, seja vocalizando os descontentamentos operários e mesmo da burguesia nacional.

Entretanto, foi a década de 20 que preparou o terreno. Em 5 de julho 1922 ocorreu a Revolta do Forte de Copacabana, evidenciando uma profunda insatisfação com o Governo oligárquico de Epitáfio Pessoa; a Semana de Arte Moderna de São Paulo de 1922 reverberou o inconformismo estético contra o cosmopolitismo aristocrático, de caráter provinciano (porque sem relação com as classes populares)

dominante na República Velha; de 1924 a 1927, a Coluna Prestes, constituída por 1500 homens, sob a liderança de Luís Carlos Prestes, percorreu 25 mil quilômetros do território nacional, defendendo a expansão do ensino público, o voto secreto e o fim da miséria.

Em escala mundial, no período de expansão interimperialista, o final da Primeira Guerra Mundial decretou o fim de três impérios: o austro-húngaro, o russo e o otomano.

O Tratado de Versalhes impôs os termos da rendição da Alemanha, também obrigada a pagar indenizações pelos prejuízos causados pela guerra.

A Revolução de Outubro de 1917 deslocou o eixo da luta de classes, que passou a adquirir principalmente uma dimensão anticolonial. O período foi marcado, pois, por profundas contradições, com perspectivas humanistas protagonizadas pela luta operária dos países periféricos, misturadas com processos reacionários inseparáveis dos tambores de guerra interimperialista.

A *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque de 1929 foi a pá de cal que faltava para a derrocada da antiga classe dominante, alicerçada no latifúndio e em relações não capitalistas de produção. Não havia mais espaço hegemônico para oligarquia da República Velha, estando, pois, desafiada a aprofundar sua aliança com a burguesia nacional em ascensão, com destaque para a burguesia comercial, sempre mais vulnerável, por razões óbvias, a ser tutelada e capturada pelo centro do sistema interimperialista então dominante.

O movimento armado da Revolução de 30, liderado por Minas, Paraíba e Rio Grande do Sul, levou a cabo um golpe de Estado que derrubaria Washington Luís e impediria a posse do presidente eleito, Júlio Prestes, desarticulando a República do Café com Leite. O ciclo político de Getúlio Vargas se iniciara, com a perda de espaço das lideranças do Tenentismo e a formação de um Governo pressionado pelas demandas de reformas e contido pela permanência de segmentos da oligarquia agrária, que resistia sem tréguas à perda de seus privilégios coloniais.

Todos esses fatores em conjunto, fundamentados por pelo menos vinte anos de desenvolvimento diversificado do parque industrial brasileiro, ricochetearam nos primeiros cinco anos da década de 30. O resultado objetivo se constituiu por meio de uma agitação política e cultural, impulsionada por uma relativa liberdade de expressão, o que levou o autor de *História e materialismo histórico no Brasil*, em uma passagem em que contestava o livro de Carlos Guilherme Mota, *A ideologia da cultura brasileira* (1985), a salientar o seguinte?

É a ausência de caracterização dos “momentos decisivos”, por exemplo, para empregar uma linguagem peculiar aos desconhecidos da História: a fase de 1930 e 1935, em que aparecem algumas obras importantes – muitas esquecidas pelo sr. Mota nos seus critérios arbitrários –, foi, em sua turbulência, e pela característica do grau de liberdade então reinante, uma das mais fecundas no desenvolvimento da cultura brasileira. O mesmo ocorreu entre 1942 e 1950 – entre o fim da guerra de liquidação do nazifascismo e o início da guerra fria –, quando, novamente, e pela mesma razão, mas já em outro nível, houve outra floração de obras importantes (SODRÉ, 1985, p. 75).

Em interface com o fragmento citado, a seguinte pergunta se faz necessária: por que de 1930 a 1935 e de 1942 a 1950, perspectivou-se no país “momentos decisivos? A resposta para mim deve ser formulada com a apresentação de outra questão: o que é laicidade? Uma pessoa com mentalidade liberal responderia, a propósito: “Ser laico é não acreditar em Deus”. Ora, a laicidade não se limita à oposição entre religião e secularidade ou a acreditar em Deus ou ser ateu, pois, para além do indivíduo, o que conta é: períodos históricos laicos e períodos históricos não laicos, dominados, estes últimos, por processos de decadência ideológica. Uma época é laica quando nela há guerra de classes do trabalho (o inverso é a regra) contra o capital; quando a classe trabalhadora se agita, organiza-se, disputa o porvir.

Impulsionado pelo processo de substituição de importações que ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial, pela revolução de Outubro de 1917, pela agitação político-estética sobretudo da década de vinte, pela crise do capital acionada talvez pelo primeiro golpe de estado em escala planetária protagonizado por *Wall Street*, com o crash da bolsa de Nova Iorque em 1929, o primeiro período em tela, de 1930 a 1935, propiciou as condições objetivas de inserção mais ou menos autoconsciente do Brasil no mundo, principal dialética anti-colonial de vetor laico-social dos países historicamente colonizados, como os da América Latina, da África, da Ásia, da Maioria Global, para usar uma categoria em voga.

Foi um período em que a revolução brasileira, traduzida sempre como soberania nacional, expressou-se como jamais havia ocorrido, na *práxis* das lutas de classes, inclusive teórica, com a emergência de uma geração de ensaístas que se dedicou a estudar o país, sua economia, sua história, sua cultura; a formação de seu povo, o que se evidenciou com a publicação de livros como *A evolução política do Brasil*, de Caio Prado Júnior, obra de 1933, assim como *Casa-Grande e Senzala*, também de 1933; além de *Raízes do Brasil*, de 1936, de Sérgio Buarque de Holanda – o pontapé inicial de estudos de fôlego sobre a questão nacional, em clave emancipadora, na contramão da estrutura colonial de produção e, desse modo, da ideologia do colonialismo.

Na literatura, a década de 30 propiciou uma retomada mais racional e consequente dos melhores aspectos do modernismo da década precedente, com o protagonismo do romance nordestino, cuja novidade adveio da convergência com o que é realmente novo: o povo, as classes populares, senão protagonistas, representadas em narrativas como *Menino de engenho*, de 1932, de José Lins do Rego; *O país do carnaval*, de Jorge Amado, de 1931.

Surgiram também no período em tela contistas significativos como Marques Rebelo, que publicou em 1931, *Oscarina*; e em 1933, assim como João Alphonsus, com *Galinha cega*, de 1931, sem contar, sob o ponto de vista da criação lírica, o livro *Alguma poesia*, de 1930;

e Brejo das almas, de 1934, ambos de Drummond. No contexto da mesma efervescência da revolução brasileira no campo da produção literária, em 1933, Graciliano Ramos publicou Caetés; em 1934, apresentou ao público um dos romances mais consistentes, sob o ponto de vista do realismo estético, da literatura brasileira; São Bernardo.

A reação, com sua síndrome de Antigo Regime, não se fez esperar. Em 1932, no compasso da ascensão do fascismo e do nazismo na Europa, fundou-se a Ação Integralista Brasileira, imitação do Integralismo Lusitano, que, de 1914 a 1932, defendeu o retorno saudosista de Portugal à fase áurea do regime monárquico luso, centrada no século XVI. Em 1935, é a criada, como contraponto à Ação Integralista Brasileira, a Ação Nacional Libertadora, composta por setores anti-imperialistas, antifascistas e nacionalistas, egressos do Tenentismo, da organização operária e de intelectuais de esquerda. Pleiteava a reforma agrária, a nacionalização das empresas estrangeiras, o fim do pagamento da dívida externa.

A luta de classes se intensificava. O Governo de Getúlio Vargas fez uma forte inflexão à direita, aliando-se com a Alemanha para responder às pressões internas de militares e do bloco imperialista anglo-saxão. A gota d'água que faltava para o fechamento do regime foi a fracassada Intentona Comunista de 1935, com epicentro no Rio de Janeiro, tendo também ocorrido em Natal e Recife.

A repressão foi implacável, com a derrota dos insurgentes e a voracidade punitiva. A esse respeito, vale a pena lembrar que em dezembro de 1935, sob o comando do Ministro de Guerra, General João Gomes, os generais oficialistas das Forças Armadas se reuniram no Rio de Janeiro com o objetivo de pleitear penas mais pesadas contra os colegas de farda que participaram da Intentona Comunista.

O Congresso é forçado, assim, a incorporar novos dispositivos na Lei de Segurança Nacional, votando em 14 de dezembro de 1935 a Lei Número 138. Iniciava-se o período de caças às bruxas, assim descrito por Edgard Carone, em *A República Nova* (1930-1937):

O resultado total das medidas é o reforço legal do governo e as prisões e destituições arbitrárias: sem conclusão do processo, imenso número de sargentos e praças são expulsos do Exército (4-12-1935); no fim deste mês são cassados grande número de oficiais, como os Capitães Agildo Barata e Agilberto Vieira de Azevedo e mais dezoito outros; em abril de 1936, são punidos mais 30 oficiais, na lista encabeçada por Luís Carlos Prestes. Sem culpa alguma, no começo de 1936, prendem-se os professores Hermes Lima, Edgard Castro Rebelo; em março, chegam 116 presos do Nordeste, entre eles Graciliano Ramos; deputados e senadores, como Abel Chermont e Abguar Bastos são presos, em abril de 1936 (CARONE, 1974, p. 345).

É nesse contexto que a obra escolhida para investigar a relação entre literatura, ideologia do colonialismo e soberania nacional, na terceira etapa dos fundamentos econômicos da literatura brasileira, não é outra senão esta, *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, publicada postumamente em 1953 em quatro volumes, com uma segunda edição em dois; e uma terceira em apenas um.

Memórias do cárcere, por ser a autobiografia do estado de exceção declarado, imposto pela ditadura de Getúlio Vargas, eufemisticamente chamada de Estado Novo, constitui-se como um livro fundamental porque assinala a interface entre a dimensão biográfica, a do próprio escritor, com a história e especialmente com a história da tradição do oprimido brasileira, tendo em vista o aprofundamento, no período, da estrutura colonial de produção, sob o signo de uma ditadura militar e civil.

É nesse sentido que seja possível dizer que Graciliano Ramos tenha sido um escritor cujas obras detêm fortes traços autobiográficos, porque, ao escrever como escritor brasileiro, escreve, para ser redundante, no interior de uma comunidade de destino que é também a da tipicidade brasileira, encarcerada pela estrutura colonial de produção.

Wander Melo Miranda, em “O valor enorme das palavras”, compreendeu bem essa perspectiva ao argumentar o seguinte a propósito:

Literatura e experiência confundem-se na obra de Graciliano Ramos como se fossem a urdidura de uma trama comum. Romances, memórias, contos e textos circunstanciais parecem repetir a afirmação do escritor – “Nunca pude sair de mim mesmo. Só posso escrever o que sou” –, chamando a atenção para o espaço autobiográfico em que sua obra se insere (MIRANDA, 2006, p. 11).

Haveria, desse modo, uma relação entre literatura, experiência pessoal e comum e perspectiva autobiográfica na produção ficcional de Graciliano Ramos, de modo que “não sair de si mesmo”, para o escritor, não seria muito distinto de escrever sobre as particularidades humanas brasileiras, com suas “vidas secas”.

É nesse sentido que o tema central da literatura do Velho Graça poderia ser interpretado como a condição de encarcerado do brasileiro; e de exilado em seu próprio país. Seu primeiro romance, *Caetés*, de 1933, no paralelismo de multiplicidade de vozes que orchestra de forma especular, a começar a do narrador-personagem, João Valério, que escreve um romance, *Caetés*, que tem o mesmo título de um suposto outro que o autor implícito, Graciliano, também escreve.

O índio se constitui como a figura que entrelaça os dois romances, estabelecendo a unidade. No primeiro caso, o de João Valério, o índio é o antropófago de Palmeira dos Índios, símbolo da resistência contra o invasor, tendo como exemplar o caso antropofágico da deglutição do Bispo Sardinha; e, no segundo, é apenas um personagem tramado em um cotidiano alienado em que nada acontece, razão por que a narração se atém a descrevê-los apanhados no cotidiano então compreendido como sintoma do conteúdo primário relacionado a uma existência anônima e vazia.

O que Wander Melo Miranda, no entanto, designou como literatura e experiência, tendo a dimensão autobiográfica como eixo,

Abdala Junior, em “Graciliano Ramos e o comunitarismo cultural, capítulo do livro *Literatura Comparada & Relações Comunitárias, hoje*, chamou de conexões estruturais.

Analisando as motivações do assassinato de Julião Tavares realizado pelo narrador-personagem de *Angustia* (1936), Luís da Silva, o professor e crítico literário paulista apresentou os seguintes argumentos:

São todas essas frustrações provenientes da vida social que motivarão a personagem ao crime e não apenas à perda da noiva; nem poderia ser diferente em Graciliano Ramos: esse escritor seria incapaz de narrar um assassinato que se explicasse exclusivamente em termos passionais. Para ele isso não é suficiente e vai buscar motivações psicossociais. Estas não se fixam no passado mais imediato. As conexões estruturais para uma visão mais sistemática implicam, neste romance, uma boa genética; uma configuração das origens supraindividuais das frustrações de Luís da Silva (RAMOS, 2008, p. 143).

O ódio de Luís da Silva ao empresário arrivista Julião Tavares, tendo em vista as suas origens supraindividuais, de que tratou Abdala Junior no fragmento acima, em certo sentido pode ser analisado como ódio a si mesmo, de suas origens latifundiárias, relacionadas com os senhores de terra do Nordeste, à época do ciclo do açúcar.

A permanência da estrutura colonial de produção produz as condições objetivas de suas personagens típicas em circunstâncias de dependência estrutural típicas: na primeira etapa de transplantação cultural, a aristocracia latifundiária escravista; na segunda, os “Palhas”, os “Cotrins”, os “Santos”, de Machado; na terceira, por sua vez, os arrivistas como Julião Talares.

Os perfis que se beneficiam diretamente com a aliança com a metrópole são também os que estão na linha de frente da superexploração dos desterrados de *Vidas Secas* (1938), como Sinhá Vitória,

Fabiano, seus filhos, pois tudo, na totalidade do eterno retorno da ideologia do colonialismo, faz parte do mesmo inferno e do mesmo sistema de encarceramento, metaforizados pela cegueira do menino de *Infância* (1945) ou pelos pesadelos semiacordados do narrador de “Insônia”, conto do livro homônimo publicado em 1947.

O passado colonial escravista do Brasil do Ciclo da Cana, desmoronado por novos ciclos econômicos, ricocheteia nas interfaces entre as tipicidades opressoras e oprimidas do estatuto colonial brasileiro, como, respectivamente, as que se particularizam no desenlace trágico de um amor impossível entre Paulo Honório e Madalena, de *São Bernardo*. O ensaio *Memórias do Cárcere, sob esse aspecto, pode ser interpretado como* mnemônicas escritas autobiográficas do estado de exceção da ditadura Vargas, que é e tem sido, na verdade, para dialogar com Walter Benjamin de “Sobre o conceito de história” (1964, p. 226), a regra dos “condenados da Terra”.

Escrito 10 anos depois da prisão do autor, *MC* é dividido em quatro partes: i) Viagens, em que se escreve sobre os telefonemas suspeitos que recebia, a demissão, as razões supostas da prisão sem julgamento, repassando sua vida, seu trabalho como funcionário público no âmbito do sistema de educação, sua labuta de escritor, sua expectativa de publicar mais um romance, o convívio com os presos nordestinos, a idas e vindas em busca de uma prisão onde pudessem ser alojados; a viagem como estado de exceção, enfim; ii) Pavilhão dos Primários, que, como evidencia o nome, foi reservado para a detenção de réus primários, curiosamente, como ironia da história, tendo em vista o Decreto 19.371, de 17 de Outubro de 1930, em face das agitações políticas, foi projetado exclusivamente para presos políticos por ninguém mais que o destituído presidente Washington Luís, tornando-se o Centro de Detenção em que a ditadura Vargas prendera sobretudo os envolvidos na Intentona na Comunista de 1935 como o argentino Rodolfo Ghioldi, Agildo Barata, entre outros; iii) A Colônia Correccional, uma verdadeira descida ao inferno, sob todos os pontos de vista, da alimentação fétida às torturas; iv) Casa Correccional,

uma esdrúxula espécie de retorno à “casa” em que já esteve, “o purgatório”, podendo rever os amigos, sendo o capítulo em que os presos se informam sobre destino de Olga Prestes e Eliza Berger.

A importância de *MC* pode ser evidenciada na seguinte declaração de Fábio Lucas, presente no livro *O caráter social da literatura brasileira?*

Memórias do Cárcere, de Graciliano Ramos, constitui o relato da vida de preso político, levada pelo autor, durante a repressão anticomunista que se seguiu à Intentona de 1935. Mais do que *Os Subterrâneos da Liberdade*, de Jorge Amado, dá um retrato vivo da ditadura de Vargas, com as suas implicações políticas e militares. Literariamente, é um dos mais importantes documentos jamais escritos em língua portuguesa (LUCAS, 1976, p. 95).

E por que literariamente? Para desenvolver essa questão, o fragmento abaixo do capítulo “Viagens” é bem-vindo:

Essa ideia de nos poderem levar para um lado e para outro, sem explicações, é extremamente dolorosa, não conseguimos familiarizar-nos com ela. Deve haver uma razão para que assim procedam, mas ignorando-a achamos cercados de incongruências. Temos a impressão de que apenas desejam esmagar-nos, pulverizar-nos, suprimir o direito de nos sentarmos ou dormir, se estamos cansados. Será necessária essa despersonalização? Depois de submeter-se a semelhante regime, um indivíduo é absorvido e mandam-no embora. Pouco lhe serve a absolvição: habituado a mover-se como o puxassem por cordéis, dificilmente se libertará. Condenaram-no antes do julgamento; e nada compensa o horrível dano (RAMOS, 1998, p. 26).

Porque, para retomar a pergunta feita, é literatura memorialista da despersonalização, sem deixar de ser da personalidade, ainda

que dilacerada. O uso da primeira pessoa do plural, nesse caso, longe de ser um plural majestático, constitui-se ao mesmo tempo como um processo de familiarização (nós, os detidos, sem ter feito mal algum); e de *desfamiliarização*, imposta pela condição de preso político, tendo em vista uma escrita de emendas que se escreve como viagens de exceção; de trânsito e passagem prisionais; e, assim, de absoluta vulnerabilidade.

Não há julgamento. Afinal, é estado de exceção. É a ditadura que se anuncia, expressa-se, impõe-se como fato nu. É inútil, pois, buscar motivos: terá sido em função de ter eliminado a obrigatoriedade do hino de Alagoas nas escolas? Ou terá sido em razão de ter implementado a adoção de concursos públicos na contramão das tradicionais políticas de apadrinhamento?

É tudo isso, sim, mas também é muito mais: é a condição de escritor e sobretudo de escritor realista, que se atém ao povo, ao estado de exceção do estatuto colonizado das classes populares, não sendo por acaso o fragmento que segue: “Bem, os célebres mocambos de José Lins havia descrito em *Moleque Ricardo*. Conhecia José Lins aquela vida? Provavelmente não conhecia. Acusavam-no de ser um escritor memorialista, de não possuir imaginação, e o romance mostrava exatamente o contrário” (RAMOS, p. 25, 1998).

Despersonalização e memorialismo, para quem da imaginação, constituem as emendas de *Memórias do Cárcere*; realistas emendas escritas “ao espinho do *socius*, jamais da flor, rasurando-se não como, mas por meio de materialismo histórico de três dimensões: a da escrita policial do estado de exceção não apenas da ditadura Vargas mas também do estatuto colonial brasileiro; a da escrita propriamente dita; uma *infraescrita*, indissociável da relação entre arte e política, nos termos em que o filósofo francês, Jacques Rancière a compreende, tendo em vista, por exemplo o seguinte trecho de *Dissensus, on politics and aesthetics* (2010): “A política da literatura significa, portanto, que a literatura como literatura é indissociável da partilha do visível e do dizível, implicando-se com o entrelaçamento

do ser, do fazer e do dizer, articulado com uma palavra comum, polémica (RANCIÈRE, 2010, p. 152)⁷.

Esta, a polémica, de modo algum deve ser compreendida como uma dissidência, no plano do conteúdo manifesto, entre, por exemplo, o Partido Comunista e a liberdade de criação do escritor, como argumentou Hermenegildo Bastos (1998, p. 25), em *Memórias do Cárcere: literatura e testemunho*. Em diálogo com o autor de *A partilha do sensível* (2005), trata-se, na verdade, de literatura compreendida como revolução estética de “demo”, povo, sem “cracia”, sem poder soberano, no ato mesmo de escrever-se no estado de sítio, ao rés-do-chão, ao mesmo tempo despersonalizado e personalizado, ao ser mais um, igual a todos os condenados, inclusive os presos designados como não políticos, que são as personagens típicas da tradição colonizada brasileira, condenados históricos na terra das arcádias metropolitanas, e, portanto, presos fundamentalmente políticos, se o olhar se perspectivar pela totalidade do processo histórico brasileiro.

Isso não significa que não se possa escrever sobre o estado de exceção em nome de uma liberdade criadora sem base na realidade social objetiva; caso em que a narrativa de *MC*, até pelo tema, estaria irremediavelmente condenada como obra supostamente sectária. Pelo contrário, materialismo memorialístico Graciliano Ramos visibiliza a partilha do sensível da ideologia do colonialismo, à brasileira.

Isso de forma alguma quer dizer que torturadores e torturados devam ser indiferenciados, em nome de uma revolução *a priori* da literatura.

Literatura é política, esteticamente falando, porque é *a posteriori*, escrita que humaniza à medida mesma em que se labora, visibilizando, em um só gesto, os herdeiros dos opressores do passado,

7 “The politics of literature thus means that literature as literature is involved in this partition of the visible and the sayable in this intertwining of being, doing and saying that frames a polemical common word” (RANCIÈRE, 2010, p. 152).

assim como os herdeiros dos oprimidos de todas as épocas, projetando-os lado a lado, na imanência dos acontecimentos.

Parte do princípio de que o estado de exceção é a regra e o é em uma escala que transborda o Pavilhão dos Primários ou a Colônia Correccional.

Ou dito de outro modo: visibiliza a partilha do sensível não separando o Pavilhão dos Primários e a Colônia Correccional do cotidiano dos anônimos brasileiros, “encarcerados” na estrutura colonial de produção que se desdobra em escala planetária e se objetiva não apenas entre os torturadores e ditadores, mas também entre a militância e a resistência, quando, por exemplo, deixa-se apanhar pela divisão internacional desigual do trabalho, cujo efeito deletério é a partilha desigual do sensível.

A esse respeito, no capítulo III, “Colônia Correccional”, é possível ler o seguinte fragmento, escrito com a ironia perspicaz, presente em toda a obra:

Um paranaense loquaz avizinhou-se, entabulando camaradagem fácil, esteve meia hora a narrar-me as divergências existentes no seu grupo, intelectuais de um lado, operários de outro, abominando-se ou desprezando-se. A curiosa revelação num instante e despertou-me ligeira curiosidade. Intelectuais? Interei-me a custo. Designavam-se desse jeito os indivíduos alheios a qualquer ofício manual: Herculano, estudante de músculos débeis, e rosto enxofrado, o velho Eusébio, alguns pequenos funcionários da estrada de ferro (RAMOS, 1998, p. 11-12).

É essa partilha desigual do sensível, tão presente também entre as esquerdas, porque ser parte histórico-estrutural da tradição do oprimido, que *MC* destitui sem cessar, visibilizando o materialismo memorialístico desse duplo trabalho: o que se inscreve na partilha desigual do sensível, afirmando-a na prática contraditória de habitar e viver em um mundo em que a desigualdade é objetivamente a sua

razão de ser; o que diz respeito à reconfiguração da partilha desigual, tendo como eixo a potência ascendente do trabalho comum, instância da humanização e desalienação.

De qualquer forma, o efeito mais trágico da ditadora do Estado Novo foi a restauração da aliança entre a oligarquia latifundiária e a burguesia nacional com o interimperialismo dominante na década de 30 do passado século, motivo da relação de Getúlio Vargas com o nazismo, objetivando encontrar brechas para o desenvolvimento do parque industrial brasileiro, sob o signo da ditadura e, portanto, expurgando o período de liberdade democrática de 1930 a 1935.

Esse – o da ditadura do Estado Novo, inclusive em função da violência fascista inominável por meio da qual se impôs – foi um período dramático dos fundamentos econômico-culturais da história do país, porque os expurgos culturais, teóricos, estéticos e militares que ocorreram colaboraram sobremaneira para os retrocessos posteriores, como o que resultou no suicídio de Vargas em 1954 e no golpe militar de 1964.

É preciso, no entanto, uma atenção cuidadosa ao analisar o segundo período relativo à liberdade democrática da não menos cíclica luta brasileira pela soberania, pela independência, ocorrido, segundo Sodré (1985, p. 75), entre 1942 e 1948, período que se iniciou com as primeiras derrotas do nazismo na União Soviética, sobretudo considerando o revés que foi para Hitler a Batalha de Stalingrado, com o fim do cerco a essa cidade em 2 de dezembro de 1942, após mais de um ano de ocupação, que durou de 22 de agosto de 1942 a 2 de fevereiro de 1943, quando os soviéticos conseguiram romper o cerco .

A pouco mencionada Batalha de Kursk, a que mais fez uso de tanques de combate na história das guerras, de 5 de julho a 23 de agosto de 1943, foi também um revés imenso para as tropas do eixo nazista. O desembarque de Normandia, de 6 de julho de 1944, sob a liderança de Estados Unidos, embora tenha entrado no teatro de guerra europeu tardiamente, repercutiu no mundo inteiro, reforçando o revés do fascismo e do nazismo. Tudo isso não apenas colaborou para o

arrefecimento da repressão do Estado Novo, mas também foi fundamental para o seu fim, em 1945, não por acaso no mesmo ano do término da Segunda Guerra Mundial. O período de 1942 a 1948, assim, evidenciou que o Brasil estava e sempre esteve no mundo, nunca podendo ser pensado ou vivido isoladamente.

Quando a balança das relações de classe pende para o lado do trabalho, da vida, do valor de uso dos povos, a perspectiva democrática autônoma emerge, expressa-se, sob o ponto de vista da literatura, em obras como *Seara Vermelha* (1946), de Jorge Amado, por focar na luta dos sertanejos contra a estrutura feudal dominante no campo brasileiro (e não apenas no Nordeste), também, embora publicado dois anos antes, *O Moleque Ricardo* (1935), de José Lins do Rego, ao plasmar o processo de crescimento das cidades (Recife, em especial) evidenciando os perfis humanos de mentalidade agrária, com suas crendices, em contexto de superexploração patronal.

Em 1943, Oswald de Andrade publicaria *Marco zero I – Revolução Melancólica* e em 1945, *Marco Zero II: chão*, romances que, usando a técnica do Muralismo mexicano, tematizaram o processo histórico de formação de São Paulo, assinalando a aliança nefasta entre forças imperialistas e latifundiárias e seus efeitos trágicos para as brasileiras e brasileiros desterrados, totalmente usurpados do direito à posse da terra.

Em 1945, Carlos Drummond de Andrade publicaria *Rosa do povo*, obra fundamental da lírica brasileira, tanto mais porque, sob o signo da rosa, ousou poematizar os grandes desafios da humanidade, no contexto da Segunda Guerra Mundial, sem deixar de contemplar as múltiplas faces do povo brasileiro. Poemas como “A flor e a náusea”, “O Medo”, “Nosso tempo” “Áporo” “Vida menor”, “Economia dos mares terrestres”, “Morte do leiteiro”, “Carta a Stalingrado”, entre outros, humanizam, pela dicção lírica menor, a flor frágil no asfalto reclamando a sua presença, o seu direito à existência em um mundo inumano, inabitável, ao mesmo tempo que afirma a luta, a resistência,

a potência ascendente do trabalho lírico na partilha do sensível do encontro dos povos superando o fascismo e o nazismo.

João Cabral de Melo Neto, em 1945, publicaria *O engenheiro*, afirmando uma poética cuja voz lírica plasma-se pela interface entre a igualdade entre a partilha do sensível no âmbito estético e da engenharia, assim como da matemática, de modo a incorporar a demanda, poetizando-a singularmente, pelo desenvolvimento industrial brasileiro.

Graciliano Ramos, uma vez em liberdade, em 1938, publicaria *Vidas secas*, clássico insubstituível dos efeitos trágicos do estatuto colonial brasileiro; sendo que em 1945, apresentava ao público o romance *Infância*, assim como *Insônia*, em 1947. Também 1945, este ano chave, Oswald de Andrade apresentaria ao público o ensaio “A Arcádia e a Inconfidência”, seu ensaio, sob o ponto de vista deste pesquisador, mais consequente considerando o acerto temático que desenvolvera, ao contemplar a dialética entre a Arcádia, fuga da história; e a Inconfidência, coextensiva à relação entre a ideologia do colonialismo e a revolução brasileira.

Nelson Werneck Sodré, por sua vez, além de dezenas de artigos, publicaria, em 1938, *História da Literatura Brasileira*; em 1939, *Panorama do Segundo Império*; em 1942, *Orientações do Pensamento Brasileiro*; em 1944, *Formação da Sociedade Brasileira* e em 1945 *O que se deve ler para conhecer o Brasil*.

Em 1945, Sérgio Buarque de Holanda publicaria *Monções*, coletânea de ensaios sobre a expansão dos bandeirantes realizada no Sudeste e no Centro-Oeste. Nesse mesmo período, em 1942, Caio Prado Júnior publicaria *Formação do Brasil contemporâneo e, em 1945, o clássico História econômica do Brasil*. Enfim e em começo, com epicentro em 1945, poetas, escritores, dramaturgos e ensaístas singulares expressaram as contradições e as complexidades da sociedade brasileira, configurando o mosaico estratégico político-social, estético, cultural e econômico dos desafios da soberania nacional.

Francisco Julião e Ivan Ângelo: o período do ultraimperialismo estadunidense

3.1. Fundamentos econômicos da cultura dominante da primeira guerra fria do ultraimperialismo estadunidense

Retomando o diálogo com o capítulo anterior, 1945 foi também a data que referencia o fim do período interimperialista da estrutura colonial brasileira, em função da emergência unipolar do, segundo Wood (2003, p. 9), do neoimperialismo, considerando um mundo plenamente capitalista, designação, a de neoimperialismo, que este pesquisador não adota porque a considera vaga, preferindo interagir, sob esse aspecto, com Michel Hudson, tendo em vista o fragmento abaixo de seu livro *Super Imperialism: The Origin and Fundamentals of U.S. World Dominance* (2003):

Na raiz desta nova forma de imperialismo reside na exploração dos governos por um único governo, o dos Estados Unidos, seja através da central bancos, seja controlando instituições multilaterais, superando a forma anterior, protagonizada por empresas privadas em busca de lucros. Os EUA transformaram os modelos mais antigos de imperialismo em superimperialismo, considerando que antes da década de 1960 dominavam as organizações mundiais em função de seu *status* de credor, deslocando-se, logo depois, para a condição de devedor mundial privilegiado (HUDSON, 2003, p 23- 24)⁸.

Hudson no livro em tela analisou a emergência do superimperialismo estadunidense entre 1914 e 1946, por ter sabido se aproveitar tanto da Primeira como da Segunda Guerras Mundiais, usando a estratégia da derrota dos concorrentes pelo envolvimento em guerras. O que está em jogo, de qualquer modo, é sempre uma questão de dialética entre forças produtivas ascendentes e relações de produção ultrapassadas. O capitalismo inglês, sob esse ponto de vista, foi a vanguarda de um processo histórico que subsumiu e incorporou, a seu favor, o período colonial precedente; e mesmo o passado de tradição do oprimido anterior.

Se o capitalismo foi, assim, um *metacolonialismo*, um *metafeudalismo* e um *metaescravismo*; o período interimperialista, do início do século XX até 1945, foi um *metacapitalismo*. Por sua vez, a hegemonia estadunidense inaugurou a época do *metaimperialismo*, que foi

8 “At the root of this new form of imperialism is the exploitation of government by a single government, that of the United States, via the central banks and multilateral control institutions of intergovernmental capital rather than via the activities of private corporations seeking profits. What has turned the older forms of imperialism into a super imperialism is that whereas prior to the 1960s the U.S. Government dominated international organizations by virtue of its preeminent creditor status, since that time it has done so by virtue of its debtor position” (HUDSON, 2003, p. 23-24).

e é também a do *metacapitalismo*, da era do imperialismo mundial integrado, a manipular, para se impor, em escala planetária, as relações capitalistas de produção, como se fossem (e são e podem ser) um jogo de cartas.

É o período do advento de fato da cultura de massas, dominada pela indústria cultural estadunidense e assim descrito por Nelson Werneck Sodré em *Síntese da história da cultura brasileira*:

A característica mais evidente da segunda fase do período de que nos ocupamos – a que começa em 1945 – consiste na fun o predominante dos meios e das técnicas de cultura de massa. Essa característica surgiu, naturalmente, como decorrência do desenvolvimento, aqui, das rela es capitalistas. O fenômeno, visto no geral e mesmo particular brasileiro, tem sido examinado e discutido sob ângulos muitos variados. Gerou, também os seus teorizadores e seus profetas. O mais conhecido, Marshall McLuhan, começou sua notoriedade com o livro *The Gutenberg galaxy*, de 1962, aumentando-a particularmente, com *Undertanding media: the extensions of man*, de 1964 (SODRÉ, 1976, p. 75-76).

Os meios e as técnicas da cultura de massa inauguraram a era do ultraimperialismo em que a cultura se tornou mundialmente um meio de produ o material próprio, criador de estilos de vida, apto a editar toda a história da humanidade em conformidade aos desafios de sua hegemonia, sem deixar de transformar em mercadoria o estilo de vida, doravante conhecido com *american way of life*, com seus fluxos e refluxos biopolíticos que moldaram, ainda que sob a forma de propaganda corporal de diversidade, o sujeito-mundo, plasmando, assim, a própria dinâmica das rela es sociais de produ o.

Lima Barreto, com lucidez antecipadora, sobretudo nas cr nicas de *Bagatela* (1923), foi um crítico incisivo de EUA, assinalando e denunciando a sua presença como metrópole não menos negativa

para o Brasil. A esse respeito, Astrogildo Pereira de *Crítica impura (autores e problemas)*, argumentou o seguinte:

Com relação, porém, aos Estados Unidos, outros motivos havia, de ordem histórica e sociológica, que alimentavam os sentimentos antianques de nosso grande escritor negro. Não negava “as qualidades do indivíduo americano”; o que não tolerava, o que lhe causava arrepios à sensibilidade e à razão era o chamado “estilo de vida” que a burguesia norte-americana pretende apresentar ao mundo como padrão ideal da sociedade capitalista, o suprassumo da ordem da da prosperidade (PEREIRA, 1953, p. 52).

Barreto conseguiu identificar o que seria dominante, mundialmente falando, após a Segunda Guerra Mundial: o *american way of life*, compreendido como expressão biopolítica e autopublicitária da hegemonia estadunidense. Já na época de *Memórias do cárcere*, e muito antes, o que se memoriza é um mundo herdeiro do sistema colonial europeu, emendado pela infraescrita do Velho Graça, mosaico de fluxos de o que poderia ter sido e não foi. Doravante, com o ultraimperialismo de estúdios, o estadunidense, a situação muda de figura, porque tudo passa a ser potencialmente editável, como se fosse um fotograma que se desloca, ao infinito; imagem certamente anacrônica, considerando que a técnica atual de edição é a que se realiza em tempo real por meio dos algoritmos da Inteligência Artificial.

Essa vanguarda das forças produtivas de edições do presente, passado e futuro da humanidade é indissociável da transformação da cultura em uma força produtiva própria, como evidenciou Raymond Williams tendo em vista o seguinte trecho de *Marxismo y literatura*: “[...] as possibilidades plenas do conceito de cultura, considerado como um processo social constitutivo, criador dos estilos de vida específicos” (WILLIAMS, 1988, p. 3).

Em *Materialismo e cultura* (2011), o marxista inglês descreveu a existência, sempre como modo de produção próprio, de três

formas de cultura, a dominante, marcada sempre por um ininterrupto “[...] processo de incorporação” (WILLIAMS, 2011, p. 53); a emergente em que “[...] novos significados e valores, novas práticas, novos sentidos e experiências estão sendo continuamente criados” (WILLIAMS, 2011, p. 57); e finalmente a residual, em que “[...] algumas experiências, significados e valores que não podem ser expressos nos termos da cultura dominante, são, todavia, vividos e praticados como resíduos – tanto culturais quanto sociais- de formações sociais anteriores” (WILLIAMS, 2011, p. 56)”. Em Williams, *Cultura* (2000), por sua vez, argumentou que “Em determinadas áreas, como na produção cinematográfica e televisiva, as condições de monopólio relativo, não só internamente como também internacionalmente, levaram para além de simples processos de exportação para processos mais gerais de dominação cultural e, pois, de dependência cultural” (WILLIAMS, 2000, p. 229).

A hegemonia do ultraimperialismo estadunidense se tornou mundial como cultura dominante que, via indústria cultural, incorpora sem cessar as culturas emergentes, inclusive as implicadas com a soberania nacional; e as residuais, constituindo um processo dinâmico baseado na exportação de produtos culturais para todo o planeta, sempre espalhando estilos de vida fundamentalmente antirrealistas, para as pequenas burguesias; e pseudorealistas, para as populações periféricas – gerando, por efeito, dependência cultural para países e regiões culturalmente (também) dominados.

O sistema imperialista europeu, nesse contexto, tornou-se gradativamente superado, passando a ocupar relações de produção ultrapassadas, sendo igualmente incorporado à cultura dominante estadunidense. Isso representou um impacto negativo para o campo socialista, para as esquerdas ocidentais, orientadas que estavam pelos referenciais de lutas de classes constituídos durante o longo processo de expansão colonial da Europa.

Como nada ocorre sem motivações econômicas objetivas, a era do ultraimperialismo estadunidense é a do surgimento dos

conglomerados, assim descritos por Theotonio dos Santos, em *Imperialismo y Dependencia*:

Foi assim que nos anos de pós-guerra apareceram importantes empresas novas nos setores eletrônicos, químico e particularmente petroquímico, impulsionando o surgimento de novas empresas de dimensões menores, mas que, muito rapidamente, em função da situação favorável que concitavam, expandiram para outros setores, dando origem aos atuais conglomerados, esses monstros especulativos que tanto assustam os ideólogos antitrustes (SANTOS, 2011, p. 143)⁹.

Se o primeiro imperialismo, o europeu, definia-se pelo surgimento dos monopólios, junção do capital industrial com o bancário, tendo como efeito o aparecimento do capital financeiro, o atual, sob a hegemonia estadunidense, particulariza-se por se constituir como conglomerados, incorporando para o seu centro, ou *holding*, cada vez mais setores da economia mundial, incluindo sempre a indústria cultural como modo de produção próprio na linha de frente com objetivos, também, de expandir ou mesmo criar mercados, como ocorre, por exemplo, no interior das redes sociais.

A superestrutura burocrática que haveria de administrar e expandir esses conglomerados foi arquitetada pela Doutrina Truman. Esta, iniciando a guerra fria, em 1947, articulou a arquitetura do *Estado-holding* estadunidense, com o Departamento de Defesa,

9 “Es así como en los años de la posguerra surgieron importantes firmas nuevas en los sectores electrónico, químico particularmente petroquímico, impulsando el surgimiento de nuevas empresas de dimensiones menores. Pero, muy rápidamente, la situación favorable de que disponían há dado origen al crecimiento de estas firmas, su expansión hacia nuevos sectores, y muchas de ellas se convirtieron en el núcleo de los actuales conglomerados, esos monstruos especulativos que tanto asustan e irritan a los ideólogos de los antitrust (SANTOS, 2011, p. 143).

o Estado-Maior Unificado, o Conselho de Segurança nacional e a Agência Central de Inteligência, a CIA. Tudo em nome da Segurança Nacional, expressão que passaria a ser o eixo do ultraimperialismo de estúdios, liderado mundialmente pelo Estado não mais propriamente monopólico, mas sobretudo de conglomerados.

Após a Segunda Guerra Mundial, é nesse contexto que o processo de democratização do país é subsumido pela cultura dominante estadunidense molecularmente constituída como “nuvem atômica” que passou a imiscuir-se radioativamente em todos os aspectos da sociedade brasileira (claro, não apenas), estando nos bastidores – *stay behind* – dos acontecimentos posteriores, como o que marcou o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954; e o golpe militar de 1964, sem contar a trágica situação atual brasileira.

Como o problema de base dos fundamentos econômico-históricos brasileiros, o relativo à estrutura colonial de produção – desde do sistema de implantação cultural português – é a estrutura de dependência, a pergunta que deve ser realizada não é outra senão esta: como se constituiu e se constitui a estrutura de dependência na era do ultraimperialismo estadunidense?

No livro *Brasil: radiografia de um modelo* (1974), Nelson Werneck Sodré analisou detidamente o chamado milagre econômico brasileiro no período inaugurado pelo golpe de 1964. Em perspectiva histórica, a propósito, descreveu o seguinte quadro:

Na indústria, pois, o processo histórico assinalou etapas facilmente identificáveis. Na primeira, à época em que vigorava o célebre refrão do “essencialmente agrícola”, ela procurava vencer as dificuldades iniciais, atendendo ao mercado interno e lutando para que este, por força do protecionismo, lhe fosse reservado; na segunda, conhecida como de substituição de importações, valeu-se de emergências protecionistas e do desenvolvimento interno de relações capitalistas, para crescer e competir, no mercado interno, com os monopólicos estrangeiros; na terceira, quando

se abrem as perspectivas de desenvolvimento autônomo autosustentado, o processo é interrompido pela implantação do chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”, ficando o mercado interno apropriado pelos monopólios estrangeiros e servindo a estes de base territorial para o estabelecimento de fluxos de exportação não-nacionais (SODRÉ, 1974, p. 175-176).

Desse modo, em diálogo com Sodré, na primeira etapa de desenvolvimento industrial brasileiro, marcada pela *slogan* “essencialmente agrícola”, havia uma política protecionista que visava contemplar o mercado interno, no período em que o imperialismo britânico exportava capital e manufatura para o país e, por consequência, pela emergência de uma personagem como Santos, de *Esau e Jacó* (1904), herdeiro, no período pré-republicano, [...] da classe que especula e trafica, não tem o domínio do primeiro plano, age e se desenvolve na sombra” (FAORO, 1974, p. 224), como também é o caso de Santos, personagem que perspectiva o futuro oligárquico do país, na era da República; alia-se à metrópole imperialista especulando nos bastidores contra o país, contra o mercado interno nacional.

E era “essencialmente agrícola”, assim, evidencia-se como refém do aprofundamento da aliança da oligarquia financeira interna com a da metrópole, na fase imperialista do capital, além de estar limitada pela ideologia do colonialismo materialmente centrada na condição colonizada de um país de ciclos econômicos agrário-exportadores, baseados na monocultura estilo *plantation*, como foi o caso do açúcar, do ouro, do diamante, do algodão e do café, base econômica (este último) da República Velha, dando origem, segundo Caio Prado Júnior de *História Econômica do Brasil* (1945), [...] cronologicamente, à última das três grandes aristocracias do país, depois dos senhores de engenho e os grandes mineradores, os fazendeiros do café se tornam a elite social brasileira (PRADO JÚNIOR, 1988, p. 167), razão pela qual, ainda em diálogo com a obra em tela, “Quase todos os maiores fatos econômicos, sociais e políticos do Brasil, desde meados do

século XIX, até o terceiro decênio do século XX, se desenrolam em função da lavoura cafeeira” (PRADO JÚNIOR, 1988, p. 167).

Não obstante as diferenças entre Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré, no que diz respeito às origens do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em um aspecto estão em conformidade: o da relação entre as finanças das metrópoles interimperialistas e a gradativa industrialização brasileira, intensificada com as riquezas propiciadas pelo monocultivo do café na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do XX. O primeiro escreveu um capítulo com o título “Imperialismo”, contido em *A história econômica do Brasil*, no qual assinalou, sobretudo a partir de 1863, a presença cada vez mais disseminada dos bancos que começaram a atuar no país, representantes de diferentes metrópoles euro-norte-americanas, como *London & Brazilian Bank*, multiplicando-se “[...] a partir daí os bancos estrangeiros que operam no Brasil; aos ingleses viriam juntar-se franceses, alemães e, em menor escala, italianos, holandeses e outros; e durante a I Grande Guerra estabelece-se também a finança norte-americana com *Nacional City Bank of New York*” (PRADO JÚNIOR, 1988, p. 273),

Por sua vez, em *História da burguesia brasileira* (1983), em capítulo também com o título de “O imperialismo”, Sodré escreveu o seguinte: “Uma das condições que influíram no nascimento e no desenvolvimento da burguesia brasileira – a condição essencial – foi o aparecimento do imperialismo (SODRE, 1983, p. 134). Com isso, retomando a citação feita acima de *Brasil: radiografia de um modelo* (e em interface com Caio Prado Júnior), é possível, supõe-se, apresentar os seguintes argumentos interpretativos: i) o período do “essencialmente agrícola”, quanto ao mercado interno, dependeu das exportações de monocultivos como café (e sobretudo), algodão, borracha, cacau; ii) a fase de “surto” industrial, de 1914 a 1945, resultado do processo de substituição de importações facilitado pelo advendo das duas Grandes Guerras, constituiu-se como um período de dependência do sistema financeiro interimperialista, sob domínio britânico e com a emergência sub-reptícia dos bancos estadunidenses.

O traço mais importante das duas fases descritas por Sodré, a essencialmente agrícola e a da intensificação do processo de industrialização por meio da dinâmica de substituição de importações, é certamente o seguinte: o desenvolvimento do mercado interno, sem o qual não há cultura própria, não há arte soberana, não há um complexo estratégico ao mesmo tempo econômico, político, militar, tecnológico-científico, cultural, lastreado num sistema de causalidade interna, sem desprezar a interação multipolar com o mundo. A presença de um agitador cultural, filho da aristocracia cafeeira paulista, como Oswald de Andrade, assinalou, no contexto histórico-econômico descrito, não apenas as contradições da produção literária do autor do “Manifesto antropófago” de 1928, mas também do próprio modernismo, movimento financiado pela burguesia de São Paulo.

A retomada, após o romantismo, do tema da formação do povo brasileiro, e, assim, da cosmovisão antropológico-cultural do “ser brasileiro”, constitui o traço mais positivo do modernismo, tendo a antropofagia oswaldiana e o romance *Macunaíma*, a sua realização literária imediata, como exemplos; assim como a afirmação da inestimável contribuição afro-brasileira, liricamente fabulada num livro de poemas como *Pau-Brasil* (1925); e também o uso da linguagem coloquial própria às classes populares. Entretanto, a estilização vanguardista da identidade nacional, sobretudo da mística indígena pré-cabralina, representada com uma dicção utópico-anarquista, de alguma forma pode ser analisada como o preâmbulo de o que Roberto Schwarz, em *Cultura e Política*, criticando o tropicalismo quarenta anos depois, chamaria de efeito da “integração imperialista internacional” (2001, p. 27), com uma diferença substantiva: no primeiro caso, no do modernismo, tal efeito se constituiu no interior da fase interimperialista de subsunção do mercado interno brasileiro aos monopólios imperialistas euro-norte-americanos, período ainda de dominação cultural eurocêntrica, razão de ser do forte impacto das vanguardas europeias nos principais escritores e poetas que emergiram da Semana de Arte Moderna de 1922; no segundo, a partir da

década de sessenta, o que passou a estar em jogo é a presença da cultura dominante do ultraimperialismo estadunidense, o que remete à terceira fase do desenvolvimento industrial descrita por Sodré em *Brasil: radiografia de um modelo*.

Nessa terceira etapa dominou e ainda domina não mais o monopólio imperialista, mas o conglomerado do ultraimperialismo norte-americano, ou por este gerenciado; e também e talvez antes de tudo os conglomerados da indústria cultural, antessala para a constituição/produção de estilos de vida e de configuração, no plano do desejo e do inconsciente, do perfil do consumidor e do domínio do mercado interno. O país desenvolveu-se economicamente tendo como eixo a indústria de consumo, constituindo-se, paradoxalmente, como um modelo de exportação própria, brasileira, de estilos de vida produzidos pela metrópole; não lastreados, pois, nos fundamentos histórico-econômicos da sociedade brasileira, tendo em vista os desafios da destituição da estrutura colonial de produção.

A relação entre o pré-moderno e o moderno, o antigo estilizado e o novo não menos, perspectivada por Roberto Schwarz, em *Cultura e Política*, no período do golpe de estado posterior a 1964, assinada acima, no decorrer da terceira etapa do *hegemon* do império do caos, EUA, no contemporâneo, assumiu outra configuração, representada pela captura/colonização/subsunção do consenso e do dissenso, ambos igualmente revisionados, replicando a interface entre o antirrealismo e pseudorealismo.

Por exemplo, na atualidade i) o antirrealismo fica a cargo da cultura *woke*, com sua diversidade *reificada*, a cumprir (se for inconsciente é melhor) a tarefa de traição à soberania nacional, cancelando a esquerda marxiana, antianque e o sagrado direito ao progresso, com desenvolvimento industrial, econômico, tecnológico, ao mesmo tempo que propõe um retorno arcádico-romântico à ancestralidade comunal, na prática abandonada e miserável, porque demagogia pequeno-burguesa não alimenta a ninguém; ii) por sua vez, o pseudorealismo biopolítico é encarnado na *incultura* neopentecostal, a

fixar o imediato-vivido na idolatria do *hétero*, do corpo malhado, no retorno não menos arcaico ao *Antigo Testamento*, na recusa da ciência e da emancipação humana.

De comum, em diferença, o antirrealismo neoliberal do *wokismo* e o pseudorealismo neofascista e ultraliberal da *incultura* neopentecostal detêm como referência o sionismo anglo-americano-israelense, essa nova versão da ideologia do colonialismo, inseparável do parasitismo oligárquico do neocolonialismo financeiro, movimentado por um processo de acumulação primitiva anarcoliberal que tem como eixo o capital improdutivo dos fundos de investimento como *BlackRock* e *Vanguard*; e, como projeto de dominação planetária, o capitalismo de nuvens das *Big Techs*, a extorquir sem cessar, como *gangsteres*, renda do capitalismo produtivo, dos povos e dos Estados-nação, superexplorando toda a humanidade, assim como saqueando os recursos naturais. É o pior dos mundos; totalmente distópico.

O consenso globalista pequeno-burguês e o suposto lugar da ciência (*fake*) é ocupado pelo *wokismo* antirrealista. O dissenso, por sua vez, é caricaturizado pela subsunção do fundamentalismo religioso, no Ocidente, neopentecostal; na cultura árabe-muçulmana, pelo Islã político e jihadismo, subsumindo, no conjunto, o messianismo escatológico das religiões monoteístas, então projetadas como ideologia de base da dominação unipolar do planeta, concebido como, toda o planeta, destaque, Terra prometida. É a atual decadência ideológica, no sentido de Lukács, do ultraimperialismo *neoon* norte-americano: de um lado o antirrealismo *woke*; de outro a *incultura* neopentecostal e jihadista, capturada pelo messianismo monoteísta da Torá sionista. Cumpre o seguinte objetivo: guerrearem entre si lançando ao limbo, assim, a construção da humanidade multipolar, a soberania nacional, em clave popular, o socialismo, os valores universais e seculares, a preservação dos complexos de complexos naturais e sociais, o, portanto, realismo, referência para a *human emancipation*, com uma importante particularidade: a captura da fabulação coletiva

é realizada pela *incultura* neofascista. O bolsonarismo no Brasil não é mera coincidência.

3.2. *A festa*, de Ivan Angelo: o realismo estético da cultura dominante da primeira guerra fria.

O romance *A festa* é exemplar para a análise, em interface, dos fundamentos econômico-históricos e culturais da literatura brasileira, no período da primeira Guerra Fria estadunidense contra o eixo socialista e, por extensão, contra a Maioria Global. Foi publicado em 1976, embora o jornalista, escritor e cronista mineiro, Ivan Angelo, seu autor, tenha começado a escrevê-lo em 1963; um ano antes do golpe militar e civil de 1964.

E por que com *A festa*? Simplesmente porque a era da primeira Guerra Fria ocidental-estadunidense, a do cinema total, ter sido editada e reeditada, em diferentes estúdios, para ser a Túnica de Néssus, como festa, do *american way of life* semilaico e protoanarquista, por três motivos: i) foi uma deriva biopolítica do liberalismo do estado de bem-estar social, conforme evidenciou Perry Anderson (2015, p. 201), em *A política externa norte-americana e seus teóricos*; ii) tinha como contraponto o eixo socialista razão por que a sua plataforma deveria afirmar a relação do Ocidente como o sítio histórico do reino da liberdade, tendo o *american way of life* como *close-up* infinitamente editável, na contramão do suposto reino das necessidades por exemplo da União Soviética ;iii) assentou-se nas técnicas de publicidade moderna, como argumentou de forma correta György Lukács em *Para uma ontologia do ser social II*, tendo em vista o seguinte fragmento:

A consequência disso é que nela, ainda mais intensamente do que no caso do próprio Hitler, a publicidade de negócios se converte em modelo da propaganda política, do sugestionamento da ideologia da “desideologização” com o propósito de dominar; isso se

dá, no entanto, de modo que aparenta ser incomparavelmente mais livre, pois se pretende que justamente o método de manipulação simule para o homem manipulado a aparência consciente de sua liberdade plenamente realizada (LUKÁCS, 2013, p. 793).

Tratou-se, pois, de um modelo integral de publicidade tendo como referência a ser fetichizada a particularidade humana editada e editável em clave liberal, na suposição de que seja plenamente livre quanto mais alienada da realidade histórico-social efetiva estiver.

É o período da ideologia da desideologização, assim compreendida, com Lukács (2013, p. 793), porque destitui a ideologia da divisão de classe, em nome da publicitária ideologia da juventude transviada, finalmente livre para expressar a sexualidade e para viver intensamente, sem, em tese, autorrepressão.

Foi a época da primeira Guerra Fria, vivida publicitariamente como uma “festa biopolítica”, referenciada pelo *Rock And Roll*, pela geração *Woodstock*, pelo estímulo ao consumo de droga, pelo irracionalismo, a *reificação* subjetiva, em perspectiva semilaica e assentada na plasmagem romântica do herói individual, personificado no corpo do jovem, como *close-up* no fetichismo do *american way of life*, uma verdadeira “bomba” biopolítica de esquecimento, porque basta sê-lo ou incorporá-lo para que o passado e o futuro se apaguem, em nome de um presente histórico ampliado, o da hegemonia norte-americana, razão por que a guerra fria, como guerra cultural, é de fato uma guerra integral contra a memória cultural dos povos, de tal modo a poder dizer que a cultura dominante estadunidense seja fundamentalmente uma cultura bélica, dedicada a destruir e cancelar as outras culturas, sobretudo as do Sul/Maioria Global.

Em *A festa*: romance-conto, publicado doze anos após o golpe de 1964, a relação entre violência e estilo estadunidense de vida assume uma dimensão metalinguística, argumento que condiz com o seguinte trecho de *Vanguarda, História e Ideologia da Literatura*, de Fabio Lucas:

O primeiro livro de Ivan Ângelo saiu doze anos após o golpe de 64. A consciência dos fatos já se mostra mais nítida. Mas é de importância assinalar as modificações formais. A narrativa não segue mais padrões do realismo fotográfico, o relato não segue ritmo sequencial dentro de uma concepção monolítica, quebra-se a linearidade da enunciação (LUCAS, 1985, p. 115).

Usando a mesma técnica, embora ao reverso, do processo de fragmentação editorial da indústria cultural, o romance em tela se constitui como um singular trabalho com a linguagem, tendo fixado realisticamente a “festa” do *american way of life* como tipicidade dominante, no Brasil, no plano da pequena burguesia jovem, sem deixar de assinalar os perfis humanos que não estavam convidados a participar do “*Rock And Roll*”; os mesmos, sob o ponto de vista do estrato social que protagonizam o *romance Irmão Juazeiro*, de Francisco Julião, como Amélia, Cazuzinha, Neco, Serevino, Zefinha, Catuta, Compadre Badú, a véia Sabina, Zuza Genuino, Mariquinha; esses nordestinos que vivem de relações (à moda) feudais de produção, vulneráveis aos caprichos dos proprietários, que, por extensão, estão vulneráveis aos caprichos do sistema metropolitano ocidental e especialmente da Doutrina Monroe e da especulação financeira, como foi, considerando o que importa, os camponeses, a classe trabalhadora, o dramático destino de Zuza, seus filhos e mulher, Rosalina, narrado no capítulo II do livro do então advogado das Ligas Camponesas, como se evidencia no seguinte trecho:

– Cada um tem sua sina... A terra não é da gente. Fiz a casa três vez, fiz o sítio, aqui nasci, cresci e me casei, mas nada é meu.

Dizia essas palavras em tom de queixa, como quem se despede, com um travo na boca, um aperto no coração.

Rosalina então perdeu a paciência, pôs-se a chorar e a rogar praga.

– E a gene pra onde vai com esses meninos, com esses troço, a criação? Porque o Capitão não deixa quieto quem aqui nasceu e aqui sempre viveu? Pra que tanta ganância? Deixa estar. Nosso Senhor há de permitir que ele se arrependa. Desalojar uma família pobre pra criar gado, como se bicho valesse mais do que gente... (JULIÃO, 1960, p. 29).

Tendo em vista uma interface possível entre ficção/realidade/ficção não seria demais supor que os oitocentos migrantes nordestinos, liderados por Marcionílio de Mattos, que chegaram de trem à Praça da Estação de BH, em 31 de março de 1970, pontapé inicial do romance *A Festa*, pudessem ser interpretados como o efeito trágico dos incontáveis dramas de famílias expulsas das terras que cultivaram por anos, décadas, sem, no entanto, obter o direito de posse, como o romance *Irmão Juazeiro* retratou com maestria ao narrar o drama de Zuza, Rosalina e seus filhos e dos demais personagens vulneráveis à corrida desenfreada por lucro em contextos de acumulação primitiva do capital, tendo a propriedade latifundiária como epicentro.

Esse drama dos retirantes nordestinos, símbolo do coletivo excluído brasileiro, em *A festa* se estrutura por meio de um singular amálgama entre a realidade e a ficção, tendo a multiplicidade de vozes do processo civilizacional brasileiro como eixo, como assinalou Flávia Biroli, em diálogo com a produção ficcional de Ivan Ângelo, em “Literatura e as *baixas vozes*: um ensaio sobre ficção, história e heterogeneidade”, ao escrever (2001): “Fazemos nossa a proposta de Possetti: se a história é uma escrita, pode, como tal, ser uma escrita que proponha enunciar o múltiplo. E isso pode ser em grande parte ser aprendido com a escrita ficcional” (BIROLI, 2001, p. 171).

O romance do escritor mineiro em questão objetiva o múltiplo na história compreendido precisamente como multidão de vozes, tendo em vista a estrutura colonial de produção como caixa de ressonância da relação entre as classes populares superexploradas e a pequena burguesia. A narrativa parte do presente, o período do

Regime Militar pós-64, para incorporar por meio deste as vozes múltiplas do passado.

Em certo sentido, a propósito, dois cenários interacionáveis, ainda que inconscientes, determinaram os motivos objetivos do golpe militar de 1964: i) o aprofundamento da estrutura colonial de produção, na era dos conglomerados, multiplicando o processo de expulsão do campo de centenas de milhares (talvez milhões) de trabalhadores rurais, engrossando assim a multidão de migrantes das “vidas secas” brasileiras, esses múltiplos; ii) garantir e impor, não sem muita repressão, o isolamento da pequena burguesia brasileira, afastando-a da relação com as lutas históricas das classes populares e, assim, da história como múltiplo, coletividade autossuficiente, comum.

Desse modo, o romance em análise se torna singular por ter como tema transversal a relação entre a pequena burguesia, na era dos conglomerados, com as classes populares, não sendo por acaso que a narrativa assim seja iniciada:

Quem estivesse na praça da Estação na madrugada de hoje veria um nordestino moreno, de 53 anos, entrar com uns oitocentos flagelados no trem de madeira que os levaria de volta para o Nordeste. Veria os guardas, soldados e investigadores tangendo-os com energia mas sem violência para dentro dos vagões. E veria que em pouco mais de quarenta minutos estavam todos guardados dentro do trem, esperando apenas a ordem de partida (ANGELO, 1976, p. 15).

Na sequência, noticia-se que um nordestino de 53 anos, chamado Marcionílio de Mattos e o repórter Samuel Aparecido Fereszin se encontravam no meio de um grupo supostamente organizado, “em formato de cunha” (ANGELO, 1976, p. 15), acompanhados de mulheres, crianças e velhos ladeados por homens armados com ferramentas de trabalhadores rurais avançando, não se sabe se em direção aos policiais ou se caminhando para entrar no trem.

Marcionílio, o líder dos retirantes, e o repórter Samuel Aparecido Fereszin simbolizam, na narrativa, a união entre os desterrados brasileiros com a pequena burguesia (sempre no sentido de Nelson Werneck Sodré). A formação em cunha, com os trabalhadores no meio, sugere, no contexto da narrativa, a disposição para a luta, para o enfrentamento ao aparato de repressão.

De qualquer forma, insinua-se um motim e informa-se que o trem de madeira teria sido incendiado, dispersando os migrantes nordestinos pelo centro de Belo Horizonte. Após, a referência é explicitada deste modo: “(Trecho da reportagem que o diário “A Tarde” suprimiu da cobertura dos acontecimentos da Praça da Estação, na sua edição de 31 de março de 1970, atendendo solicitação da Polícia Federal, que alegou motivos de Segurança Nacional)” (ANGELO, 1976. p. 16).

Essa relação entre pequena burguesia e classes populares é possível ser evidenciada também pelo título do primeiro romance-conto, “Documentário (sertão e cidade, 1970)”, pois indicia o desafio em questão: a união da cidade e por meio desta da pequena burguesia com o sertão, estilisticamente figurada por meio do uso de fragmentos de notícias e de relatos do passado colonial brasileiro, de personagens populares históricos do Nordeste, como Lampião, Antônio Conselheiro, emendando, com recortes sobre recortes, com a origem sem origem de Marcionílio de Mattos, a partir do achado, pela polícia, de sua certidão de nascimento.

“Documentário (sertão e cidade, 1970)” reconstitui a vida dos “Marcionílios” brasileiros por meio de dois planos desdobráveis: i) O da polícia, seja a partir do presente da narrativa, tendo em vista a investigação realizada pelo DOPS de Belo Horizonte, que associa Marcionílio às Ligas Camponesas, seja, no passado, tendo como referência a multiplicação de vozes que ecoaram a ideologia do colonialismo, justificando a exclusão popular da posse da terra; ii) O do realismo estético, indissociável da dimensão política, no sentido de dissenso na *polis*, argumento que é apresentado a partir do diálogo com o trecho

abaixo de *O Desentendimento: filosofia e política*, de Rancière, com a ressalva de que o que é dito sobre a filosofia vale igualmente para a literatura: “A filosofia torna-se política quando acolhe a aporia ou o embaraço próprio da política” (RANCIÈRE, 1995, p. 11).

A literatura torna-se política quando incorpora os múltiplos não visíveis da política, ocultados pelo sistema de polícia da *polis*, palavra que remete à cidade, espaço das relações da humanidade genérica, podendo estar policiada, se for um centro urbano antidemocrático; ou politizada, se os múltiplos nela existentes se relacionarem, sempre como processo, sob signo indissociável da igualdade e da liberdade.

Na cidade, há, pois, política e polícia. Esta, a polícia, deve ser compreendida não apenas no sentido literal, associado às instituições policiais, mas também no plano epistemológico, cultural, estético, biopolítico, jornalístico, tendo em vista a dinâmica das relações sociais de produção, se opressoras ou se emancipadoras. Aquela, a política, constitui-se pelo dissenso, pela destituição das identidades, pelo apagamento das posições de palavra, pela, enfim, visibilidade do trabalho comum, dos Marcionílios.

No caso do romance *A festa*, a dimensão de polícia o é fundamentalmente a da permanência da desigualdade da estrutura colonial de produção, tendo como foco a exclusão dos migrantes nordestinos da *polis*; de BH, da solidariedade, sob a forma de destino comum, da pequena burguesia.

É por isso que os fragmentos que compõem o primeiro capítulo da obra são constituídos por recortes de textos que situam a ideologia do colonialismo, emendando o presente – as notícias dos jornais sobre o evento na Praça da Estação – à história do estatuto colonial dos migrantes, em *flashback*, objetivando, desse modo, a totalidade dinâmica da estrutura colonial de produção, com o foco nos deserdados da Terra e da terra; os migrantes nordestinos.

Ao mesmo tempo, além de fragmentos de textos que ratificam a ideologia do colonialismo, em perspectiva histórica, o primeiro capítulo, de modo contrapontístico, incorporou vozes críticas, como

a que diz respeito ao excerto abaixo de ninguém menos que Francisco Julião, autor de *Irmão Juazeiro*, publicado no *Estado de São Paulo* em 15 de dezembro de 1959:

Todas as classes já se organizaram nesse País, com exceção dos camponeses. O operário tem o seu sindicato, o estudante, a sua união, o militar o seu clube, o comerciante, o jornalista ou o funcionário público as suas associações, o industrial, o seu centro. Somente o camponês ainda não se uniu em um órgão de classe capaz de defendê-lo. Esse seu justo anseio é sufocado com violência. É crime falar em sindicato para o camponês (ANGELO, 1976, p. 23).

A inserção de vozes críticas entre os fragmentos do mosaico histórico da ideologia do colonialismo faculta o contraponto de vozes, não permitindo que a estrutura de dependência se imponha, em clave descontextualizada. A dimensão estético-política desarticula, desse modo, a polícia colonial, denunciando a exclusão das maiorias da posse da terra.

No entanto, o sistema integrado de polícia, objetivado em *A festa*, embora tenha sido produzido pela técnica do *flashback*, nem por isso deixou de estabelecer a primazia do tempo presente, em que se vive e se luta; tempo da atualização da ideologia do colonialismo, considerando a emergência de uma distinta transplantação econômico-cultural: a dos conglomerados imperialistas, inseparáveis do “estilo americano de vida” da primeira Guerra Fria e, assim, da dimensão biopolítica da ideologia do colonialismo.

A reestruturação econômico-política da sociedade brasileira, sob o signo da presença dos conglomerados, teve como eixo a indústria cultural estadunidense. Significou, em linha gerais, uma segunda transplantação cultural, diferente da portuguesa e, por extensão, da europeia (em perspectiva), considerando dois referenciais justapostos: i) a rapidez do processo, da década de 30 do passado século,

tornando-se onipresente a partir da década de 70, inclusive tendo em vista o chamado “milagre econômico”, como assinalou Nelson Werneck Sodré (1975, p. 174); ii) o impacto nos corpos da era dos conglomerados sobretudo da indústria cultural, sob o signo bipolítico do “estilo americano de vida”, tendo em vista uma relação antinômica entre *immunitas* e *communitas*, em diálogo com o seguinte trecho de *Pensamento vivo: origem e atualidade da filosofia italiana* (2013, p. 301), de Roberto Esposito:

Poderia ser dito que, assim como a *communitas*, em todas as comunidades, se apresenta sempre – pelo menos em certa medida – *imunizada*, por sua vez a *immunitas* revela, observada no fundo de seu mecanismo reprodutor, também um elemento comunitário. A passagem hermenêutica de uma perspectiva a outra é determinada pela desconstrução do caráter individualista que a modernidade atribuiu ao estatuto do sujeito moderno (ESPOSITO, 2013, p. 301).

Para Esposito, a biopolítica, em termos democráticos, pressupõe uma relação dialógica entre *immunitas* e *communitas*, em que as primeiras representam a interface entre identidade e imunidade; e as segundas dizem respeito ao ser social dinamicamente perspectivado pela dimensão criativa garantida, em tese, pelo direito à imunidade da vida coletiva (comunal) emancipada dos jugos da tradição, da autoridade e, assim, do soberano, compreendido como aquele que impõe o estado de exceção.

No entanto, na perspectiva liberal ou neoliberal, indissociável da dimensão individualista, a garantia da imunidade pessoal se expressa na contramão da sociedade, em seu conjunto, sobretudo na fase imperialista do capital, argumento que condiz com a seguinte passagem de *Nascimento da biopolítica*, de Michel Foucault:

A autolimitação da prática governamental pela razão liberal foi acompanhada pelo desmantelamento dos objetivos internacionais e do aparecimento de objetivos ilimitados, com o imperialismo [...] Quiasma entre objetivos limitados e objetivos ilimitados quanto ao domínio da intervenção interior e ao campo da ação internacional (FOUCAULT, 2008, p. 29).

Existiria, assim, uma interface entre a intervenção interior, a subjetiva e biopolítica, com a exterior, a do domínio ilimitado da ação imperialista mundial. Expansão sem limites do capital, em sua fase imperialista, tornou-se indissociável da captura indefinida dos estilos de vida, garantida pelo sistema de imunidade do Estado dos conglomerados, se a referência for a época de hegemonia do ultraimperialismo estadunidense, Estado do sistema mundial produtor de mercadorias, racismo dos racismos, argumento que interage com o seguinte fragmento de *Em defesa da sociedade* (1976), de Michel Foucault:

Aparece nesse momento – o que é um paradoxo em comparação aos próprios fins e à forma primeira desse discurso de que lhes falava – um racismo de Estado: um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre os seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social (FOUCAULT, 2005, p. 73).

O racismo evidenciado em *A festa* é o do Estado historicamente constituído pela ideologia do colonialismo. Na era dos conglomerados assumiu a seguinte configuração opositiva: *immunitas* para o estilo estadunidense de ser, encarnado publicitariamente na pequena burguesia; e *communitas* como objeto de racismo, evidenciado pela perseguição policial aos migrantes nordestinos.

Retoma-se, nesse contexto, a tendência da pequena burguesia brasileira, em termos de Sodré, de referenciar-se na metrópole da

ocasião, com o olhar mais para fora que para dentro. Essa situação é evidenciada no romance em tela pelo capítulo inexistente, embora transversal à narrativa: o capítulo “A festa”.

O romance é constituído de nove capítulos, quais sejam: “Documentário (sertão e cidade)”, “Bodas de Pérola (amor dos anos 30)”, “Andrea (garota dos anos 50), Corrupção (triângulo dos anos 40)”, “Refúgio (insegurança, 1970)” “Luta de classe (vidinha, 1970)”, “Preocupações (angústia, 1968)”, “Antes da festa (vítimas dos anos 60)”, “Depois da festa (índice dos destinos).

O capítulo ausente, o mais onipresente na narrativa, é exatamente o que diz respeito ao título da obra, *A festa*, “a festa biopolítica” da era do “Estado de bem-estar social”, tipificada pelo estilo de vida da pequeno-burguês.

A personagem da narrativa que mais representa, em processo, essa *immunitas* da primeira Guerra Fria é Andrea; a única que mereceu um capítulo próprio: “Andrea (garotados anos 50)”, tendo sido narrada em seu processo de formação biopolítica meticulosamente nos anos de sua juventude, como é possível ler no seguinte fragmento: “Aos vinte anos, cansada de rosto, bebendo, tomando comprimidos, chegou ao fim da sua década de juventude e formação, os anos 50, que deixaram nela para sempre a sua marca” (ÂNGELO, 1976, p. 57).

Bem entendido, a marca em questão é a do estilo despojado e protoanarquista da primeira Guerra Fria, iniciada pela Doutrina Truman em 1947, com a reestruturação da superestrutura estatal, por meio da criação do Conselho de Segurança Nacional, da Agência Central de Inteligência, a CIA, e do Estado-Maior Unificado, com foco no suposto perigo maior: a subversão comunista.

Sob o ponto de vista da ideologia da desideologização, dominante na era dos conglomerados midiáticos, o que se marca, nos corpos, é a biopolítica (neo)liberal da liberdade pessoal sem fim, plasmada, no período em questão, pelo dispositivo da confissão sexual, centrado na mistificação da sexualidade finalmente liberta dos interditos da tradição.

Andrea, na narrativa, tornou-se o signo desse estilo publicitário de ser, vivido por ela não sem contradição, sobretudo considerando o sentimento de culpa, ainda presente como traço que persiste em seu perfil, pois simboliza, na obra, o ritual de iniciação biopolítica estadunidense, por encarnar uma época de transição entre a ideologia do colonialismo, de base europeia, estruturada pela colonização da consciência culpada; e a ideologia do colonialismo atualizada no interior da primeira Guerra Fria, referenciada na colonização do inconsciente e, assim, do desejo.

Ela, na década de 50, era, também, uma típica moça conservadora, tanto que tinha passado dois anos namorando sem transar, até que, com receio de perder o namorado: “No esforço para mantê-lo, e jugando completar a imagem da moça independente que o atraía, deixou-se possuir por ele em 1956. Não o ter feito de maneira lúcida, mas um pouco embriagada, no banco traseiro do automóvel, deixou-lhe uma sensação de frustração, engano e culpa” (ÂNGELO, 1976, p. 54).

Dialogando com o mito bíblico de Caim, é possível interpretar que alteridade, em sociedades estruturadas por polaridades de classe, deve ser identificada, tradicionalmente com uma marca derivada de uma punição, policiando-a na carne, de modo corporal e imanente, a partir mesmo de sua diferença, como mulher, em face de um padrão impositivamente heteronormativo, tendo em vista o milenar patriarcado ; se negra, se a violência da norma derivar da história da expansão colonial europeia; e assim por diante.

Diferentemente, os estilos de vida das alteridades jovens da primeira Guerra Fria, como fator publicitário, passaram a ser delineados, para não dizer literalmente editados, como corpos *immunitas*, intocáveis, sagrados, ainda que sejam postos no altar do sacrifício por meio do culto/consumo às drogas; ainda que, porque marcadas como alteridades, tenham se tornado o objeto da repressão policial, como já assinalei, ao argumentar que a era da hegemonia estadunidense subsume o consenso e o dissenso, fazendo-os se odiarem, tendo

como efeito na prática o ocultamento da luta de classes e, assim, da economia política real.

Esse é o caso de Andrea que, não obstante ser uma personagem contraditória e ambígua, aprendeu a encenar-se nos termos da biopolítica da primeira Guerra Fria: juventude eterna, alegria, sensualidade, despojamento anárquico, sexualmente liberada, independente, razão pela qual, quando se muda do Rio de Janeiro para BH: “Entre os jornalistas, era também centro e agradável novidade” (ÂNGELO, 1976, p. 56).

De qualquer forma, essa imunidade biopolítica da pequena burguesia “ianquizada”, tendo em vista o contexto de exceção imposto pelo regime militar, não poderia jamais romper as fronteiras do espaço da sociedade civil, evoluindo-se por exemplo com questões econômicas, políticas e sobretudo com as brasileiras e brasileiros comuns, *communitas* não imunizados, como os migrantes nordestinos.

Esse foi sobretudo o caso do repórter de Samuel Aparecido Fereszin, razão por que, no capítulo “Depois da festa (índice dos destinos)”, tenha sido assim apresentado: “Na primeira semana de abril, a polícia já sabia quase tudo a respeito de Samuel Aparecido Fereszin, 24 anos, solteiro, jornalista, rua Hermílio Alves 333. Sabia principalmente da sua atuação na praça da Estação naquela noite de 30 de março” (ÂNGELO, 1976, p. 138).

A mesma situação ocorreu com o estudante Carlos Bicalho, também presente na praça da Estação no dia 30 de março, tendo sido por isso: “[...] condenado a um ano de prisão (Artigo n., e da Lei de Segurança Nacional)” (ÂNGELO, 1976, p. 139).

O caso de Andrea é *sui generis*. O fascínio que provocava entre os jornalistas mais jovens, teve como consequência a sua transformação em personagem de um caderno de anotações de Samuel Aparecido Fereszin. De posse da polícia, essa narrativa, esboço de um romance publicado clandestinamente, tornou-a suspeita de envolvimento nos acontecimentos da praça da Estação, levando a polícia a

inquiri-la para saber se era verdade que ela “[...] tinha uma pinta do lado direito do clitóris” (ÂNGELO, 1976, p. 146).

De qualquer modo, o que o romance *A festa* retratou de forma singular foi o fato de que a relação da pequena burguesia com o povo deve ser terminantemente policiada, o que se evidencia, como eterno retorno da ideologia do colonialismo, com a costumeira relação dela com a metrópole, evitando assim o contato cotidiano com os desterrados da Terra, a partir de uma comunidade de destino nacional, independentista.

Em *A festa*, Ivan Ângelo retomou a temática dos retirantes, a dos pobres desterrados brasileiros, exilados em seu próprio país, presente nos romances *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, assim como no poema-livro *Morte e vida Severina* (1955), de João Cabral de Melo Neto.

3.3. O outro lado da festa, *Irmão Juazeiro*

Irmão Juazeiro, de Francisco Julião, por sua vez, mais que a temática do retirante, fixou-se no problema do direito à posse da terra, em um contexto de permanência de relações feudais de produção, dominadas pelo latifúndio. É uma obra, para dialogar com Williams, de ao mesmo tempo cultura emergente, porque baseada na luta pelo futuro comum, e cultura residual, por ter como personagens os perfis humanos do campo, sobretudo o perfil que se constituiu como herdeiro sem herança do ciclo de cana-de-açúcar do Nordeste.

A obra, publicada em 1960, precede o golpe de 1964, sendo o efeito estético- realista do aprofundamento das lutas de classes rurais, sobretudo tendo em vista a criação das Ligas Camponesas a partir de 1945, como é possível visualizar no seguinte trecho de “Ligas Camponesas: história de uma luta (des)conhecida”: “A existência de uma das mais importantes formas organizativas de trabalhadores rurais no Brasil – as chamadas Ligas Camponesas, entre 1954 e fim de 1964 – surpreende até nossos dias” (Mota; Esteves, 2009, p. 243).

Ora, se o realismo estético, para dialogar com Lukács de “Marx e o problema da decadência ideológica”, expressa-se com mais autenticidade em períodos de laicidade e, assim, de lutas de classe, o início da década de 60 no passado século contextualizou um processo de intensificação organizativa dos trabalhadores rurais. *Irmão Juazeiro*, de Francisco Julião, constitui uma singular obra, pois é, em diálogo com *O caráter social da literatura brasileira*, de Fábio Lucas: “Um livro rural do Nordeste com alto nível literário, talvez superior a quase todos que desfrutam o título de prestígio do *romance nordestino*, é *Irmão Juazeiro* de Francisco Julião” (LUCAS, 1976, p. 81).

Se, com Lukács de *Estética* (1963), existiriam três formas de objetivar a realidade, a científica, a estética e a do cotidiano, a singularidade do romance *Irmão Juazeiro* deriva do amálgama da segunda e da terceira; da objetivação estética, representação antropomórfica da particularidade humana, socialmente constituída; com a experiência cotidiana, assentada na inseparabilidade da linguagem e do trabalho.

O romance é, pois, o do realismo do cotidiano em que o labor na terra, pela terra, por sua posse, é também a sua linguagem, como potência ascendente do trabalho comum, dos camponeses. A narrativa é iniciada com a festa do Dia dos Reis, na praça da Cidade. Latifundiários e camponeses se encontram, festejam, em relação de relativa igualdade, como é possível evidenciar no seguinte fragmento da narrativa: “O povo rico, bem vestido, misturado com o povo pobre, aos encontrões” (JULIÃO, 1960, p. 13).

De forma perspicaz, o primeiro capítulo indicia que o trabalho e a linguagem, ainda que mediados pela religião, são sempre comuns, evidenciando, assim, a injustiça inominável da opressão de classe, anunciada pelo canto do galo, com o fim da festa, com “O trabalho de juntar cada grupo, de dar tudo por findo, de marchar de volta sob o canto dos galos...” (JULIÃO, 1960, p. 21).

A partir daí a narrativa dilata com a luta pelo direito à terra, tornado impraticável com o advento do ciclo da pecuária extensiva, que exige do latifundiário, representado pelo Capitão Moreira, terra

ampla, livre dos pequenos feudos, razão pela qual: “Moreira sentiu-se triunfante. Daquele estava quase livre. Quatro garrotes gordos dagora adiante. Preço de boi subindo pulos. A criação é que botava a gente pra frente. Fôro era atraso” (JULIÃO, 1960, p. 37).

Inicia-se, desse modo, o processo de expulsão do trabalhador rural da terra, representado por Zuza, sua mulher, Rosalina, seus filhos, assim como pela velha Sabina, que resiste e luta: “Sabina disse com voz firme de quem está disposta a tudo: – Fico sozinha, mas fico” (JULIÃO, 1960, p. 71).

Perspectiva-se, assim, a relação aporética do romance *A festa com Irmão Juazeiro*. Neste a festa é pelo comum, no comum, sendo que o depois da festa o que advém é a extorsão do comum; naquela a festa é pelo estilo ianque de ser, como imunidade à parte, pequeno-burguesa; embora desde antes, durante e depois da festa dos destinados metafísicos a mimetizar os estilos de ser da metrópole da ocasião, a realidade comum de um país golpeado porque, impossibilitado, têm sido policiado de todos os meios a fim de evitar a todo custo que a festa se torne comum, com a aliança da pequena burguesia com os retirantes, com os operários, com o povo na arte e a arte no povo, no coração do cotidiano, como ocorreu por exemplo com o movimento estudantil brasileiro antes do AI-5, protagonizando uma arte de vanguarda política, diria de vanguarda realista e popular, encurtando, em diálogo com Schwarz de *Cultura e política* [...] a distância entre o especialista e o leigo (SCHWARZ, 2001, p. 39), demonstrando [...] que a democratização em arte não passa por barateamento algum, nem pela inscrição das massas numa escola de arte dramática (SCHWARZ, 2001, p. 39).

3.4. A ideologia do colonialismo da Primeira Guerra Fria: *A Casa de Vidro*

E la nave va alcançando o segundo romance de Ivan Ângelo, objeto também deste livro, *A casa de vidro*, de 1979, é obra que se estrutura em cinco capítulos ou contos intitulados cinco histórias do Brasil, a começar por “Conquista”, em que se apresenta a personagem, Omar Pires de Moura, não casualmente um diretor executivo de um desses conglomerados que se instalaram no Brasil, como é possível depreender do seguinte trecho: “Eis, novamente na empresa, o talentoso diretor executivo. Reparem: Omar Pires de Moura apenas suporta, embora aparente interesse e uma intocável superioridade, mais uma reunião da diretoria em que se estuda que resposta dar aos grevistas” (ANGELO, 1979, p. 16).

O primeiro conto/história do Brasil inicia com Omar Pires Moura, pai de três filhos, no afo de suas conquistas amorosas, encontrando-se em um bar com seu cunhado, Sir Harold, como se fosse o próprio Henry Spencer Ashbee, escritor, colecionador de livros e autor de uma bibliografia clandestina sobre literatura *erótica*, *My Secret Life: an erotic diary of Victorian London* (1888).

Mais importante que a conquista amorosa em si, nesse primeiro conto da narrativa, é paródia – no sentido de canto paralelo – biográfica, que é antes de tudo biopolítica. Trata-se, assim, de revelar não o que está escondido, mas o que está à vista, à flor do *socius*: a tragédia social brasileira, como uma “casa de vidro” autorrefletida e mais ainda: *metarrefletida* pela objetividade desalienante da ficção realista do escritor mineiro.

O relato paródico, no entanto, em *A casa de vidro*, está em outro lugar, a saber: na própria ficção, compreendida como narrativa paralela à história, à sociedade e à realidade e sobretudo ao Regime Militar, argumento que interage com o seguinte fragmento de *Vanguarda, História e Ideologia da Literatura*, de Fabio Lucas:

A *Casa de Vidro* transmite a impressão de um balanço da ideologia superveniente ao golpe de 64. Vê-se o resultado do autoritarismo iluminado, que pretendeu a modernização do país à custa da liberdade da nação e do empobrecimento dos trabalhadores, numa velha técnica de acelerar a taxa de acumulação de capital (LUCAS, 1985, p. 115).

É nesse contexto que o “canto paralelo” é duplamente objetivado, na narrativa: a conquista da transplantação cultural dos conglomerados, com o aumento da taxa de lucro, às custas da classe trabalhadora (há uma greve em andamento) e em detrimento da soberania nacional; a conquista de “um lugar ao sol”, por Omar, o diretor executivo que cinicamente negociará com os grevistas: “Ouçam agora a resposta, explicando com delicadeza e com muitas desculpas que aqueles são dados ingênuos, que a economia de um país não se planifica à base de feijão, arroz e aluguel [...]” (ÂNGELO, 1979, p. 47).

É a partir desse paralelismo entre a transplantação econômico-cultural da era dos conglomerados, intensificando a acumulação de capital em uma nova forma de estrutura colonial de produção, que o capítulo seguinte, “Sexta para Sábado”, segundo conto da narrativa, objetiva o que está aquém e além da “conquista”, nas relações sociais de produção que se efetivam, nos corpos, nos comportamentos, nos destinos, nas particularidades humanas, com o foco na juventude.

Essas relações pessoais de produção se corporificam em personagens como Julinho, Heitor, Hélio, Zé Carlos, os novos bárbaros filhos da pequena burguesia, que se uniam para praticar chacinhas à noite; e as personagens chacinadas, “de uma turma de sete” (ÂNGELO, 1979, p. 81).

A narrativa traça o perfil de cada personagem para, no tópico com o título de “Destino”, relatar como os primeiros quatro chacinaram Daniel, Miguel, Adilson e Valtinho:

Saem os quatro levando quatro, chutando, empurrando, armas na mão. Ato contínuo os homens que se diziam policiais dirigiram-se a dois automóveis estacionados nas proximidades, os quais, segundo podemos adiantar aos novos ouvintes, eram um Opala branco e um Volkswagen vermelho, tomando em seguida rumo ignorado (ÂNGELO, 1979, p. 88).

Tudo escrito em termos da singular “invenção de uma diversa estrutura narrativa”, para dialogar com João Luiz Lafeté (2004, p. 264), em que a ausência de clímax e a sensibilidade para reter o que escapa, o inapreensível, justamente porque é essencial, transforma a narrativa, sob o prisma biopolítico, em seu inverso, pois da *communitas* capta e fixa suas *immunitas*, sua humanidade, ainda que perturbada pelo mais atroz sofrimento, porque, afinal, Daniel, Miguel, Adilson e Valtinho são o reflexo invertido de “O verdadeiro filho da puta”, título do conto seguinte da narrativa, no qual, Elizabete, “Bete, Elisa, Maria Elisabete a puta que o pariu” (ÂNGELO, 1979, p. 111), é assim apresentada: “Tem 25 anos, 5 de putaria, 10 de mãe, 8 de Capital, 11 de largada do marido; tudo mentira, claro, tem na verdade 29 anos, 9 de putaria, 10 de mãe, 11 de Capital, 6 de viúva (ÂNGELO, 1979, p. 111).

O conto em questão, “O verdadeiro filho da puta”, traça a trajetória de Bete, uma prostituta, palavra que na narrativa (fora da dimensão pseudorrealista) pode ser objetivada como uma brasileira no lado *communitas* da história de um país sem soberania e literalmente golpeado por uma ditadura cívico-militar, dedicada, cão raioso, a garantir, com muita repressão e exclusão, a superexploração da classe trabalhadora, para melhor servir aos ditames de Washington, reproduzindo sob nova base os de Berlim, na década de trinta, com Getúlio Vargas, assim como os de Londres e de Lisboa respectivamente no período de emergência do capitalismo e na fase colonial-escravista. É, pois, Bete, a filha sem origem e sem destino dos escravizados de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, filha da filha da filha (quem saberá?) da mãe do próprio Machado, de quem procurou

notícias a vida toda; ou a herdeira sem herança, sem nome e tampouco sobrenome, dos moradores do cortiço que fora uma mansão “na altura do Rio Comprido” (BARRETO, 1984, p. 109), tornado um sobrado de cômodos onde Isaías Caminha foi morar, “por ser mais barato” (BARRETO, 1984, p. 109) ou, ainda (quem saberá?) a orfã de pai também órfão de pai que teria sido (quem duvidará?) presidiário que possivelmente convivera com Graciliano Ramos no Pavilhão dos Primários, no período da Ditadura Vargas; sim, Bete, a jovem brasileira que suporta todos os fardos pessoalmente coletivos do acúmulo histórico da ideologia do colonialismo, num país igualmente órfão, prostituído da pior forma possível, por sua oligarquia, essa, sim, com nome e sobrenome; e árvore genealógica, ainda que imaginária e inventada, como a de Brás Cubas, revelada no capítulo cujo título não é outro senão este, “Genealogia”, em que se revelam que os sem origem são a classe que trabalha, que, num país dependente, é, fundamentalmente, a dos superexplorados na orfandade absoluta; estilo Bete.

O título do conto em tela evoca à situação materna de Elisabete, mãe de Alfonso, “um bom filho e não sabe que de puta (ÂNGELO, 1979, p. 111). Desconfiada que Alfonsino não fosse o seu filho natural, Elisabete se vê envolvida numa trama, com clientes, advogado e policial, tendo este último, Natan, passado a investigar uma possível troca de bebês, razão por que “Subiu as escadas do hospital maternidade, pediu para falar com o diretor (ÂNGELO, 1979, p. 130). O interesse no caso não era nada profissional, no entanto: o policial jogava nos dois lados, também no da família de João, o filho natural de Bete, com o objetivo de obter ganhos financeiros, embora a Betinha, como prostituída, só tinha o próprio corpo matável para oferecer.

O advogado, Dr. Francisco, como Natan, como a narrativa sugere, parecia jogar também nos dois lados, atuando de fato sobretudo para quem podia pagar, como pode ser lido no seguinte fragmento da narrativa em que o policial revela ter descoberto o endereço de João: “Claro que eu sei. (Epa! Azedou) Fiquei sabendo por aquele

cafajeste que veio aqui. (Doutor Francisco)?– Cafajeste? Não, ele não” (ÂNGELO, 1979, p. 162). Polifocamente, a passagem é ambigua, porque não se sabe, quando o adjetivo “cafajeste” é repetido, quem de fato o é, se o advogado, se Natan, se ambos, sobretudo porque constitui um momento em que o policial se encontra num quarto com Bete e a tortura sexualmente até o limite de poder matá-la, antes de revelar o desejado endereço.

A violência inominável de uma ditadura civil-militar, sobreterminada pela violência ainda maior do sistema imperialista euro-norte-americano ricocheteiam-se no corpo de Bete, na relação com os dois homens, mostrando que o machismo (e assim o racismo) é uma deriva objetiva de uma estrutura colonial de produção que, tendo sido de base escravocrata, projeta para o futuro o inferno cotidiano para os desterrados e sobretudo as desterradas; as brasileiras sem eira e nem beira; no corpo estuprado de Bete, que confunde a realidade com as novelas da Globo, misturando Tarcísio Meira com D. Pedro I e Regina Duarte com uma heroína qualquer do passado – uma tragédia que se acumula com a ignorância e, portanto, com a ausência de lucidez para compreender, com um fundo histórico, o que se passa consigo mesma. Visualiza-se, desse modo, a dinâmica do pseudorealismo que não está apenas no plano da representação, sob a forma de um romance, porque faz parte da realidade brasileira; é a realidade de um país submetivo, sem soberania nacional. No entanto, como a narrativa historicista sempre, com distanciamento crítico, não pode ser considerada uma obra pseudorealista, mas realista.

O quarto conto-romance-conto, que dá título à obra, “Casa de Vidro”, pode ser interpretado como uma espécie de metáfora literal, paradoxo da *doxa*, da prisão televisionada, motivo suficiente para uma análise específica. A narrativa é iniciada repetindo em um único parágrafo, “Houve protesto (ÂNGELO, 1979, p. 171), assinalando que são, os protestos, contra o direito de viver, podendo ser porque “deram uma bola a cada criança” (ÂNGELO, 1979, p. 171), ou porque “aumentaram o preço da carne” (ÂNGELO, 1979, p. 171), razão pela

qual “Proibiram o protesto” (ÂNGELO, 1979, p. 171), sendo “que no lugar dos protescos nasceu o ódio (ÂNGELO, 1979, p. 171). A Casa de Vidro surge “para acabar com aquele ódio”(ÂNGELO, 1978, p. 171), assinalando que nem os protestos nem o ódio são permitidos, não sendo casual que tenha sido construída “no lugar do prédio de alvenaria onde funcionava a central de polícia (ÂNGELO, 1979, p. 171).

O “pulo da onça” para Michel Foucault de *Vigiar e punir* está relacionado com o tema do Panóptico e, portanto, com um sistema de vigilância em que é possível ver sem ser visto ou é possível uma visão integral, de todos os lados, do condenado, sem que este saiba que esteja de fato sendo vigiado.

O capítulo/conto da narrativa, “A Casa de Vidro”, seria, nesse caso, uma experiência Panóptica de uma cadeia de vidro altamente transparente, de tal modo que já não seja possível saber se a cadeia não seja o próprio mundo, uma vez em que o dentro e o fora se tornaram indiscerníveis.

Se, como foi analisado em *A festa*, o lado *immunitas* dos estilos de vida típicos da primeira guerra fria cultural estadunidense deva ficar longe da *communitas*, isto é, dos camponeses, das classes operárias, se não quiser ser objeto de polícia e, assim, de repressão, parte-se, aqui, do pressuposto de que a cadeia de “A casa de vidro” objetive o sistema de transplantação cultural do ultraimperialismo estadunidense, um mundo sem protestos e sem ódio, seja no período de sua primeira ou de sua segunda Guerra Fria, embora esta última tenha o ódio como tecnologia da dominação, tanto do lado *woke* quanto do lado da escatologia messiânica do *Velho Testamento*.

Interpreto, assim, as “duas Guerras Frias” estadunidenses, em interlocução com o romance *A casa de vidro* como Casas de Vidro culturais ou estrutura Panóptica em que já não é possível distinguir *immunitas* de *communitas*, procurando transformar tudo, tanto a biopolítica *immunitas* como a *tanatopolítica communitas* em uma planetária “casa de vidro”, em que tanto o consenso *immunitas* com o dissenso *communitas* façam parte de um mesmo modelo de

realização/dominação *biotanatopolítica*, cujo nome geral é a sociedade do controle integrado, para fazer uma referência ao livro que publiquei em 2014, no qual dividi as civilizações oligárquicas (o que vale sobretudo para o Ocidente), do passado até o presente, em sociedade da soberania, sociedade disciplinar e sociedade do controle integrado, porque simultaneamente soberana, disciplinar e do controle, portanto, integrada, coextensiva a um tipo correspondente de Panóptico, ao mesmo tempo molecular e cosmológico, razão pela qual: “Diferentemente do Panóptico da sociedade disciplinar, o do controle não tem simplesmente o objetivo de produzir corpos dóceis, mas, repito, Id-entificados, pois o que está em jogo aqui é a criação da geração Id ou da humanidade Ids ambulantes, estilizados, hedonistas, infinitamente divididos” (SOARES, 2014, p. 194-195).

A análise que fiz no livro em tela assumiu o argumento da existência de três formas de Panóptico: o da sociedade da soberania, o da sociedade disciplinar e o da sociedade do controle integrado. No primeiro caso, a visão geral/policial da estrutura panóptica funda-se a partir de uma relação aporética entre o soberano ou o dominante e seu súdito ou o dominado, de tal modo que o primeiro se constitui pela transcendência, pelo secretismo, de modo antirrealista, figurando-se miticamente, ou misticamente, como uma divindade; e o segundo, por sua vez, como a imanência, o corpo, o mundo material, como matáveis em clave pseudorealista; como, enfim, alvos ou objetos do soberano a partir do direito deste de matar o dominado, o que deve ser realizado por todos os meios, pelos sacrifícios exemplares em praças públicas, pelas cadeias lotadas de prisioneiros, pelas guerras, abandonos, a miséria, pela tortura/estupro/chantagem meticulosamente articulada contra Bete, as Elisabetes, aliás, nome que não foi, desconfio, elaborado ficcionalmente por acaso, uma vez que o primeiro capítulo da obra, o que inicia com Omar Pires Moura, é também o que apresenta o livro *My Secret Life: an erotic diary of Victorian London* (1888) do período Vitoriano britânico, que foi precedido pelo Elizabetano, razão por que o escritor talvez tenha querido

dizer que atrás de algo, no tempo das Cortes, há algo mais atrás, no sentido de relações retardatárias de produção, que, no entanto, está além no tempo e no espaço, como encarnada ideologia do colonialismo; como Betes brasileiras.

O Panóptico soberano o é, como visão total do policiado, em relação à morte deste último, ao direito de matá-lo, de animalizá-lo, de destripá-lo ou mesmo de dissipá-lo atômicamente e, por extensão, pelo direito de matar também a natureza. O modelo de Panóptico da sociedade disciplinar é o do estilo descrito por Foucault em *Vigiar e punir* e teve o seu período histórico exemplar no interior da sociedade industrial, tendo como eixo duas instituições disciplinares referenciais: a fábrica e a cadeia; e as demais girando em torno, como a família, o hospício, a escola, a igreja (bem entendido, a disciplinar católica, porque as neopentecostais são do controle integrado, do *Antigo Testamento*).

O Panóptico da sociedade do controle integrado engloba os dois anteriores, atualizando sempre um traço fundamental: o da sociedade da soberania, que é sempre a mais antiga e a mais atual, porque o direito de morte contra o dominado e, mais que o direito, a sua efetividade, está sempre presente, inclusive na relação entre cultura dominante e cultura dominada, a partir da qual a segunda só pode se expressar como cultura natimorta ou em certo sentido zumbética. Trata-se de um processo de subsunção dos panóticos anteriores, o do controle integrado, por meio de “dois olhos” hiperpoliciais: i) o cosmológico, a partir do qual a Terra é vista integralmente por meio de satélites, drones; ii) o molecular, conectado ao primeiro através e sobretudo dos dispositivos *Wi-Fi*, ou com uso de cabos, fabricados pelos conglomerados das *Big Techs*. O segundo “olho” vê de perto, é háptico; o primeiro vê de longe, é óptico; e integrados impulsionam a emergência da geração Id, no sentido da psicanálise freudiana; geração Id-entificada, isto é, desreprimida, desculpabilizada, que interage socialmente pelo princípio do prazer e pelo desejo, no limite, sem freios.

Interpreto o romance *A casa de vidro* de Ivan Ângelo como materialismo estético-ficcional realista da era do Panópico da sociedade de controle integrado televisiva, tendo, pois, a televisão como modelo de plasmação Panóptica da sociedade brasileira perspectivada como trans-história da ideologia do colonialismo, do passado colonial até a era da ditadura de 1964, manietada pelo soberano ultraimperialismo estadunidense, com o objetivo, via estilos de vida, de produzir um mundo sem protestos e sem ódio. O que o romancista fez de forma extraordinária foi inserir a história do país (com seus três Panópticos típicos (o colonial escravista soberano, o industrial interimperialista e o pós-industrial e parasitário, a extorquir rendas, estadunidense) na “casa de vidro” de sua própria trama e enredo, evidenciando as novas versões ou conversões dos *microsoberanos*, os Ids do estilo ianque de ser, com seus jovens policiados/policiais, porque sem relação com a população excluída, a realizar a função histórica do soberano: matar a vida nua, a vida de quaisquer, de brasileiros, esses pseudorealistas que por isso devem ser matáveis para que não venham jamais a levantar-se (de pé, de pé) como realistas críticos, na *práxis*, nas lutas pela soberania sem vida nua, sem matáveis; a soberania nacional-multipolar, dos povos sem soberanos – socialistas.

Conclusão

O distanciamento crítico da estética realista: diálogo com os escritores

Um dos traços mais importantes do realismo estético é o uso do distanciamento crítico, impulsionado não por uma *pseudoimparcialidade*, como é o caso do pseudorealismo (também concebido como naturalismo ou neonaturalismo em arte), mas, retomando a interface com Roy Bhaskar, de *Scientific realism and human emancipation* (2009), por desafios historicamente acumulados que perspectivam como tarefa fundamental a emancipação humana do jugo dos opressores do passado e do presente, razão por que demandem “explicações realistas e explicações realistas possuem implicações emancipatórias (BHASKAR, 2009, p. 69)¹⁰ que, no caso deste livro, diz respeito à luta por uma cultura emergente que se faça como vanguarda realista da soberania nacional, de base mutipolar, por ser soberania com e por meio de interações poliédricas com outros povos, sobretudo os do Sul/Maioria Global; essa parte e o todo, estando no meio sem fim da humana condição ao criar-se para si, no metabolismo com a diversidade do planeta, no cosmos.

10 “Phenomena require realist explanations and realist explanations possess emancipatory implications. Emancipation depends upon explanation depends upon emergence.” (Bhaskar, 2009, p. 69).

Trata-se do realismo estético-crítico desenvolvido na perspectiva do materialismo histórico nos termos da tese sétima de “Sobre o conceito de história”, de Walter Benjamin, que assim se enuncia: “Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão {...}. O materialista histórico os contempla com distanciamento (BENJAMIN, 1987, p. 225). É realismo do materialismo estético; e tem lado, o dos espezinhados, e à distância observa o “cortejo triunfal” dos vencedores do passado e do presente, para representá-los como são, os responsáveis pela miséria cotidiana, pela crise ecológica, pela violência de gênero, étnica, pelo destino dos palestinos, dos libaneses, dos iraquianos, dos sírios, da Maioria Global.

Porque persistem as trocas desiguais e a superexploração do trabalho dos povos, a trans-história cultural da ideologia do colonialismo, no país, dobra-se e se desdobra, estrutura dentro de outra, em três processos de transplantação cultural/institucional, a saber:

- i) o luso-europeu da época da expansão mercantilista, baseado nas capitânias hereditárias, herança dos feudos medievais; e em relações escravistas de produção, atualização do modelo oligárquico-militar greco-romano, e parte integrante da (com a Inglaterra liderando o tráfico negreiro) origem do racismo estrutural brasileiro;
- ii) o britânico após 1822, que ratificou um gradativo domínio cultural lastreado na servidão por dívidas, em função de ter sido o epicentro dos primeiros empréstimos concedidos e da consequente “penetração do capital financeiro” (PRADO JÚNIOR, 1988, p. 270).
- iii) o norte-americano, que veio se constituindo nos bastidores durante o século XIX, para finalmente se tornar hegemônico após a 2ª GM, com Washington a cancelar o golpe civil-militar de 1964 bem antes de ocorrer, ainda sob o mandato de John Kennedy, com o Departamento de Estado imbuído de plena

consciência de que havia uma “conspiração contra Goulart” (BANDEIRA, 2007, p. 621), como demonstrou Luiz Alberto Moniz Bandeira em *Presença de Estados Unidos no Brasil*, asseverando que a “Embaixada no Rio de Janeiro não só não a destimulou como, pelo contrário, a favoreceu o quanto pôde” (BANDEIRA, 2007, p. 621).

Distanciamento realista o é em relação à sociedade, às relações sociais de produção, por serem históricas e não naturais; exigindo, assim, perspectivas, devires, invocando futuros emancipatórios. Machado, à sua maneira, assumindo a tarefa de “escovar a história a contrapelo” (Benjamin, 1987, p. 225), como procurei demonstrar no capítulo II, desde muito jovem se preparou disciplinadamente para ser o escritor do distanciamento crítico-irônico, relativamente aos tipos humanos representativos, no plano da oligarquia, do período de transplantação colonial luso-europeu, como, citando Faoro, “Félix, Estácio, Jorge, Brás Cubas, Rubião, Aires” (FAORO, 1974, p. 224), em interface com as personagens que particularizavam a financeirização e despojo (por dívidas e dependência bancária) implicadas com forças produtivas pré-imperialistas britânicas, como “Escobar, Cotrim, Palha” (FAORO, 1974, 224) e, na linha de frente, superando todos os demais, porque se encontrava no período imperialista inglês, “Agostinho Santos, o barão de Santos” (FAORO, 1974, p. 224).

Brás Cubas pode ser interpretado como a personam que representa a ideologia do colonialismo em perspectiva trans-histórica; está aqui transmutado, na era da hegemonia ianque, pois é o signo fluante da fidalguia que oculta em si a classe trabalhadora superexplorada, sabe sorrir, ser irônico, escorregadio; é elegante, simpático, tem plasticidade, espírito cosmopolita; sabe citar as fontes, cavalga na crista das ondas das últimas modas da metrópole, embora, o que é fundamental, não tenha cheiro da classe trabalhadora; pelo contrário, existe para ocultar Isaías Caminha, vulgo Lima Barreto, assim como Marcionílio de Mattos, de *A festa*, ou ainda, porque é o estilo

de vida da trans-história da ideologia do colonialismo, existe para ser a mediação da mediação da mediação da invisibilidade da tragédia brasileira dos sem terra, sem abrigo, sem chão, como Zuza, Rosalina e seus filhos, de *Irmão Juazeiro*, como os condenados à superexploração, sufocados em ônibus lotado e objeto de reportagens pseudorealistas que tendem a retratar os setes garotos assassinados de *A casa de vidro* como referentes criminalizados e sem alma dos sete dias da semana de um país subjugado, subsumido pelos dois recalques dos recalques historicamente acumulados, camuflados pelo antirrealismo revisionista estilo Brás Cubas ou à moda de Omar Pires Moura, de *A casa de vidro*, na era dos conclomerados estadunidenses; recalque, o primeiro, para dialogar com Domenico Losurdo de *Guerra e revolução* (2017), que “ignora a guerra total” (Losurdo, 2017, p. 205), e total é total, de que tem sido vítima a Maioria Global há séculos; e o recalque, o segundo, como consequência, da “história do colonialismo” (Losurdo, 2017, p. 205), que a cultura dominante norte-americana recalca, recalcará, demagogicamente, com suas diversidades autopublicitárias, seu *wokismo*, seus *cowboys* atualizados num Bolsonaro simulando manusear uma arma para matar a vida comum, a emancipação do país-civilização, Brasil.

E quais são as personagens típicas da ideologia do colonialismo atualizada? Não há novidade, porque se trata sempre de uma atualização do passado colonial. Há o Brás Cubas, o fidalgo; e o Prudêncio, o ex-escravizado. O primeiro se transmuda, por exemplo, em doutor Graciliano, o promotor público, de *Recordações do escrivo Isaias Caminha*, que aconselhou este último dizendo-lhe que “a obra de arte tem por fim dizer aquilo que os simples fatos não dizem (BARRETO, 1984, p. 17), isto é, não deve narrar o cotidiano e a vida do povo simples, sem chão, herdeiros dos escravizados, esses terceiros excluídos, como fez Lima Barreto com seu Isaias Caminha em tudo semelhante e diverso de Brás Cubas – semelhante porque circula pelas ruas do Rio de Janeiro tal como; e diverso porque circula entre figuras humanas das classes populares, porque é o brasileiro invisível entre invisíveis.

O segundo, estilo Prudêncio, compõe uma diversidade de tipos humanos que, vítimas de opressão, identificam-se com os opressores (na maioria das vezes de modo imaginário, alienado), desejando ou supondo ser parte da classe dominante. São os *lumpens* como Julinho, Heitor, Hélio e Zé Carlos de *A casa de vidro*; aqueles que, de modo geral e não sem contradições, servem aos vencedores sendo objetivamente os vencidos, que, diversamente do estilo Brás Cubas, o fidalgo que oculta o trabalho, caricaturiza-o, sempre de forma antirrealista, em si, odiando a classe trabalhadora lúcida, com consciência para si, coletivamente. O realismo estético se constitui, nesse contexto, como a arte da potência ascendente do trabalho, visibilizando-o a contrapelo seja do estilo Brás Cubas, o oligarca que se finge aristocrata; seja do Prudêncio, o alforriado que não se libertou do “espírito” do opressor.

O prefácio de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, com sua indiscernibilidade entre realidade e ficção, entre o narrador, Isaías, e o escritor, Lima Barreto, é exemplar, porque, de posse de distanciamento crítico, a personagem Isaías relatou que a escrita do livro foi motivada pela leitura de um artigo de opinião que defendia uma pseudo(tese) racista, ao alegar que a maioria da população miserável era preta em função de causas “genéticas” e não sociais, finalizando o texto com essa “pérola” de perversão pseudocientífica: “tão feios fins e tão belos começos” (BARRETO, 1984, p. 17), na suposição de que estes, os belos começos, estejam relacionados ao nascimento, no âmbito da sociedade; e os fins, à situação da classe trabalhadora negra, vista e preconcebida de modo pseudorrealista, porque se ater ao visto pelo visto, sem materialismo histórico, sem o puxar os fios do entramado da estrutura colonial de produção de origem escravista, é render-se ao constituído, é racismo motivado pela naturalização da estrutura da dependência.

O capítulo X da narrativa é de importância singular porque evidencia, com distanciamento crítico, a origem pseudocientífica da circulação social de práticas racistas, considerando a relação entre metrópole (a Europa) e a periferia, Brasil, Rio de Janeiro, tendo em

vista: i) ser o capítulo que narra os bastidores sensacionalistas da imprensa do período; ii) ser o capítulo que enreda os resultados deletérios do intercâmbio acadêmico-científico com a metrópole em sua fase imperialista. No primeiro caso, antes de tudo, realiza uma crítica mordaz a um tempo contra a função antirrealista e pseudorealista da imprensa, com seu lugar do grave idealizado (manipulação integral) e do frívolo, os leitores. Seu tipo trans-histórico é o jornalista, Adelfermo, descrito pelo escritor carioca como “a imaginação do jornal” (BARRETO, 1984, p. 104), isto é, como aquele que reiventa os fatos e os acontecimentos, com a finalidade sensacionalista de impressionar o leitor e assim vender folhetins, lucrar com o desapego à realidade. No segundo caso, a “figura humana” de destaque é o jovem Dr. Franco de Andrade, assim apresentado: “A redação trabalhava sofredamente, quando veio interrompê-la no afã o jovem doutor Franco de Andrade, grande prêmio da Faculdade da Bahia, literato, alienista e clínico ao mesmo tempo. Viera na comitiva de um ministro baiano e já possuía quatro empregos. Além de lente substituto, era médico do Hospício, legista da Polícia e subdiretor da Saúde Pública” (BARRETO, 1984, p. 107).

Está tudo aí! Franco de Andrade representa a ideologia do colonialismo de Brás Cubas atualizada pelo período interimperialista europeu, marcado por um cientificismo de base positivista, como procurei demonstrar no capítulo II deste livro, mencionando pseudocientistas que viraram moda à época, como Cesare Lombroso, de *O homem delinquente* (1876), com a sua teoria do criminoso nato; e também o próprio Zola, de *O romance experimental e o naturalismo no teatro* (1880), embora seja o próprio Lima Barreto que ironicamente tenha assinalado as influências científicas do jovem formado na Universidade da Bahia, ao escrever: “E o grande prêmio da Bahia, alternativamente Maeterkinkc, Charcot e Legrand du Saule, tomou uns ares doutorais como convinha [...]” (BARRETO, 1984, p. 107), ressaltando que os nomes citados estão relacionados, no caso do primeiro, à comparação da sociedade ao reino animal, com seus estudos sobre

formigas e abelhas; e os dois últimos à origem histórica da psiquiatria, compreendida, na sua relação saber-poder da fase imperialista do capital, como “ciência” da patologização psíquico-neuronal das alteridades de gêneros e étnicas e, por extensão, da inferiorização psíquica dos habitantes do Sul/Maioria Global, com os seus, quase invertendo, “tão feios começos e por isso tão feios fins”.

Visualisa-se, em interface com o capítulo X de *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*, a ficcionalização realista de um intercâmbio acadêmico-científico entre a metrópole (a Europa do estatuto colonial) e o país, ou entre a metrópole e a Maioria Global, que escancara uma ideologia do colonialismo pseudocientífica a justificar a expansão imperialista com base no preconceito da superioridade racial eurocêntrica, e tendo como parâmetro o pressuposto de raças puras superiores (europeias) e inferiores (sobretudo a negra, por contraste metafísico derivado do recalque das relações escravistas precedentes), além da aberração suposta das misturas e, assim, do brasileiro, encruzilhada histórico-cultural de etnias e povos.

Se à época de Machado, Bacamarte de *O alienista* formou-se em Coimbra, em diálogo com Sodré de *Brasil: radiografia de um modelo*, o período da primeira metade do século XX, de substituição de importações, projetou, como consequência, a construção de universidades brasileiras próprias. Entretanto, sem uma perspectiva independentista realista, e assim emancipadora, e mantendo a estrutura colonial de produção, os dois recalques da ideologia do colonialismo (a cegueira em relação à guerra total contra os povos e o relativo à história do colonialismo) passam a ser retroalimentados internamente pelas instituições supostamente nacionais, incluindo as Universidades. Isso explica um personagem como Franco de Andrade, contratado para realizar a perícia médico-legal de um caso de dois assassinados cujas cabeças foram cortadas e cujos corpos se encontravam em avançado estágio de putrefação. Racializa, como era a moda, a tudo, antecipando, em uma entrevista ao jornal *O Globo*: “A exemplo do que se procede na Índia, onde a confusão de raças é imensa e, portanto, a raça

é um bom dado para identificar, seria bom que se fizessem mensurações antropológicas” (BARRETO, 1984, p. 107), até que efetivamente apresenta o seu laudo “científico”: “O laudo do dr. Franco Concluiu que o homem era mulato, muito adiantado é verdade, um quarteirão, mas ainda com grandes sinais antropológicos da raça negra (BARRETO, 1984, p. 108).

A racialização pseudocientífica das sociedades, premissa irracional do nazismo, não foi um fenômeno espontâneo. Em interface com *Ecomonia y imperio. La expansion da Europa, de 1830-1914* (1990), David Fieldhouse, seu autor, mostrou como o sistema colonial/imperialista europeu expandiu-se pela superfície da Terra entre 1830 a 1914; de 35% do planeta ocupado em 1830, passou para 67% em 1879; e a 84, 4% em 1914, correndo à frente Inglaterra e França no domínio da África, Ásia, Oceania, com a América Latina à altura dominada por Espanha e Inglaterra, com EUA nos bastidores a impor a Doutrina Monroe de 1823, com o seu: “As Américas são dos americanos!” Foi esse expansinismo interimperialista que levou às duas Guerras Mundiais do passado século, motivando ao mesmo tempo a emergência de um cientificismo racialista, baseado na oposição entre raças superiores, as europeias; e inferiores, as do Sul/Maioria Global.

A racialização, coextensiva à expansão interimperialista, cumpriu duas funções interrelacionadas, no âmbito da atualização da ideologia do colonialismo :i) a de divisão interna das sociedades em etnias, estimulando confrontos interétnicos e, portanto, o racismo, além de camuflar a economia política e, assim, as relações sociais de produção mundialmente estabelecidas, inclusive as entre metrópole e Sul/Maioria Global, tendo como efeito a permanência do recalque da guerra total da oligarquia ocidental contra os povos e o recalque em relação à história do colonialismo; ii) a de se referenciar em pesquisas falsamente científicas atualizando a ideologia do colonialismo ao deslocá-la do critério religioso do início da expansão colonial (tendo o cristianismo como referência) para biológico, com base em raças puras superiores e inferiores e raças miscenadas, também

consideradas inferiores, tendo a pele negra como modelo por exce-
lência de inferiorização.

Foi com base no cientificismo positivista e racializado, domi-
nante em sua época, que o laudo do Dr. Franco de Andrade já estava
escrito e prescrito. Entretanto, revelou-se falso quando um docu-
mento de identidade de um dos assassinados, encontrado num quarto
de hotel, e confrontado com perícia datiloscópica, descobriu o ver-
dadeiro nome da vítima: “o morto era um cidadão italiano Pascoal
Martinelli, estabelecido com fábrica de massas na capital portenha,
que partira para a Europa com a mulher, tencionando demorar-se
uns dias no Rio de Janeiro (BARRETO, 1984, p. 108).

Diálogo com os escritores: o período interimperialista da cultura dominante europeia

Como procurei analisar neste livro, a relação entre realismo, pseu-
dorrealismo (natrualismo ou neonaturalismo) e antirrealismo pode
ser interpretada como transversal à trans-história do colonialismo e
constitui um verdadeiro achado o modo como Lima Barreto a for-
mulou, ao traçar o perfil do Dr. Franco de Andrade, considerando o
fragmento a seguir: “Escrevera um volume de poesias místicas e espa-
lhava nas aulas o mais vulgar materialismo. Era idealista em verso;
em prosa, positivista” (BARRETO, 1984, p. 107).

O “materialista vulgar”, lado “cientista’ de Franco de Andrade,
traduz-se simplesmente como pseudorrealismo; e seu lado idealista
(e místico) evidencia um olhar antirrealista, associado à produção
lírica. Bem mais que traços específicos do caricaturizado doutor do
capítulo X de *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, suponho ser pos-
sível defender o argumento de que predominantemente, no âmbito da
ideologia do colonialismo na fase interimperialista europeia, a prosa,
quando retrata personagens populares do Sul Global, tenda a assumir
uma perspectiva fundamentalmente pseudorrealista – quando não se

trata da representação do frívolo, figurando como infantil e engraçado, quando não idiotizado. A produção lírica, por outro lado, segue tendência inversa: na fase interimperialista se expressava de modo antirrealista, idealizando formas de subjetividade, no geral, ocidentais ou pequeno-burguesas ocidentalizadas supostamente requintadas, complexas, delicadas, aristocraticamente elegantes, representantes da civilização em oposição à barbárie suposta do Sul Global; estilo idealista do Dr. Franco de Andrade.

No conjunto, prosa pseudorealista para o Sul Global, de base racista; e lírica antirrealista, para a metrópole ou para associados pequeno-burgueses, constituem uma tendência recorrente no âmbito da cultura dominante da ideologia do colonialismo em sua fase interimperialista. O realismo, nesse contexto, em sua potência ascendente do trabalho comum, estaria sobretudo desafiado a visibilizar o duplo recalque, o da guerra total contra os povos; seguida da história do colonialismo, seja na prosa de ficção, no drama e na lírica.

O fascismo, o franquismo e o nazismo foram a expressão eurocêntrica e biotopolítica do estatuto colonizado da humanidade e não por acaso tiveram como origem, respectivamente, Itália, país que fora o centro do Império Romano; Espanha, um ex-império colonial; Alemanha, nação que demorou a se constituir como unidade federativa, tendo surgido tarde na partilha/saqueio interimperialista do capital primitivo transversal da Maioria Global. Como países que ocupavam, à época, com a exceção da Alemanha, relações de produção ultrapassadas, a presentificação do “passado glorioso” constituiu-se, no caso do fascismo e do franquismo, como uma espécie de curto-circuito da dupla pinça da cultura dominante europeia do período interimperialista, ao entrelaçar o antirrealismo (o retorno mítico ao passado imperial) com o pseudorealismo de base racista-colonial, projetado nas lideranças e nas massas por meio de, como salientou Lukács em *A destruição da razão*, um complexo que visa associar os sentimentos nacionais com os interesses do imperialismo” (LUKÁCS, 2020, p. 669).

O caso de Hitler, na Alemanha, e assim do nazismo, foi distinto qualitativamente do fascismo e do franquismo, porque o curto-circuito entre antirrealismo e pseudorealismo (até em função da ausência de um passado imperial glorioso), típico da cultura dominante europeia do período interimperialista, ocorreu afirmando o futuro, tendo em vista forças produtivas e com estas relações sociais de produção com base nos monopólios imperialistas germânicos, argumento que creio convergir com Lukács também de *A destruição da razão*, considerando seguinte fragmento: “Hitler resolveu essa questão com maior simplismo, batizando os monopólios alemães, e somente os alemães de uma nova forma, *o socialismo alemão*” (LUKÁCS, 2020, p. 669).

Fundamentalmente, entretanto, a cultura dominante europeia no período interimperialista tornou-se estruturalmente racista e reacionária, de uma forma unidimensional, pois de modo geral ocupava relações de produção na retaguarda da era do capital monopólico, porque a vanguarda, com seus fluxos do produção de mercadorias, de gerenciamento, de novas tecnologias de produção e de montagens em grande escala, concentrava-se nos Estados Unidos, como asseverou Luiz Alberto Moniz Bandeira no livro *Formação do império americano* (2014), ao salientar: “Os EUA saltaram do quinto lugar, que em 1840 ocupava no *ranking* das potências industriais, para o quarto em 1860, para o segundo em 1870, e para o primeiro, em 1895” (BANDEIRA, 2014, p. 42).

Memórias do cárcere, assim precurei analisar, pode ser intepretado como o romance do estatuto colonizado da humanidade, sob ponto de vista do Sul Global, considerando a especificidade do caso brasileiro, na era da ditadura Vargas. A passagem a seguir do capítulo XX, da quarta parte da obra, é bastante expressiva, sob o ponto de vista em construção: “O nazismo não exigia restos humanos, deixava que eles se acabassem no cárcere úmido e estreito” (RAMOS, 1998, p. 276)”. O Velho Graça se referia à capitulação total de Vargas

ao entregar Olga Prestes e Eliza Berger para os campos de concentração do III Reich.

E como analisar esses rostos humanos como os de Olga Prestes, Eliza Berger e do próprio Gracialino Ramos, e de milhares de outros que foram perseguidos em todos os lugares do país, aprisionados e jogados daqui para lá, na seção “Viagens” da obra, ou no “Pavilhão dos Primários” ou na “Colônia Correccional”? Interpreto-os do seguinte modo: são “as sete faces” da soberania nacional, das brasileiras e brasileiros que lutaram por uma cultura soberana, emergente, sem deixar de ser multipolar. São os rostos que replicaram Tiradentes; são os rostos que têm sido aos milhões sistematicamente desumanizados e racializados de modo pseudocientífico pela guerra total do colonialismo ocidental contra os povos do Sul/Maioria Global; rostos que a ultrapassada cultura dominante europeia do período interimperialista condenou aos campos de concentração, às “memórias do cárcere” dos povos, palestinos.

Diálogo com escritores: as duas Guerras (culturais) Frias como ideologia do colonialismo

Se nazismo, rotomando Gracialino Ramos, não “exigia rostos humanos”, revelando um limite da cultura dominante não apenas alemã, mas também europeia; limite no que tange à abertura para incorporar para o seu eixo alteridades nacionais, étnicas, de gênero, religiosas, epistemológicas, (re)rostificando-as em conformidade a táticas e estratégias de processos de constituição e ratificação hegemônicas, por outro lado, o que definiu (resta saber se ainda define) a cultura dominante do ultraimperialismo estadunidense após a IIGM foi e talvez ainda seja a sua plasticidade infinitesimal (leia-se para produzir revisionismos) para incorporar alteridades, dando-lhes um rosto humano, ainda que de forma publicitária, no plano dos direitos civis separados da dimensão econômica e coletiva.

Pode parecer um exagero falar em “plasticidade infinitésima”, considerando a finitude humana, entretanto, a cultura dominante estadunidense é a do ultraimperialismo, definido por mim em artigos e livros a partir das significações projetadas pelo prefixo “ultra”, além de, do outro lado, excessivamente. Aproveito, a propósito, para fazer um esclarecimento. Não compartilho com Karl Kautsky, considerando o seu ensaio de 1914, “Ultra-imperialismo”. Não estou de acordo com a tese de que o fim da fase interimperialista do capital seria o começo de uma paz entre as grandes potências imperialistas europeias, porque o imperialismo, epicentrado no Estado/capital monopólico, é fundamentalmente bélico – armou-se e se arma para dominar, impor-se, fazer guerras entre si com vistas a sequestrar as riquezas da Maioria Global.

Uso a mesma palavra, no entanto, porque penso que o período do *hegemon* norte-americano, é “ultra” porque tem ocupado uma posição ao mesmo tempo *metaimperialista*, em relação ao sistema interimperialista europeu, *metacapitalista*, pois moldou o mercado e as mercadorias deste último como a sua imagem e semelhança; *metacolonial*, porque reatualiza sem cessar as ideologias do colonialismo das fases precedentes; e *meta-histórica*, por ultrapassar o período colonial, subsumindo o “aquém”; isto é, os impérios precedentes.

Essa posição “meta”, a partir da condição de além de, detém uma perspectiva de distanciamento realista *sui generis* porque teve e tem como eixo a indústria cultural concebida, em interlocução a um tempo com Raymond Williams e Ludovico Silva, como um meio de produção que captura não apenas o mais-valor material, mas também o mais-valor espiritual, ideológico-cultural, dos povos, da Maioria-Global, ao editar e reeditar (isto é, praticar revisionismos) tanto ditaduras, opressores, escravocratas, genocidas quanto fluxos de emancipação de classe, de gênero e de raça. Transforma, assim, tudo, qualquer coisa, em fluxo de mercadoria, inclusive estilos de vida, inclusive ideologias como o fascismo, o nazismo, o franquismo; e também as lutas revolucionárias protagonizadas pelos povos, pela

classe trabalhadora – tudo fluxo a ser, de modo infenitêsimo, reeditado em conformidade às circunstâncias, na pressuposição de que tudo, o próprio mundo, seja um estúdio; e tudo de modo cinematográfico tenda a se tornar estúdio de tudo, transformando as sociedades em filmes de si mesmas – de terror, em seu conjunto; uma Casa de Vidro, sem protestos e sem ódio, ao menos sob o ponto de vista da Primeria Guerra Fria.

Em diálogo com Bolívar Echeverría de *La modernidad de lo Barroco* (1988), Estados Unidos se constituiu como uma modernidade à parte e paralela à europeia, observando esta última da sacada, evitando com antecedência a repetição em seu interior das guerras de classe ocorridas no continente europeu, sobretudo entre os séculos XVIII e XIX, aproveitando o ensejo para superar política, econômica e geoestrategicamente países como Alemanha, Inglaterra (inclusa), França, Itália, explorando as suas contradições internas e interrelacionais. É a modernidade do “ethos realista”, assim apresentado pelo filósofo equatoriano: “Em relação a este *ethos* elementar, podemos chamá-lo de realista por afirmar não apenas a eficácia e a bondade insuperável do mundo estabelecido ou realmente existente e, sobretudo, a impossibilidade de um mundo alternativo” (ECHEVERRÍA, 2000, p. 38, Tradução do autor).

O realista é o *ethos* da autovalorização do valor na civilização do capital monopólico dominado por EUA, seguindo os seus fluxos de mercadoria (e tudo se torna mercadoria), de modo pragmático e com distanciamento realista em relação às relações sociais de produção realmente existentes; e também em relação ao estágio das guerras de classe, inclusive as anticoloniais, como de fato ocorreu no período de pós-guerra com os países da África e da Ásia lutando pelo fim do colonialismo eurocêntrico, ao fornecer armas e insuflar os dois lados do conflito, para, ato contínuo, tomar o lugar da Europa por meio de trocas desiguais regidas pelo sistema dólar e, no processo, pela cultura do neoliberalismo.

Com isso quero dizer que a cultura dominante do ultraimperialismo estadunidense constituiu-se como plástica, sobretudo tendo como gancho a indústria cultural como meio de produção de estilos de vida ou, mais ainda, como meios de produção da própria cultura ao literalmente produzir, via complexos de estúdios de estúdios, duas culturas dominantes em seu período de hegemonia, após a Segunda Guerra Mundial, a saber: a da primeira Guerra Fria e a da Segunda, que podem ser objetivadas como atualizações mais recentes da ideologia do colonialismo. No que diz respeito ao primeiro estúdio (Primeira Guerra Fria) de reedição da ideologia do colonialismo, iniciou-se oficialmente em 1947, partindo de um estímulo (subsunção de fluxos emancipatórios) erótico-anarquista e semilaico corporificado na *reificação* da juventude transviada; e, no que se refere à segunda versão norte-americana da ideologia do colonialismo (Segunda Guerra Fria), começou a se esboçar de fato após a derrocada da União Soviética em 1991, tendo, no entanto, como ponto de partida o periódico trimestral *The public interest*, fundado em 1965 por Daniell Bell e Irving Kristoll- um bastião neoconservador que se voltou contra a biopolítica do bem-estar social do estilo ianque de ser da primeira fase da cultura dominante estadunidense.

A primeira Guerra Fria, com o objetivo de derrotar o socialismo realmente existente, foi uma concessão à laicidade, ainda que de baixíssima voltagem, porque assentada no corpo jovem, em perspectiva romântico-anárquica e publicitária; e mimetizando as guerras de classes por meio de um gênero como o *Rock and Roll*, cujo sistema de gestualidade representa uma catarse da revolta de modo geral e especialmente da revolucionária – um teatro antirrealista de gestos da guerra de classes. A segunda, por sua vez, teve como obras apologéticas *O fim da ideologia*, de Daniel Bell, de 1968; *O fim da história e o último homem* (1992), de Fukuyama, *O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial*, de Samuel Huntington, além do livro *Uma orientação especial: a política externa norte-americana e sua influência no mundo* de Walter Russel Mead, obra de 2006.

Entretanto, mais que uma questão de referência bibliográfica ou perspectiva teórica, a Segunda Guerra Fria, em diálogo com o livro quase homônimo de Luiz Alberto Moniz Bandeira, *A segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica de Estados Unidos* (2013), teria sido iniciada no Governo de James Carter, sob a orientação de Sbniew Brzezinski, por meio da Operação Ciclone, como é possível ler no seguinte trecho do citado livro do historiador baiano:

E, em 25 de junho de 1979, antes da invasão do Afeganistão pelas tropas da União Soviética, o presidente Jimmy Carter assinou um *finding*, mediante o qual autorizou a CIA a dar assistência encoberta aos *mujahidin* afegãos, com operações de guerra psicológica, possibilitando à população o acesso ao rádio, instalado em terceiros países, como o Paquistão, e assim fomentar a insurgência contra o Governo de Cabul, apoiado por Moscou. Era a *Operation Cyclone* (BANDEIRA, 2013, p. 35).

A Segunda Guerra Fria, em linhas gerais, atualizou como cultura dominante a “guerra santa” dos papados medievais contra tudo que se opusesse ao Édito de Tessalônica, que selou no ano de 380 a aliança do cristianismo com o Império Romano, sob o imperador Teodósio I, tendo sido um pilar fundamental para a continuidade no tempo e no espaço da ocidentalização do mundo, aliança que representou um marco histórico da invenção oligárquica do Ocidente, a ser impor pela servidão por dívida e pela apropriação de terras, argumento que apresento ecoando Michael Hudson *The destiny of Civilization: Finance Capitalism, Industrial Capitalism* (2022).

Em certo sentido, o ultraimperialismo norte-americano com a Operação Ciclone, ratificou uma espécie de Segundo Édito de Tessalônica, inaugurando e liderando a era das guerras entre civilizações em clave religiosa, por meio do processo de incorporação realizado via indústria cultural das culturas residuais de matriz religiosa milenar, com um traço comum ao período do início da fase interimperialista

do capital, liderado pela Inglaterra, a saber: o retorno do cientificismo racial, ampliado para o plano das questões de gênero, sempre, de modo sionista, procurando fundamentar a pureza e o essencialismo identitários, à moda da esquerda globalista e também à moda da extrema direita, com o seu supremacismo branco requeitado.

Nesse contexto, porque o Ocidente tem sido a sua própria religião oligárquica, em certo sentido, a cultura dominante da Primeira Guerra Fria foi uma concessão semilaica do país do excepcionalismo puritano, no período de guerra cultural contra o eixo socialista, sobretudo contra a URSS, embora seja preciso dizer: o Ocidente como metafísica, origem e destino de si mesmo; e, assim, como religião, tenha tido como lastro expansinista o rosto de sua própria oligarquia e, sem cessar, quer no interior da Primeira Guerra Fria, quer no da Segunda, é sempre o rosto aristocrático-oligáquico que é retomado, em suas versões Brás Cubas e Prudêncio, no contexto brasileiro, da Maoria Global.

A semelhança entre as duas Guerras Frias culturais de EUA contra os povos é: i) uma captura/subsunção da diversidade humana que funciona como um signo flutuante do estilo de vida dispendioso e parasitário da oligarquia euro-norte-americana, projetado como fator de publicidade na literatura, na música, no cinema, no teatro, no cotidiano; ii) na dialética entre identidade (o que tem sido, como unidade da natureza ou da sociedade) e a alteridade (a negação em processo da identidade no âmbito da natureza e da sociedade) o que se fixa é a identidade publicitária *do american way of life*, eliminando a alteridade; e, assim, o movimento, o devir histórico; engendrando como resultado um presente ampliado como pressuposto ideológico da eternidade do *hegemon* estadunidense, como fim da história.

Sob o ponto vista das diferenças, são elas: i) a “Casa de Vidro” do romance homônimo aqui estudado, como constructo social-cultural (indústria cultural) foi o modelo da Primeira Guerra Fria, exercendo a função de cancelar o protesto (o socialismo real) e o ódio, tendo o corpo sublime do jovem sem passado e sem futuro apresentado

como o presente eterno estadunidense, instância libidinal de liberdade plena, assentada em uma pauta jovialmente universal; ii) na Segunda Guerra Fria cultural prevalece a diversidade de identidades separadas (a alteridade foi eliminada), fragmentando o protesto e ódio que retornam na contramão de toda e qualquer forma de universalidade, razão por que, no plano do conteúdo primário, o marxismo continua a ser o principal alvo, juntamente com a classe operária e as soberanias nacionais em chave anti-imperialista; e, no plano do conteúdo manifesto, o protesto e o ódio se voltam contra o *hétero*, a direita, o branco sem alteridade (logo branco – suposto – fora da história), o que resulta na prática na emergência de um paradoxo *sui generis*, pois em consequência a direta e/ou a extrema direita se tornam o lugar (embora farsante) do movimento, com a captura do dissenso iminente à classe explorada, que tende a se endireitar.

Os romances *A festa* e *A Casa de Vidro* são, como não poderiam deixar de ser, narrativas do distanciamento estético-realista em relação à I e à II Guerras Frias; e só podem ser acionados para analisar a Segunda, considerando: i) no caso de *A Casa de Vidro*, a metáfora literal continua valendo, com a diferença de que deva funcionar como *reality shows* de ódios entre as identidades *wokes* miniaturizadas oligarquicamente e os estilos *cowboy* endireitados; e afinal é por isso que os *reality shows* estão na moda; ii) no que diz respeito ao romance *A festa*, esta condinua existindo como festas separadas (jamais com apelo universal), considerando que, no âmbito do conteúdo primário, de modo algum o convite pode se estender aos “Isaías Caminha”, às “Betes”, aos *Marciolínios* e, por extensão, ao Francisco Julião, o líder das Ligas Camponesas nordestinas, não sendo por acaso, em diálogo com Luiz Alberto Moniz Bandeira de *Presença de Estados Unidos no Brasil*, que refluíram para o Nordeste, especialmente para Pernambuco, 4.968 norte-americanos, em 1962; e, em 1963, com mais 3000 solicitando vistos ao Itamaray, acobertados pela Aliança para o Progresso (com financiamento da USAID), e com disfarces diversos como “religiosos, comerciantes, Corpos da Paz ,etc.” (BANDEIRA, 2007, p. 604).

O objetivo era um só: dar suporte como Boinas Verdes disfarçados à repressão impiedosa contra o movimento popular mais revolucionário do Brasil, no período, a Liga dos Camponeses. E aqui, fecho-abro este livro, para dizer que o realismo estético-crítico é emancipador porque, por meio dele, a arte perspectiva a realidade de e como alteridade, em movimento, de modo que a realidade, complexa e multitudinária, vira ficção que descortina as ideologia do colonialismo, no trem da história, o mesmo em diferença em que e a partir do qual é iniciada a narrativa de *A festa*, com a chegada dos nordestinos na Praça da Estação em Belo Horizonte em 31 de março de 1970, sob a liderança de Marciolínio de Mattos, vulgo Francisco Julião, a quem dedico este livro em nome do epicentro da civilização dos trópicos; o Brasil para as brasileiras e brasileiros, que assim o será com mercado interno, com soberania científica e tecnológica, com cultura nacional-multipolar assentada nos meios de produção culturais a serviço dos povos, com seus estilos de vida coletivamente impulsionados por valores de uso terráqueo-cosmológicos.

Referências

- A BÍBLIA SAGRADA. **Antigo Testamento e Novo Testamento**. Trad. J. F. de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.
- ADAMS, B. **America's economic supremacy**. New York: The Macmillan Company, 1900.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Trad. G. A. de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- AFRÂNIO, J. **Rosa mística**. Leipzig: [s. n.], 1900.
- AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Trad: H. Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- AGAMBEN, G. **Meios sem fim, notas sobre a política**. Trad. D. Pessoa. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

- ALMEIDA, M. A. de. **Memórias de um sargento de milícias**. 1. ed. São Paulo: Ciranda Cultural, 2011.
- ALTHUSSER, L. **For Marx**. Transl. B. Brewster. London: The Penguin Press, 1969.
- ALTHUSSER, L. **Ler O capital**. Trad. N. C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- AMADO, J. **O país do carnaval**. Posfácio de J. Castelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- AMADO, J. **Os subterrâneos da liberdade**. São Paulo: Martins, 1966.
- ANDRADE, C. D. de. **Alguma poesia**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- ANDRADE, C. D. de. **A rosa do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ANDRADE, C. D. de. **Brejo das almas**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- ANDRADE, O. de. Do Pau-Brasil à antropofagia e às utopias. **Do pau-brasil à antropofagia e às utopias**. 2. ed. (Obras Completas, v. 6.). São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.
- ANDRADE, O. de. Marco Zero I. A revolução melancólica. **Marco zero I**. A revolução melancólica. São Paulo: Globo, 1991.
- ANDRADE, O. de. Marco Zero II. Chão. **Marco zero II**. Chão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- ANDRADE, O. de. **Memórias sentimentais de João Miramar**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- ANDRADE, O. de. “O caminho percorrido”. In: ANDRADE, O. de. **Ponta de lança**. São Paulo: Globo, 1991. p. 109-118.
- ÂNGELO, I. **A casa de vidro**. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1979.
- ÂNGELO, I. **A festa**: romance: contos. São Paulo: Vertente Editora, 1976.
- ASHBEE, H. S. **My secret life**: an erotic diary of Victorian London. Calcutá: Signet, 1996.
- ASSIS, M. de. “A Quintino Bocaiuva”. In: ASSIS, M. de. **Correspondências**. Rio de Janeiro: Jackson Inc. Editores, 1946.

- ASSIS, M. de. **Crônicas** (1859-1863). v. 1. São Paulo: Mérito, 1962.
- ASSIS, M. de. **Dom Casmurro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- ASSIS, M. de. **Esau e Jacó**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, 1975.
- ASSIS, M. de. **Memorial de Aires**. São Paulo: Klick Editora, [s. d.].
- ASSIS, M. de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- ASSIS, M. de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1960.
- ASSIS, M. de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- ASSIS, M. de. Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade. *In*: ASSIS, M. de. **Obras completas**. v. 29: Crítica literária. Rio de Janeiro: W.M. Jackson, 1962.
- ASSIS, M. de. **Obras completas**. 3. ed. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 2015. 4 v.
- ASSIS, M. de. O passado, o presente e o futuro da literatura. *In*: CONTINHO, A. (org.). **Obra completa**. v. 3. Rio de Janeiro: Aguiar, 1959. p. 799-811.
- ASSIS, M. de. **Quincas Borba**. São Paulo: Ática, 1982.
- BACON, F. **Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza/Nova Atlântida**. Trad. J. A. R. de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- BALZAC, H. de. “Ilusões perdidas”. *In*: BALZAC, H. de. **A comédia humana**. v. 7. Trad. E. Pelanda e M. Quintana. São Paulo: Globo, 2013.
- BANDEIRA, L. A. M. **Formação do império americano**: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- BANDEIRA, L. A. M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- BARBIERI, I. “Machado e a história: um tempo de longa duração”. **Espelho: Revista Machadiana**, Porto Alegre, n. 1, p. 19-29, 1995.
- BARRETO, L. **A nova Califórnia**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BARRETO, L. **Clara dos Anjos**. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BARRETO, L. **Contos completos de Lima Barreto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BARRETO, L. **Correspondência**. Tomo I. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- BARRETO, L. **Correspondência**. Tomo II. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- BARRETO, L. **Diário do hospício**. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BARRETO, L. **Diário Íntimo**. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BARRETO, L. **Histórias e sonhos**. São Paulo: Ática, 1998.
- BARRETO, L. **Impressões de leitura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- BARRETO, L. **Numa e ninfa**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1950.
- BARRETO, L. **Obra completa**. 17 v. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BARRETO, L. **O cemitério dos vivos**. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BARRETO, L. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Ática, 1985.
- BARRETO, L. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Ática, 1984.
- BARRETO, L. **Toda crônica**. Rio de Janeiro: Agir, 2004. 2 v.
- BARRETO, L. **Toda crônica, volume I 1890-1919. Toda crônica, volume I 1890-1919**. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- BARRETO, L. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Paulus, 2005.
- BASTOS, H. **Memórias do cárcere: literatura e testemunha**. Brasília: UnB, 1998.
- BEINSTEIN, J. “Neofascismo y decadencia. El planeta burgués a la deriva”. [S. l.: s. n.], [20--]. Disponível em: <https://beinstein>.

lahaine.org/neofascismo-y-decadencia-el-planeta-burgues/.

Acesso em: 3 maio 2018.

- BENJAMIN, A. J. **Literatura comparada e relações comunitárias hoje**. São Paulo: Ateliê, 2012.
- BENJAMIN, W. “Sobre o conceito da história”. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. v. 1. 3. ed. Trad. S. P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 225.
- BHASKAR, R. **Scientific realism and human emancipation**. London: Routledge, 2009.
- BOSI, A. **Dialética da colonização**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 40. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BRZEZINSKI, Z. **Between two ages – America’s role in the Technetronic Era**. New York: The Viking Press, 1970.
- BUENO, L. **Uma história do romance de 30**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- CANDIDO, A. “O direito à literatura”. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.
- CANDIDO, A. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. In: CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2005.
- CANDIDO, A. “Oswald viajante”. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1970.
- COTRIM, A. **Literatura e realismo em György Lukács**. Porto Alegre: Zouk, 2016.
- CURY, M. Z. F. **Um mulato no reino de Jambom: as classes sociais na obra de Lima Barreto**. São Paulo: Editora Cortez, 1981.
- DAVIS, M. **O planeta favela**. Trad. B. Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Trad. E. dos S. Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **A crise do neoliberalismo**. Trad. P. Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ECHEVERRÍA, B. **La modernidad de lo barroco**. México, D.F.: UNAM, 2000.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. L. Konder. Rio de Janeiro, 1984.
- ENGELS, F. “O realismo de Balzac”. *In*: ENGELS, F. **Sobre literatura e arte**. 4. ed. Trad. A. Lima. Lisboa: Editora Estampa, 1974. p. 194-198.
- ENGELS, F.; MARX, K. **A Ideologia alemã**. Trad. Á. Pina. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- ENGELS, F.; MARX, K. **A sagrada família**. Trad. M. Backes. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ENGELS, F.; MARX, K. “O realismo de Balzac”. *In*: ENGELS, F.; MARX, K. **Sobre literatura e arte**. 4. ed. Trad. A. Lima. Lisboa: Editorial Estampa, 1974. p. 195.
- ESPOSITO, R. **Immunitas**. Protezione e negazione della vita. Torino: Einaudi, 2002.
- ESTEVES, L. da S.; MOTTA, M. “Lutas camponesas: história de uma luta (des)conhecida”. *In*: ESTEVES, L. da S.; MOTTA, M. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflito ao longo da história**. v. 2. São Paulo: Unesp, 2008. p. 243.
- FACIOLI, V. **Um defunto estrambótico: análise e interpretação de Memórias póstumas de Brás Cubas**. 2. ed. São Paulo: Nan-kin; Edusp, 2008.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Trad. J. L. de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FAORO, R. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

- FERRARIS, M. **Manifesto del nuovo realismo**. Roma-Bari: Laterza, 2012.
- FERRARIS, M. **Manifesto del nuovo realismo**. Santiago: Ariadna Ediciones, 2012.
- FERRARIS, M. **Manifesto del nuovo realismo**. Bari-Roma: Editori Laterza, 2014.
- FIELDHOUSE, D. K. **Economia e imperio**. La expansión de Europa (1830-1914). México: Siglo XXI Ediciones, 1990.
- FILHO, A. **O romance brasileiro de 30**. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1969.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. L. F. de A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Trad. M. E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: Vontade de Saber**. Trad. M. T. da C. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. Trad. E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. R. Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRANK, A. G. "O desenvolvimento do subdesenvolvimento". **Monthly Review**, v. 18, n. 4, set. 1966.
- FREUD, S. **A interpretação de sonhos**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- FREYRE, G. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2005.
- FUKUYAMA, F. **The end of history and the last man**. New York: The Free Press, 1992.
- GLEDSON, J. **Machado de Assis: ficção e história**. Trad. S. Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GLEDSON, J. **Machado de Assis: impostura e realismo – uma reinterpretção de Dom Casmurro**. Trad. F. Py. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

- GUIMARAENS, J. A. de. “Galinha cega”. In: GUIMARAENS, J. A. de. **Contos e novelas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago; Brasília (DF): INL, 1976.
- HARKNESS, M. **A city girl**: a realistic story. Peterborough: Broadview Press, 2017.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Trad. C. Szlak. São Paulo: AnnaBlume, 2005.
- HEGEL, G. W. F. **Cursos de estética**. 2. ed. Trad. M. A. Werle. São Paulo: Edusp, 2001.
- HEGEL, G. W. F. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Trad. J. A. Pechanski. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HOBSON, J. **Imperialism**: a study. New York: James Pott & Company, 2002.
- HOLLANDA, H. B. de; GONÇALVES, M. A. **Cultura e participação nos anos 60**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- HOLANDA, S. B. de. **Monções**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1945.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUDSON, M. **Super imperialism**: the origin and fundamentals of U.S. dominance. Virginia: Pluto Press, 2003.
- HUDSON, M. **The destiny of civilization**: Finance Capitalism, Industrial Capitalism, or Socialism. [S. l.: s. n.], 2022.
- HUNTINGTON, S. **O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial**. Trad. M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- IANNI, O. **Imperialismo y cultura de la violencia en América Latina**. México, D.F.: Siglo Veinteuno, 1970.
- IANNI, O. **Imperialismo y cultura de la violencia en América Latina**. Trad. C. Colombani e J. T. Cintra. México, DF.: Siglo XXI, 1974.

- JACSON, K. D. **A prosa vanguardista brasileira: Oswald de Andrade**. Trad. H. N. A. de Barros e M. L. P. Ramos. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- JAMESON, F. **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Trad. M. E. Cevasco & M. C. de P. Soares. Petrópolis: Vozes, 2001.
- JAMESON, F. **Modernidade singular: ensaios sobre a antologia do presente**. Trad. R. F. Valente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- JESUS, M. C. de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.
- JULIÃO, F. **Irmão Juazeiro**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960.
- KAUTSKY, K. “Ultraimperialismo”. **Arquivo Marxista na Internet**, 1914. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1914/09/11-1.htm>. Acesso em: 3 jun. 2017.
- LAFETÁ, J. L. “O romance atual”. In: LAFETÁ, J. L. **A dimensão da noite e outros ensaios**. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 264.
- LENIN, V. I. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. São Paulo: Global Editora, 1987.
- LOBATO, M. **Mr. Lang e o Brasil e o problema vital**. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- LOMBROSO, C. **O homem delinquente**. Trad. S. J. Roque. São Paulo: Ícone, 2007.
- LOSURDO, D. **Guerra e revolução: mundo um século após outubro de 1917**. Trad. A. M. Chiarini e D. S. C. Ferreir. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LUCAS, F. **O caráter social da literatura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Quíron, 1976.
- LUCAS, F. **Vanguarda, história & ideologia da literatura**. São Paulo: Cone Editora, 1985.
- LÚCIA, C. “Mal-estar de Isaías: a crise do romance em Lima Barreto”. **Pensares em Revista**, v. 1, n. 1, p. 35-50, 2012. Disponível em: [LINK NÃO PÚBLICO]. Acesso em: mar. 2012.

- LUKÁCS, G. **Estética**: cuestiones previas y de principio. México: Grijalbo, 1966.
- LUKÁCS, G. “Grandeza y decadencia del expresionismo”. *In*: LUKÁCS, G. **Problemas del realismo**. Trad. C. Gehard. México, D.C.: Fondo de Cultura Económica, 1966. p. 217-249.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classe** – estudos de dialética marxista. Trad. T. Costa. Lisboa: Publicações Escorpião, 1974.
- LUKÁCS, G. “Marx e Engels como historiadores da literatura”. Trad. N. Schneider. **Marx e Engels como historiadores da literatura**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LUKÁCS, G. “Marx y el problema de la decadencia ideológica”. *In*: LUKÁCS, G. **Problemas del realismo**. Trad. C. Gehard. México: Fondo de Cultura Económico, 1966. p. 55-110.
- LUKÁCS, G. **Materiales sobre el realismo**. Trad. M. Sacristan. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1977.
- LUKÁCS, G. “¿Narrar o describir? A propósito de la discusión sobre naturalismo y formalismo”. *In*: LUKÁCS, G. **Problemas del realismo**. Trad. C. Gehard. México: Fondo de Cultura Económica, 1966. p. 171-216.
- LUKÁCS, G. **O romance histórico**. Trad. R. Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. Trad. N. Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, G. **Problemas del realismo**. Trad. C. Gehard. México: Fondo de Cultura Económica, 1966.
- LUKÁCS, G. “Se trata del realismo”. *In*: LUKÁCS, G. **Problemas del realismo**. Trad. C. Gehard. México: Fondo de Cultura Económica, 1966. p. 288-318.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Trad. M. Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- LUXEMBURGO, R. **Introducción a la economía política**. Trad. H. Ciafardini. Córdoba: PYP, 1972.

- MARINI, R. M. “Dialética da dependência”. *In*: SADER, E. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARX, K. “Contribuição à crítica da economia política”. Trad. F. Fernandes. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. “Franz von Sickingen e a realidade histórica”. *In*: MARX, K. **Sobre literatura e arte**. 4. ed. Trad. A. Lima. Lisboa: Editora Estampa, 1974. p. 181-185.
- MARX, K. “La Compañía de las Indias Orientales, su historia y resultados”. *In*: MARX, K. **Acerca del colonialismo**. Moscou: Editorial Progreso, [s. d.]. p. 48.
- MARX, K. “Marx a J.B. Scheitzer”. *In*: MARX, K. **Miseria de la filosofía**. Moscou: Editorial Progreso, 1957. p. 167.
- MARX, K. “Marx a P. V. Annenkov”. *In*: MARX, K. **Miseria de la filosofía**. Moscou: Editorial Progreso, 1957. p. 158.
- MARX, K. **O capital**. Livro I. Crítica da economia política. Trad. R. Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **O capital**. Livro II. Crítica da economia política – O processo de circulação do capital. Trad. R. Enderle. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- MARX, K. **O capital**. Livro III. Crítica da economia política. O processo global da produção capitalista. Trad. R. Enderle. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- MAZZEO, A. C. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MELO NETO, J. C. de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003.
- MERQUIOR, J. G. “Gênero e estilo das Memórias póstumas de Brás Cubas”. *In*: MERQUIOR, J. G. **Crítica: 1964-1989**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 331-342.
- MILLS, C. W. **La elite del poder**. 9. ed. Trad. F. M. Torner & E. de Champourcin. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

- MIRANDA, W. M. “O valor enorme das palavras”. **Revista CESP**, v. 26, n. 35, jan.-jun. 2006. p. 11.
- MECKLENBURG, N. Regionalismo literário em tempos de globalização. Tradução de A. H. Krause. *In*: ARENDT, J. C.; NEUMANN, G. R. (org.). **Regionalismus – regionalismos**: subsídios para um novo debate. Caxias do Sul: Edusc, 2013. p. 173-195.
- MORAES, L. N. de. “Mulher, raça e classe em Patrícia Galvão e Angela Davis”. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: http://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1524246847_ARQUIVO_Texto_completo-ST01-LeticiaNunesdeMoraes.pdf. Acesso em: 10 jun. 2018.
- MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira, 1933-1974**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- MUMFORD, L. **Técnica y civilización**. Madrid: Alianza Editorial, 2002.
- NEGREIROS, C. L. “O mal-estar de Isaías: a crise do romance de Barreto”. **Pensares em Revista**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 36, 2012.
- PASSOS, G. P. **A poética do legado**: presença francesa em Memórias póstumas de Brás Cubas. São Paulo: Anablume, 1996.
- PATNAIK, P. “Economics and ideology”. **Peoples Democracy**, 3 nov. 2024. Disponível em: https://peoplesdemocracy.in/2024/1103_pd/economics-and-ideology. Acesso em: 20 jan. 2025.
- PAULA, J. A. de. **PanAmerica, Epopeia**. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 1988.
- PEREIRA, A. **Crítica impura** (autores e problemas). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- PLATÃO. **A república**. Trad. C. A. Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1976.
- PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- PRADO JÚNIOR, C. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 36. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- RAMOS, G. **Alexandre e outros heróis**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- RAMOS, G. **Caetés**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2011.
- RAMOS, G. **Infância**. 39. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- RAMOS, G. **Insônia**. São Paulo: Record, 1981.
- RAMOS, G. **Memórias do cárcere**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- RAMOS, G. **Memórias do cárcere**. v. 1. São Paulo: Record, 1998.
- RAMOS, G. **Memórias do cárcere**. v. 2. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- RAMOS, G. **São Bernardo**. Rio de Janeiro: Record, 1991.
- RAMOS, G. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RANCIÈRE, J. **A noite dos operários**. Arquivos do sonho operário. Trad. M. Pedreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**. Trad. M. C. Netto. São Paulo: Editora 34, 2009.
- RANCIÈRE, J. **Dissensus: on politics and aesthetics**. London: Continuum, 1910.
- RANCIÈRE, J. “O conceito de anacronismo e a verdade do historiador”. In: SALOMON, M. (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó-SC: Argos, 2011. p. 21-49.
- RANCIÈRE, J. **O desentendimento: política e filosofia**. Trad. Â. L. Lopes. São Paulo: Editora 34, 1995.
- RANCIÈRE, J. **O fio perdido – ensaios sobre a ficção moderna**. Trad. M. Mori. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- RANCIÈRE, J. **Políticas da escrita**. Trad. R. Ramalhete. São Paulo: Editora 34, 1995.

- REBELO, M. **Contos reunidos**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.
- RÊGO, J. L. do. **Menino de engenho**. 83. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2002.
- RÊGO, J. L. do. **O moleque Ricardo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- SANTIAGO, S. “Democratização no Brasil – 1979-1981: cultura versus arte”. In: ANTERO, R. *et al.* (org.). **Declínio da arte/ascensão da cultura**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1998.
- SANTOS, T. dos. “A teoria da dependência: um balanço”. In: SANTOS, T. dos. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SANTOS, T. dos. **Imperialismo e dependência**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2011.
- SAUNDERS, F. S. **Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria cultural**. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.
- SCHURMANN, F. **The logic of world power**. New York: Pantheon, 1974.
- SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- SCHWARZ, R. “Cultura e política, 1964-1969”. In: SCHWARZ, R. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- SCHWARZ, R. **Cultura e política**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- SCHWARZ, R. “O sentido histórico da crueldade em Machado de Assis”. In: SCHWARZ, R. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 84-107.
- SCHWARZ, R. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- SCHWARZ, R. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. 4. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- SILVA, L. **A mais-valia ideológica**. Trad. M. C. A. Mosocsky. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

- SILVA, L. **Humanismo clasico y humanismo marxista**. Monte Ávila Editores, 1982.
- SILVA, L. **La alienación como sistema: la teoría de la alienación en la obra de Marx**. Caracas: Alfadil, 1983.
- SOARES, L. E. **A sociedade do controle integrado: Franz Kafka e Guimarães Rosa**. Vitória: Edufes, 2014.
- SOARES, L. E. **América Latina, Literatura e Política: abordagens transdisciplinares**. Vitória: Edufes, 2012.
- SOARES, L. E. **As duas guerras frias e a resistência ao complexo de Arcádia brasileiro**. Vitória: EDUFES, 2023.
- SOARES, L. E. “Graciliano Ramos: um diálogo antimoderno com a modernidade”. In: SOARES, L. E. **América Latina, Literatura e política: abordagens transdisciplinares**. Vitória: Edufes, 2012. p. 88.
- SOARES, L. E. **José Lezama Lima: anacronia, barroco e utopia**. Vitória: Edufes, 2008.
- SOARES, L. E. “Memórias póstumas de Brás Cubas, de Machado: romance de formação das tipicidades do estatuto colonial brasileiro”. In: SOARES, L. E. **O estatuto (contra) colonial da humanidade: literatura e política**. [S. l.: s. n., s. d.].
- SOARES, L. E. **O ultraimperialismo americano e a antropofagia matriarcal da literatura brasileira: o triunfo do realismo em Pagu, Oswald e José Agrippino de Paula**. Vitória: PPGL, 2018.
- SOARES, L. E. **Sete ensaios sobre os imperialismos**. Vitória: Edufes, 2020.
- SOARES, L. E. *et al.* (org.). **Cultura e imperialismo americano**. Vitória: Leitura Fina, 2017.
- SOARES, L. E. *et al.* (org.). **Literatura, Lacan e o Comunismo**. Vitória: Jep, 2016.
- SOARES, L. E. *et al.* (org.). **Literatura, Lacan e o comunismo**. Vitória: Leitura Fina, 2017.

- SOARES, L. E. *et al.* (org.). “Os três axiomas do realismo estético”.
In: SOARES, L. E. *et al.* (org.). **O realismo como vanguarda**.
Vitória: Editora Mil Fontes, 2020.
- SOARES, L. E. *et al.* (org.). **O realismo como vanguarda**. Vitória:
Mil Fontes, 2020.
- SODRÉ, N. W. **A ideologia do colonialismo**: seus reflexos no pen-
samento brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estu-
dos Brasileiros, 1961.
- SODRÉ, N. W. **As razões da independência**. Rio de Janeiro: Civi-
lização Brasileira, 1963.
- SODRÉ, N. W. **Brasil**: radiografia de um modelo. Petrópolis:
Vozes, 1974.
- SODRÉ, N. W. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro:
Vozes, 1983.
- SODRÉ, N. W. **História da literatura brasileira e seus fun-
damentos econômicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasi-
leira, 1964.
- SODRÉ, N. W. **História e materialismo histórico no Brasil**. São
Paulo: Global Editora, 1975.
- SODRÉ, N. W. **História militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expres-
são Popular, 2010.
- SODRÉ, N. W. **Introdução à revolução brasileira**. Rio de Janeiro:
Civilização Brasileira, 1963.
- SODRÉ, N. W. **Literatura e história do Brasil contemporâneo**.
Porto Alegre: Mercado Aberto, 1975.
- SODRÉ, N. W. **O Tratado de Methuen**. Rio de Janeiro: Instituto
Superior de Estudos Brasileiros, 1957.
- SODRÉ, N. W. **Síntese histórica da cultura brasileira**. Rio de
Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad.
J. M. M. de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WILLIAMS, R. **Cultura**. Trad. L. L. de Oliveira. 2. ed. Riode Janeiro:
Paz e Terra, 1992.

- WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. Trad. A. Glasér. São Paulo: Unesp, 2011.
- WILLIAMS, R. **Marxismo y literatura**. Trad. P. di Masso. 2. ed. Barcelona: Ediciones Península, 2000.
- WOOD, E. M. **The empire of capital**. London: Verso, 2005.
- WOOD, E. M. **The origin of capitalism: a longer view**. New York: Monthly Review Press, 2002.
- ZOLA, É. **O romance experimental e o naturalismo no teatro**. Trad. Í. Caroni e C. Berrettini. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1990.

Índice remissivo

A

A casa de vidro 12, 29, 47,
48, 122, 123, 127, 130,
134, 135, 144, 148

Acumulação
primitiva 8, 10, 20, 105,
109

A festa 12, 29, 47, 48, 106,
107, 109, 112, 113, 115,
116, 118, 119, 120, 121,
127, 133, 148, 149

África 8, 9, 25, 83, 138

Aleijadinho 55

Alienação 19, 23, 24, 71,
91

Alteridade 27, 28, 29, 117,
137, 142, 147, 148, 149

A mão e a luva 57, 58, 59

Amélia 108

América Latina 81, 138, 156,
163

American way of life 28, 96,
106, 108, 147

Américas 8, 138

Angústia 116

Anarquista
erótico 145
proto 106, 116
utópico 103

Antigo Regime 82

Anti-imperialismo 11, 16, 19,
24, 82, 148

As duas guerras frias 12, 147

Astrogildo Pereira 41, 97

Atualizações históricas 20

Arte
de vanguarda 17, 19, 121

B

Barroco 55, 144

Brasil 9, 32, 35, 38, 45,
46, 51, 52, 53, 62,
65, 68, 81, 86, 92,
93, 101, 103, 106, 119,
122, 149

- Belle Époque 64
- Bentinho 57, 58, 60
- Big Tech* 16, 105, 129
- Biopolítica 11, 18, 27, 48,
97, 106, 107, 113, 114,
115, 116, 117, 118, 122,
127, 145
- Bispo Sardinha 84
- Brás Cubas 12, 36, 38, 39,
47, 57, 58, 59, 60,
73, 124, 125, 133, 134,
135, 136, 147
- Burguesia
pequena 50, 51, 52, 53,
54, 55, 71, 78, 108,
109, 110, 111, 112, 115,
118, 119, 121, 123
- C**
- Caio Prado Júnior 38, 39, 62,
63, 81, 93, 101, 102
- Capital
capital financeiro 64, 99, 132
monopólio 8, 13, 21,
27, 37, 64, 100, 141,
143, 144
- Capitalismo 8, 9, 13, 20,
21, 31, 32, 37, 39,
54, 58, 66, 68, 69,
70, 76, 77, 95, 102,
105, 124
- Capitanias hereditárias 132
- Categoria 11, 12, 15, 21,
24, 25, 50, 53, 65,
81
- Casa Correccional 89
- Cesare Lombroso 68, 136
- Cazuzinha 108
- CIA 17, 18, 100, 116, 146
- Civil 18, 106
- Civilização
Civilização ocidental 20
- Classe trabalhadora 16, 17, 23,
80, 108, 123, 124, 133,
135, 144
Luta de classe 79, 82, 116,
118
- Close-up 106, 107
- Comercio espúrio 9
- Colônia Correccional 86, 90, 142
- Conceito 21, 53, 73, 86,
97, 132, 137
- Conjuração Mineira 33, 53, 55
- Colonialismo
capitalismo-financeiro 8
eurocêntrico 144
história 4, 8, 9, 20,
26, 32, 34, 36, 39,
40, 45, 48, 50, 51,
58, 60, 61, 62, 65,
70, 71, 72, 80, 83,
91, 91, 93, 93, 96,
101, 102, 107, 109, 110,
112, 117, 119, 122, 124,
130, 132, 133, 134, 137,

- 138, 139, 140, 145
- Metacolonialismo 95
- Trans-história 130, 132, 134,
139
- Companhias das Índias Orientais 9
- Complexo de Arcádia 11, 57
- Conglomerado 13, 37, 99,
100, 104, 110, 113, 114,
115, 116, 122, 123, 129
- Contemporâneo 16, 35, 40,
93, 104
- Cotrim 60
- Crash* 79, 81
- Cristóvão Colombo 8
- Crítica 12, 13, 39, 41, 53,
63, 64, 66, 97, 112,
113, 136
- Cultura
brasileira 12, 26, 27, 34,
50, 51, 53, 62, 75,
76, 80, 96, 160, 164
dominante 20, 97, 98, 100,
104, 106, 107, 129, 134,
145, 146, 147
dominante europeia 139, 140,
141, 142
dominante estadunidense 18,
28, 98, 100, 107, 143,
145
emergente 18, 20, 35, 119,
131
materialismo 12, 20, 21,
51, 55, 80, 88, 89,
90, 97, 130, 132, 135,
139
residual 20, 119
mais-valor cultural 28
transplantação cultural 14, 85,
113, 123, 127, 132
- ## D
- Decadência ideológica 11, 70,
80, 105, 120
- Dependência
cultural 31, 98
digital 16
euro-norte-americana 10
interdependência 25
- Desalienação 19, 71, 91
- Desejo 17, 104, 117, 129
- Desfamiliarização 88
- Desideologização 106, 107, 116
- Despersonalização 87, 87
- Desumanização 10, 71
- Dialética da colonização 42
- Diálogo com escritores 142
- Direita 148
- Distanciamento crítico 126, 131,
133, 135, 135
- Didatura 43, 83, 86, 86,
88, 91, 124, 125, 126,
130, 141, 143
- Diversidade 10, 96, 104, 131,
134, 135, 147, 148
- Dom Casmurro* 40, 60, 151, 155

Dominação 21, 26, 27, 28,

29, 98, 103, 105, 128

Doutrina Truman 116

Drummond 82, 92

E

Economia política 12, 22, 25,

26, 29, 118, 138

Edgard Carone 13, 76, 82

Ellen Meiksins Wood 77

Emancipação 6, 13, 16, 20,

31, 35, 39, 55, 58,

105, 131, 134, 143

Encilhamento 61, 63

Engels 22, 30, 56, 71, 153

Esaú e Jacó 56, 61, 101

Escobar 60, 133

Esquerda 90, 98, 104, 147

Estado Novo 43, 83, 91

Estatuto colonizado brasileiro 12

colonizado da humanidade 8,

12, 12, 140, 141

(Contra)colonial da Humanidade

10, 11, 13

Estética

realista 18, 131

antirrealista 70

pseudorealista 20, 23, 70,

72, 75, 98, 124, 126,

128, 130, 134, 135, 136,

139

Estrutura

colonial de produção 21, 30,

32, 34, 39, 41, 42,

43, 44, 45, 46, 47,

48, 51, 54, 57, 58,

60, 61, 66, 67, 69,

72, 75, 77, 81, 83,

83, 85, 90, 100, 104,

109, 110, 112, 123, 126,

135, 137

da dependência 135

racismo estrutural 21, 38,

42, 67, 75

Expansão

colonial 98, 117, 138

colonial da Europa 10

colonial imperialista 42

imperialista 11, 67, 137

imperialista do Ocidente 67,

68

interimperialista 79, 138

mercantilista 132

Racismo

estrutural 21, 38, 42, 67,

75

EUA 25, 25, 95, 138, 141,

147

F

Fabiano 42, 43, 86

Fabio Lucas 46, 107, 122

Faoro

Fascismo 78, 80, 82, 91,

93, 140, 141, 143, 152
Fase imperialista 12, 16, 20,
21, 37, 45, 62, 68,
69, 70, 101, 114, 115,
136, 137
Fetichismo 23, 24, 71, 107
Ficção 14, 36, 44, 58, 60,
61, 62, 63, 64, 74,
109, 122, 135, 140, 149
Forças Armadas 45, 64, 82
França 31, 54, 138, 144
Francisco Julião 6, 12, 29,
46, 48, 50, 94, 108,
113, 119, 120, 148, 149
Fundamentos
econômicos 12, 13, 21,
51, 76, 83, 97, 164
econômico-culturais 36, 51,
75, 91
econômicos da cultura dominante
da primeira guerra fria 106,
147

G

Gentes
frívolas 7, 36
graves 7, 36
Getúlio Vargas 79, 82, 83,
91, 100, 124
Golpe militar 91, 100, 106, 110
Graciliano Ramos 12, 29, 42,
43, 44, 45, 50, 75,

82, 83, 84, 85, 87,
89, 93, 119, 125

Guerra

cultural 11, 18, 107, 147
fria 11, 17, 18, 80, 97,
99, 106, 107, 113, 116,
117, 118, 122, 127, 144,
145, 146, 147, 148
primeira 9, 11, 18, 67,
75, 76, 79, 81, 106,
107, 113, 116, 117, 118,
122, 127, 145, 147
segunda 13, 17, 18, 22,
43, 75, 76, 78, 92,
95, 97, 100, 127, 145,
146, 148

György Lukács

decadência ideológica 11, 70,
80, 105, 120
esideologização 106, 107, 116
destruição da razão 140
formalismo 158
irracionalismo 107
naturalismo 64, 68, 69,
70, 71, 72, 131, 136,
139, 158, 164
realismo estético 17, 18, 19,
23, 50, 69, 70, 71,
82, 106, 111, 120, 131,
132, 135, 149

H

História

- da burguesia brasileira 51, 62, 65, 102
- da Literatura brasileira 21, 51, 93
- do colonialismo 134, 137, 138, 139, 140
- econômica do Brasil 62, 93, 101, 102
- primeira etapa 51, 52, 85, 101
- segunda etapa 56, 62, 75
- terceira etapa 75, 83, 104

Holding 99

Humanidade

- human emancipation 16, 105, 131, 152
- humanismo 163

I

Iaiá Garcia 57, 58, 60

Identidade 27, 28, 29, 44,

- 103, 112, 114, 139, 147,
- 148

Ideologia

- alemã 22, 154
- da dependência 21, 26, 34
- da desideologização 107, 116
- do colonialismo 4, 8, 10, 11, 12, 13, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21,

22, 23, 24, 25, 26,

27, 28, 29, 30, 31,

32, 36, 37, 38, 39,

41, 45, 47, 50, 51,

55, 58, 62, 64, 65,

69, 70, 72, 75, 81,

83, 86, 89, 93, 101,

105, 111, 112, 113, 115,

117, 119, 122, 125, 129,

130, 132, 133, 136, 137,

138, 138, 139, 142, 145

do imperialismo 11, 13, 15,

17, 29, 39, 45, 62,

67, 76, 77, 96, 102,

140, 158

do ultraimperialismo estadunidense

13, 17, 28, 48, 69,

94, 98, 100, 104, 115,

127, 130, 145

revolucionária 21

Imperialismo

metacolonialismo 95

metacapitalismo 95, 96

sistema imperialista europeu 98

ultraimperialismo estadunidense

13, 17, 28, 28, 48,

69, 94, 98, 100, 104,

115, 127, 130, 145

capital financeiro 64, 99, 132

Independência 13, 37, 55, 91

Indústria cultural 11, 17, 28,

96, 98, 99, 104, 108,

113, 114, 143, 145, 146

Industrialização brasileira 102
Inglaterra 25, 31, 32, 54,
57, 60, 76, 77, 132,
138, 144, 147
Integralismo 82
Irracionalismo 107
hegemon
estadunidense 10, 16, 147
Irmão Juazeiro 12, 29, 46,
47, 48, 108, 109, 113,
119, 120, 121, 134, 157
Ivan Ângelo 47, 97, 108, 109,
119, 122, 130

J

Jacques Rancière 88
João Valério 84
Jorge 38, 57, 58, 59, 60,
81, 87, 92, 133, 149
Juventude 18, 107, 116, 118,
123, 145

K

Karl Marx 9

L

Ligas camponesas 6, 108, 111,
119, 148
Lima Barreto 12, 40, 41, 42,
56, 62, 64, 66, 72,

73, 74, 96, 134, 135,
136, 139

Literatura

brasileira 11, 21, 46, 51,
56, 74, 82, 83, 87,
93, 106

ultramarina 13

Ludovico Silva 23, 28, 143

ideologia 24

mais-valor ideológico 28, 30

Luís Alves 59, 59, 60

Luis da Silva

Luiz Alberto Moniz Bandeira 9,
13, 133, 141, 148

Louis Althusser 22

M

Machado de Assis 11, 12, 13,
36, 39, 40, 56, 57,
61

Majoria Global 10, 12, 12,
81, 106, 107, 131, 132,
134, 137, 138, 140, 143,
143

Marciolinio 48, 148, 149

Mais-valor

ideológico 28, 30

cultural 28

Materialismo

estético 130, 132

cultural

histórico 12, 21, 51, 55,

80, 88, 132, 135, 164
Memórias do cárcere 12, 29, 42,
43, 44, 45, 47, 83,
86, 89, 88, 89, 97,
141, 152, 161
Memórias Póstumas de Brás Cubas 36,
58, 59, 60, 73, 124
Mestre Valentim 55
Mercado
interno 76, 100, 101, 102,
103, 104, 149
Metabolismo 131
Metrópole 15, 30, 31, 32,
33, 34, 36, 39, 40,
43, 46, 47, 52, 55,
57, 61, 64, 65, 76,
85, 96, 101, 102, 104,
115, 119, 121, 133, 135,
137, 138, 140
Militar 32, 33, 43, 45, 48,
52, 65, 68, 82, 83,
87, 91, 100, 103, 106,
110, 113, 118, 122, 124,
126, 132
Modernismo 81, 103
Monopólios imperialistas 9, 103,
141
Multipolar 12, 13, 16, 103,
105, 130, 142, 149
Mundo intelectual vacilante 13
Museu de Arte Moderna 18

N

Narrativa 13, 41, 41, 42,
48, 48, 59, 67, 71,
73, 74, 75, 82, 89,
108, 109, 110, 111, 116,
117, 118, 120, 122, 123,
124, 125, 126, 127, 135,
148, 149
Naturalismo 64, 68, 69, 70,
71, 72, 131, 136, 139
neonaturalismo 131, 139
pseudorrealismo 35, 71, 75,
104, 105, 126, 131, 139,
140, 141
Negócios miúdos 30, 37, 39
Nelson Werneck Sodré 13, 21,
31, 32, 68, 93, 96,
100, 102, 111, 114
Novas Tecnologias de Informação
37
Novo mundo 9

O

Obras literárias 29, 51, 55
Oligarquia
financeira 28, 101
Oprimido 71, 83, 90, 90,
95

P

Países

- imperialistas 27
- ultraimperialista 11, 21, 28
- Palha 55, 60, 61, 63, 85,
98, 133, 139
- Particularidade 15, 50, 52,
53, 57, 70, 71, 84,
105, 107, 120, 123
- Partido Comunista 78, 89
- Partilha do sensível 90, 90, 93
- Pavilhão dos Primários 86, 90,
125, 143
- Perry Anderson 106
- Período
de emergência do imperialismo
15
imperialista 8, 70, 133
interimperialista 26, 29, 69,
94, 95, 136, 140, 141,
142
ultraimperialista
- Política
externa 106, 145
- Portugal 31, 32, 73, 82
- Positivista 18, 19, 68, 70,
136, 139
- Praça da Estação 109, 110, 111,
112, 118, 149
- Polícia Federal 111
- Praxis* 36
- Presença de Estados Unidos no Brasil
9, 32, 133, 148
- Primeira
Guerra Fria 11, 18, 106,
107, 113, 116, 117, 118,
122, 127, 145, 147
- Guerra Mundial 9, 67, 75,
76, 79, 81
- Procópio Dias 60, 63
- Produção ficcional 39, 58, 61,
62, 63, 84, 109
- Produção lírica 139, 140
- Pseudo*
imparcialidade 131
realista 20, 23, 70, 72,
75, 98, 124, 126, 128,
130, 134, 135, 136, 139,
140
- Q**
Quincas Borba 38, 39, 57, 60,
61
- Quintino Bocaiuva 56
- R**
Raymond Williams 19, 27, 97,
143
- Razão 12, 19, 20, 20, 26,
28, 38, 39, 41, 52,
58, 64, 67, 70, 72,
73, 80, 84, 87, 88,
91, 97, 101, 103, 106,
107, 115, 118, 121, 125,
126, 128, 131, 140, 148
- Realismo

- como vanguarda 18, 131, 163
 crítico 10, 16, 17, 64
 estético 17, 18, 19, 23,
 50, 69, 70, 71, 82,
 106, 111, 120, 131, 132,
 135, 149
Reality show 148
*Recordações do escrívão Isaías Cami-
 nha* 12, 40, 41, 71, 72,
 75, 134, 135, 137, 139,
 152
 Regime Militar 110, 118, 122
 Reificação 108, 145
 Relações
 capitalistas de produção 17, 52,
 57, 60, 61, 63, 65,
 76, 79, 96
 escravistas de produção 9, 25,
 40, 58, 132
 sociais de produção 16, 17,
 19, 20, 21, 22, 23,
 24, 38, 40, 96, 112,
 123, 133, 138, 141, 144
 República
 Nova 76, 82
 Velha 57, 59, 60, 62,
 64, 65, 66, 67, 74,
 75, 79, 101
 Reprodução mundial do capital 8
 Resistência 11, 13, 63, 84,
 90, 92
 Revisionismo 17, 142, 143
 Revolução
 brasileira 13, 34, 37, 78,
 83, 82, 93
 estética 89
 industrial 8, 30, 32, 54
 pernambucana 33, 53
 Praieira 53
 soviética 17
 Roberto Schwarz 103, 104
 Romântico-anárquica 145
 Rosa Luxemburgo 25
 Romance 12, 29, 30, 36,
 42, 46, 47, 58, 59,
 60, 61, 63, 67, 68,
 71, 72, 73, 74, 75,
 81, 82, 84, 85, 86,
 88, 92, 93, 103, 106,
 107, 108, 109, 110, 111,
 112, 116, 118, 119, 120,
 121, 122, 126, 128, 130,
 136, 141, 147, 148
 Roy Bhaskar 16, 131
 .Rubião 57, 60, 61, 133
- S**
- Sagrado 65, 104, 117
 Samuel Aparecido Fereszin 110,
 111, 118
 Santos 3, 56, 61, 63, 85,
 99, 101, 133
 Segundo Império 57, 59, 60,
 62, 63, 93
 Semiescravidão 9

Semilaico 106, 145
Singularidade 34, 120
Servidão por dívida 132, 146
Sexualidade 107, 116
Sistema
 colonial europeu 8, 17, 67,
 97
 imperialista 15, 98, 126
 Soberania 6, 10, 12, 13,
 15, 16, 24, 27, 29,
 35, 37, 44, 45, 49,
 50, 51, 54, 55, 56,
 81, 83, 91, 93, 98,
 104, 105, 123, 124, 126,
 128, 129, 130, 131, 142,
 148, 149
Soares 3, 5, 1, 4, 11,
 46, 62, 129
Socialismo
 real 11, 145, 147
Stornor 162
Sujeito 71, 96, 114
Sul Global 10, 15, 23, 139,
 141
Superestrutura burocrática 99

T

Trabalho ascendente
Tratado de Methuen 31, 33, 164
Triste fim de Policarpo Quaresma 42,
 63, 72, 152

U

Ultraimperialismo
 estadunidense 13, 17, 28,
 28, 48, 69, 94, 98,
 100, 104, 115, 127, 130,
 145
 norte-americano 15, 104, 146
Universalidade 35, 71, 148
Unipolar 35, 94, 105
URSS 147

V

Valor
 de troca 24
 de uso 24, 92
 vanguarda realista 18, 121,
 131
Viagens 86, 87, 88, 142
Vidas secas 42, 43, 84, 85,
 93, 110, 119
Violência 12, 39, 40, 41,
 42, 43, 44, 45, 47,
 49, 77, 91, 107, 110,
 113, 117, 126, 132

W

Walter Benjamin 86, 132

